

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

HANDEL CARRERA CHING

**PROJETOS DE EDUCAÇÃO E CIVILIDADE:
CONTROLE SOCIAL E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS COSTUMES EM
UBERABINHA, MG (1888-1926)**

HANDEL CARRERA CHING

**PROJETOS DE EDUCAÇÃO E CIVILIDADE:
CONTROLE SOCIAL E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS COSTUMES EM
UBERABINHA, MG (1888-1926)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Sandra Cristina Fagundes de Lima.

Uberlândia - MG
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU

C539p Ching, Handel Carrera, 1978-
Projetos de educação e civilidade : controle social e disciplinarização
dos costumes em Uberabinha, MG (1888-1926) / Handel Carrera Ching.
- 2010.
137 f. : il.

Orientadora: Sandra Cristina Fagundes de Lima.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - História - Teses. 2. Uberlândia (MG) - Ensino primário, 1888-1926 - Teses. 3. Controle social - Teses. I. Lima, Sandra Cristina Fagundes de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37(091)

HANDEL CARRERA CHING

**PROJETOS DE EDUCAÇÃO E CIVILIDADE:
CONTROLE SOCIAL E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS COSTUMES EM
UBERABINHA, MG (1888-1926)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Sandra Cristina Fagundes de Lima.

Uberlândia, 25 de março de 2010.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho – FAGED/UFU

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Sandra Cristina Fagundes de Lima (Orientadora) – FAGED/UFU

*Aos meus amados pais, Rubén e Ímel,
Meus irmãos Rubén Junior e Rafael,
Minhas cunhadas Ariane e Renata e
Aos meus sobrinhos Rebeca, Raquel,
Asaph Abner, e aos gêmeos Misael e Débora.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares pelo apoio incondicional, tanto financeiro como afetivo.

Aos meus pais, Rubén e Ímel, pela educação que me proporcionaram, a qual supera o acadêmico e perpassa pela sabedoria da vida.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Sandra Cristina Fagundes de Lima, que com dedicação e paciência mostrou-me o equilíbrio do rigor acadêmico e as palavras de encorajamento.

Aos professores Dr. Wenceslau Gonçalves Neto e Dr. Carlos Henrique de Carvalho, meus orientadores na Iniciação Científica.

Aos professores Dr^a. Raquel Discini de Campos e, novamente, o Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho, pelas observações atenciosas no exame de qualificação.

Aos amigos do mestrado.

Aos amigos do NEPHE, Aline, Daniela, Angélica, Fabrício, Leni e, especialmente, Tânia, Cristiane e Willian, pelas boas risadas, conversas, desentendimentos, e por entender que amizade não é somente estar perto.

Ao Arquivo Público e todos os funcionários que facilitaram minha pesquisa.

À senhora Ione, pela correção criteriosa da nossa língua portuguesa.

Aos secretários do Programa de Pós-Graduação em Educação, James e Gianni, pela gentileza e paciência em repetir as mesmas informações, diversas vezes, sem perder o bom humor.

“Confia no Deus eterno de todo o seu coração e não se apóie na sua própria inteligência. Lembre-se de Deus em tudo o que fizer, e Ele lhe mostrará o caminho certo”.

Provérbio Bíblico

RESUMO

Este trabalho busca compreender a construção das representações acerca do cidadão ideal para a nova sociedade brasileira da Primeira República (1889-1930). A problemática que buscamos responder por meio desta pesquisa diz respeito às representações do cidadão idealizado construídas pelos periódicos locais da cidade de Uberabinha durante os anos de 1888 a 1926. Para melhor apreender a qualificação do novo cidadão e da sociedade republicana traçamos como objetivos específicos a compreensão da positividade do trabalho explícita nos jornais locais e nos processos-crimes; a análise dos grupos sociais que tiveram sua forma de vida contestada e como eles se reorganizaram durante a tentativa de reordenação e higienização do espaço público-urbano; para finalizar, buscamos compreender o papel dos grupo escolar na concretização deste cidadão ideal para a nova sociedade que se pretendia. Para responder estas questões, utilizamos como escopo documental, os jornais locais, os processos-crimes, Atas da Câmara Municipal, Código de Posturas do Município e Leis e Estatutos de Uberabinha. Os resultados alcançados nos permitem afirmar que em um período no qual a instituição escolar não tinha se firmado no interior do estado das Gerais, os “produtores do espaço” utilizaram os periódicos como estratégia para evidenciar seus projetos de cidadania, de patriotismo e civilidade. Os réus provenientes das camadas pobres se defendiam usando discursos que se acercavam aos dos grupos dominantes, um exemplo de apropriação e (res)significação das estratégias feitas pelos fracos para se livrarem do estigma de criminosos ou subversivos. A constituição do primeiro grupo escolar, em Uberabinha, ainda era, no período analisado, insuficiente para concretizar as representações do cidadão ideal republicano e, por isso, as elites propagavam suas ideias por meio da imprensa.

Palavras-chave: História da Educação, Grupo Escolar, Uberabinha, Controle Social, Civilidade, Higienização.

ABSTRACT

This search sought to understand the construction of representations concerning to the ideal citizen for the new society of the Brazilian First Republic (1889-1930). The problem we aimed to answer through this research regards to the representations of the idealized citizen built by local newspapers in the city of Uberabinha on the period from 1888 to 1926. To better understand the qualifications of the new citizen and the republican society we plotted as specific goals the understanding of work positivity explicit in local newspapers and in criminal proceedings; the analysis of social groups that had their way of life and how they reorganized themselves during the attempted reordering and cleaning of public urban space; to conclude, we aimed to understand the role of primary school to the achievement of ideal citizen for this desired new society. To answer these questions, we used as documentary source local newspapers, criminal proceedings, Proceedings of the City Council, Municipal Code of postures and Laws and Statutes of Uberabinha. Our results have revealed that in a period in which the educational institution had not established itself inward the state of Gerais, the "space producers" used the journals as a strategy to highlight their citizenship plans of patriotism and civility. The defendants from the poor classes defend themselves using speech that was close to the dominant groups, an example of appropriation and (re) signification of the strategies made by the weak to get rid of the stigma of felon or subversive. The formation of the first elementary school in Uberabinha still was, over this period, insufficient to achieve the national representations of the republican ideal citizen and therefore the elites propagated their ideas through press.

Keywords: History of Education, Elementary School, Uberabinha Social Control, Civility, Hygiene.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E SIGLAS

Lista de Fotos

Fotografia 1 - Uberabinha, início do século XX	90
Fotografia 2 - Praça da República – Uberabinha – 1915	93
Fotografia 3 - Praça da República – Uberabinha – Dec. 1930	95
Fotografia 4 - Praça da Liberdade – Uberabinha – Dec. 1920	96
Fotografia 5 - Praça da Liberdade – Uberabinha – Dec. 1920	97

Lista de Quadros

Quadro 1 - Estatísticas sobre o comércio no Triângulo Mineiro (1904-1905)	42
---	----

Lista de Mapas

Mapa 1 - Mesorregião do Triângulo Mineiro e suas principais cidades	43
---	----

Lista de Figuras

Figura 1 - Autuação do primeiro processo contra Honorato Muniz	28
Figura 2 - Autuação do segundo processo contra Honorato Muniz	29
Figura 3 - Primeira página do Jornal O Progresso	32
Figura 4 - Última página do Jornal O Progresso (ArPU)	33

Lista de Siglas

ArPU	Arquivo Público de Uberlândia
CDHIS	Centro de Documentação e Pesquisa em História
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
NEPHE	Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I	
TRABALHO E CONTROLE SOCIAL NA UBERABINHA REPUBLICANA	41
1.1 Construindo Uberabinha	41
1.2 Representações sobre a nova ética do trabalho: a cidade ideal.....	49
1.3 Normatizações e crimes: representações da cidade real e da cidade utópica ..	62
CAPÍTULO II	
A HIGIENE DO ESPAÇO URBANO E DO CORPO.....	77
2.1 A higiene para a cidadania: construção e organização do espaço urbano de Uberabinha na Primeira República.....	77
2.2 A higiene do corpo e do espírito: a materialização do cidadão ideal fruto do espaço asséptico.....	91
CAPÍTULO III	
ESCOLA E CIDADANIA.....	101
3.1 Papel da escola na constituição do cidadão republicano.....	101
3.2 Grupos Escolares: o modelo republicano de instrução.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
BIBLIOGRAFIA	129
FONTES.....	135

INTRODUÇÃO

Apresentar, por meio de letras e palavras, as ideias e pensamentos, que se formaram ao longo dos anos de graduação em história e, posteriormente, no mestrado, foi um trabalho árduo e complicado. Esta escrita é o resultado do propósito de responder às interrogações e aos questionamentos que me acompanharam durante todo esse percurso e, por se tratar de inquietações pessoais, somente nesta rápida introdução utilizei a primeira pessoa do singular, sendo que ao longo dos capítulos empreguei a primeira pessoa do plural, incluindo não só os teóricos em que me aporço, mas também os doutores e professores que me orientaram nesta caminhada.

O interesse pela História da Educação é fruto de minha participação nos projetos de pesquisa que compartilhei com os professores Dr. Wenceslau Gonçalves Neto e, posteriormente, com o Dr. Carlos Henrique de Carvalho. Como graduando do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e na condição de aluno bolsista de Iniciação Científica dos órgãos de fomento, FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), tive acesso a temas relacionados com a História da Educação brasileira e contato com jornais locais publicados na Primeira República (1889-1930); atas da Câmara Municipal; atas de inspeção escolares; código de posturas; e processos crimes da cidade de Uberabinha¹. Recebi, assim, o suporte para uma pesquisa, pois, variadas vezes, assuntos como os de higiene, conduta moral, civismo e civilidade eram tratados como elementos primários e basilares de um país que desejava ser reconhecido como uma nação desenvolvida.

Nessa perspectiva, notei que a linha de pós-graduação em História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da UFU muito tem produzido e contribuído acerca da educação formal, também entendida como escolar, porém, percebendo que o ato educativo acontece em todos os momentos da vida, não se pode negligenciar a educação não formal. Nesse particular, o tema desta investigação, “Projetos de educação e civilidade: controle

¹ Utilizo a designação de Uberabinha para referir-me à cidade, pois era o nome simplificado de São Pedro de Uberabinha, que seria mudado em 1929 para Uberlândia, designação oficial até os dias de hoje.

social e disciplinarização dos costumes em Uberabinha, MG (1888-1926)” buscou compreender qual foi o papel da instituição escolar na constituição do cidadão republicano no Brasil, além disso, busquei apreender as contribuições dos periódicos locais na formação desse cidadão. Portanto, o tema está relacionado com a educação não escolar difundida na cidade de Uberabinha, principalmente pelos órgãos de imprensa, pelo código de posturas e pelos processos-crimes entre os anos de 1888 e 1926.

A decisão de arrolar outras fontes – como as provenientes do sistema jurídico da cidade, da câmara municipal e da imprensa local – que não as da instituição escolar para compreender o processo de civilização e higienização dos habitantes do Sertão da Farinha Podre², região onde viria a ser fundado o município de Uberabinha, fora tomada por perceber que, em um ambiente no qual a escola ainda não tinha fincado suas raízes no árido solo do interior brasileiro, por meio de uma organização centralizada, os pequenos industriais – comerciantes, latifundiários, intelectuais, profissionais liberais e políticos – lançavam suas ideias e construíam suas representações de educação por outros meios.

Ao professar seus ideais, esses homens se baseavam em referenciais de ordem, de civilidade, controle, e foi a partir deles que travei o diálogo tentando organizar e construir explicações para o passado, estabelecendo conexões com os discursos sobre educação e o que fora imaginado como civilidade, higiene e cidadania.

Para tanto, privilegiei as discussões ocorridas nos periódicos de época e, também, nas atas da Câmara Municipal de Uberabinha, e outras fontes usadas foram os processos-crime, o estatuto de leis e o código de posturas do município. Meu objetivo foi entender os projetos locais, oriundos do poder legislativo e executivo, assim como da imprensa periódica, em particular, os jornais, que visavam à implementação de princípios educativos, cujo propósito seria o de construir uma nação com cidadãos patrióticos e a manutenção da ordem social por meio da higiene e disciplina do espaço urbano. Outro meio de controle social que analisei foram as ações judiciais contra os populares que foram punidos ora por crimes

² No início da colonização do interior do país, os primeiros viajantes designaram a região como Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro.

comuns, ora por práticas entendidas como incivilizadas, as quais não cabiam na cidade representada e imaginada pelos “produtores do espaço”³.

Num panorama mais amplo, o recorte histórico-político, delimitado entre os anos de 1888 e 1926, insere-se no período às vésperas da proclamação da República no Brasil, em 1889, quando os grupos mais abastados do país – políticos, intelectuais, latifundiários e industriais –, influenciados pelos ideais positivistas e liberais, iniciaram debates para uma campanha pró-educação na nação, e o ano de 1926, quando se encerra o recorte proposto no estudo, pois percebi que, nos periódicos de época, houve um esvaziamento das discussões acerca da educação local, muito embora temas como higiene e cidadania continuassem por mais alguns anos. Ou seja, no recorte temporal, inicio com o ano de fundação da vila de Uberabinha, em 1888, e o intento é compreender as discussões e a construção das regras, leis e estatutos, que desembocariam na organização do Código de Posturas de 1913, e relacionar esse processo do contexto judiciário com a concretização do primeiro grupo escolar de Uberabinha em 1917 e, depois o estabelecimento desta instituição, essencialmente republicana, na década de 1920. A partir de então, as discussões educacionais ausentam-se da imprensa local, sobretudo dos exemplares de jornais arquivados e disponíveis para consulta no Arquivo Público.

Embaladas com o sentimento de mudanças e de “poder fazer” algo novo pela recém-implantada República, as elites – comerciantes, industriais, intelectuais, políticos e profissionais liberais –, crenes no poder intervencionista da educação, travaram debates fervorosos defendendo suas crenças e seus interesses na organização da instituição escolar.

No século XIX, delinearam-se grandes opções desse mito: a democrática (...) que vê a educação como o baricentro de toda a vida social e a mola de seu desenvolvimento (...) a totalitária (à maneira de Hegel ou Comte), que põe a educação como socialização integral que deve ocorrer de maneira conformista e adaptativa, destinada à integração do indivíduo e à funcionalidade da sociedade.⁴

Para os republicanos, a educação, nesse período, era entendida como uma ferramenta indispensável para a formação e concretização da própria República, pois, até então, no Brasil, havia “súditos” e não cidadãos conscientes de seus

³ RONCAYOLO, M. La ville el sés territoires. Paris: Gallimard, 1990 apud PESAVENTO, S. J. **O Imaginário da Cidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

⁴ CAMBI, F. **A história da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.

deveres e direitos. Não pretendo unificar todos os projetos republicanos transformando-os em um único projeto acabado e convencionado por todos os partidos políticos existentes na República do Brasil. Embora não seja o cerne da discussão, creio ser relevante abordar alguns pontos que José Murilo de Carvalho defende em seu livro “Os bestializados”⁵.

Para Carvalho, os modelos de republicanismo foram enxertados e/ou impostos em nosso país sem, no entanto, observar as particularidades de nosso povo, este excluído da participação política em qualquer dos modelos europeus adotados. Os grupos se organizavam entre positivistas, adeptos da filosofia comteana, que defendiam um Estado centralizador que organizasse e disciplinasse o povo e os liberais se dividiam em duas vertentes, uma delas, influenciada pela Revolução Francesa e o jacobinismo, preocupava-se com a igualdade social, mas impotentes na resolução do problema da representação pelo voto popular.

Portanto, os positivistas buscavam estabelecer as leis do progresso social e a ordem baseando-se no conhecimento científico e no método da observação e experimentação. Os liberais, fundamentados nos pensadores franceses e ingleses, no interior das lutas das classes burguesas e aristocráticas, defendiam os princípios do individualismo, da liberdade, da propriedade privada, da igualdade e da democracia.

Também sobre esse tema, Hobsbawm analisou a formação de algumas nações europeias e defende a ideia de que:

Em uma só palavra, para o propósito da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto (...) As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências.⁶

O pensamento de Hobsbawm foi apropriado, nesta pesquisa, para melhor compreender a formação do Estado brasileiro e suas implicações sociopolíticas e econômicas, porém sem perder de vista os conflitos no âmbito cultural que foram travados.

No Brasil, os republicanos, grosso modo positivistas e liberais, ansiosos pela

⁵ CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶ HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

modernização do país, julgavam o Período Imperial arcaico e retrógrado, defendiam uma educação escolar laica, pública e obrigatória, financiada pelo Estado, que, em troca, teria a seu favor a organização escolar e as ferramentas para divulgar seus interesses e suas crenças tanto nas esferas populares como nas camadas mais abastadas do país⁷. Contudo a escola era uma instituição incerta, pouco se fazia para sua concretização, mesmo que houvesse várias discussões e projetos para regulamentá-la ou estabelecer recursos financeiros de fomento para a construção dos prédios e contratação de professores. Portanto, privilegiei outras formas de educação, além da escola, entendidas como ferramentas das estratégias das elites para divulgar seus propósitos e forma(ta)r o cidadão da Primeira República.

O pressuposto assumido baseia-se na ideia de que a educação se dá de maneira mais ampla que somente a escolar, pois “não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”⁸. Apropriar-se dessa teoria ampliada de educação autoriza a análise dos periódicos de época como um instrumento de divulgação de intenções e projetos educativos, os quais foram elaborados por grupos que desejavam o “progresso” econômico e político da cidade. Esses projetos visavam educar os indivíduos julgados como indolentes e apáticos para a modernidade, aquém da civilidade e cidadania idealizada e representada, nas páginas dos jornais locais pelos produtores do espaço.

Ao assumir a educação – pelo menos no discurso –, o Estado propunha uma nova sociedade que estabelecesse novas práticas e relações intersociais, dessa forma, quem estivesse marginal a esse processo civilizatório⁹ seria um indivíduo bárbaro, retrógrado, alheio ao desenvolvimento da sociedade, portanto, indigno de permanecer no espaço organizado e disciplinado da urbe, e sua presença tolerada apenas nas áreas marginais e periféricas da cidade.

No plano local, encontrei esses embates nos periódicos de época e nas Atas da Câmara Municipal. As formas mais coercitivas de educação podem ser mais bem compreendidas nas intenções de disciplinar e racionalizar os costumes presentes no

⁷ CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁸ BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 7.

⁹ ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. De acordo com Norbert Elias, processo civilizatório é “uma dinâmica que pressupõe alterações nas relações de poder e controle dos indivíduos, alterando as relações de interdependência e possibilitando a consolidação dos controles estatais”.

Código de Posturas e nos Estatutos e Leis da Câmara Municipal de Uberabinha. Todavia, apesar de utilizar fontes oficiais, não as tomo como neutras e/ou imparciais. Essa maneira de reler os registros oficiais foi possibilitada pela conhecida Nova História, associada à Revolução da Historiografia Francesa. Agrupados sob a revista dos Annales, essa “escola” tem dentre os seus fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch, os quais criaram a revista com o desejo de romper com a história tradicional¹⁰. Essas fontes permitiram a análise de como pensavam, o que forjavam e quais eram as intenções dessas elites para construírem a cidade por eles idealizada.

“A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”¹¹, o modo de vida supracitado seria a cultura, as práticas cotidianas, o *modus vivendi* de um grupo social. Uma das hipóteses da pesquisa é que esse conhecimento cotidiano dos populares – baseado nas práticas cotidianas, na educação familiar, na oralidade e nas tradições – fora contestado pelas elites locais, pois estas julgavam tais práticas como menores que o ideal de cidade burguesa que eles pretendiam imprimir em Uberabinha. Porém a simples afirmação não é suficiente para definir qual grupo social ou quais grupos foram contestados na formação do cidadão da Primeira República brasileira. Ou ainda, quais práticas foram renegadas e rotuladas de incivilizadas ou impróprias e quais foram estabelecidas para definir o cidadão republicano. São esses alguns dos problemas que aborda essa pesquisa.

Nesse particular, os processos-crimes foram analisados como fontes privilegiadas, nas quais pude perceber a “voz” dos marginalizados, ainda que seus depoimentos tenham sido “filtrados” pelos escrivães, seus erros de português corrigidos e as palavras mudadas, creio que essa fonte aproxima o historiador das vozes silenciadas.

Os processos-crimes estão depositados no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia. Os documentos são organizados e classificados de forma cronológica, não obedecendo

¹⁰ Por história tradicional, entendemos que seja a historiografia produzida em bases positivista e historicista, as quais delegavam às fontes históricas a neutralidade política e a verdade escrita do acontecido. Essa forma de escrever a História foi duramente criticada pelos historiadores franceses da Escola dos Annales. LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

¹¹ ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994

a temas ou crimes. No total, 59 processos foram inventariados, estes relacionados com crimes como assassinatos, contravenções etc.

Como a maioria dos réus era analfabeta, o processo era firmado por testemunhas e o escrivão “filtrava” as narrativas dos depoentes corrigindo seus erros de português e organizando a narrativa segundo parâmetros próprios, alheio à vontade dos narradores; esses, ao final do relato ouviam o texto elaborado pelo escrivão, podendo aceitar totalmente ou parcialmente. No entanto, não foi encontrado no referido acervo qualquer processo que tenha tido o texto do escrivão rejeitado pelo réu ou testemunhas.

1899
 Estado de Minas Geraes
 Cidade de Uberabinha
 O Escrivão O Pirahy
 - Delegacia de Policia -
 - Crime -
 Honorato Muniz Re.
 - Autuação -
 Anno do Nascimento do Nosso Senhor Je-
 sus Christo de mil oitocentos e noventa
 e nove aos seis dias do mez
 de maio em meu cartorio au-
 tuo a portaria eo mais que
 adiante se vi. Do que para
 constar foy este termo. Eu
 Vozz Genralles Vallim Pirahy
 my. Benias que o escreve e
 assigno
 Vozz Genralles Vallim Pirahy

Figura 1 - Autuação do primeiro processo contra Honorato Muniz
Fonte: Acervo do CDHIS

A organização legal do documento se iniciava com o boletim de ocorrência, ou seja, uma queixa protocolada junto à polícia, então, a denúncia era aceita ou não pelo juiz. Caso esta fosse aceita, o processo era aberto e as testemunhas, tanto de acusação como de defesa, eram chamadas, em alguns casos, as narrativas eram refeitas, pois as testemunhas já haviam contado a primeira versão ainda na queixa.

1899
 Estado de Minas Geraes—
 Cidade de Uberabinha—
 —Escritão V. Pirahy.
 Delegacia de Policia—
 Auto de apreensão e prisão
 em flagrante—
 Honorato Muniz Ferreira Re
 Autuação—
 Anno do Nascimento de Nosso Se-
 nhor Jesus Christo de mil oitocen-
 tos e noventa e nove, aos dez dias do
 mez de Julho do mesmo anno, nes-
 ta cidade e comarca de Uberabinha,
 Estado de Minas Geraes, em meu car-
 torio pautas autuo os autos que ach-
 ante se vê. Do que faço este ter-
 mo em que assigno. Eu José
 Goncalves Vallim Pirahy Escri-
 vão que o escrevi.
 José Goncalves Vallim Pirahy.

Figura 2 - Autuação do segundo processo contra Honorato Muniz
Fonte: Acervo do CDHIS

Os processos-crimes possibilitaram a remontagem de parte do cotidiano dos populares. O que faziam? Como se portavam? Quais crimes eram mais comuns entre esse grupo social? Como eram enquadrados seus delitos e suas punições? Todavia, em um primeiro momento, meu desejo era o de não me deter em crimes hediondos como assassinatos, tentativas de assassinato, estupros etc., minha intenção era a de encontrar crimes de caráter político ou de conflitos sociais, porém essa não era a realidade de Uberabinha. Por isso, abandonei a ideia original e

passei a observar que, frequentemente, os jornais se “calavam” diante dos crimes hediondos¹² que aconteciam na cidade e que tais crimes eram mais comuns do que aqueles divulgados nos periódicos. Além desses tipos de crimes, busquei àqueles que continham julgamentos mais subjetivos, como: subversivos, perturbação da ordem, práticas anti-higiênicas, contravenções do tipo curandeirismo entre outros, pois esses últimos processos expõem melhor a constante tensão e as relações conflituosas entre as elites, produtoras do espaço urbano, e os anônimos que habitavam a urbe.

Nos periódicos locais, procurei as representações construídas acerca da instituição escolar, principalmente o grupo escolar. Recorri, também, às atas da Câmara Municipal para verificar os projetos e possíveis alterações travadas no legislativo, a respeito da educação, civilidade e higiene dos cidadãos de Uberabinha. Quais eram seus referenciais? Havia algum tipo de aproximação dos discursos políticos com as ideias divulgadas nos periódicos? Quais concepções sobre cidadania, civilidade e higiene estavam imbricadas nos discursos desses políticos do executivo sobre a educação?

Os jornais locais inventariados eram, na sua maioria, semanários veiculados aos domingos, com exceção do *Paranahyba* que tinha tiragem aos domingos e às quintas. A vida desses periódicos foi curta e/ou muitos exemplares se perderam no tempo, tendo no Arquivo Público de Uberlândia números avulsos e encadernados. Esses jornais contavam com duas folhas brochuras, totalizando quatro páginas e seu formato era em torno de 26,5 x 47,7 cm.

A página principal continha o editorial e as notícias mais importantes (ao menos para os donos do periódico) da cidade e notícias de política do estado e da nação. Nas páginas centrais eram veiculadas novelas, poemas e pequenos recados como a passagem pela cidade de algum “ilustre cidadão”; contava, também, com notas de nascimentos, casamentos e óbitos. Na última página havia algumas propagandas de remédios – pílulas, pomadas e elixires – que prometiam a cura de doenças de pele, raquitismo, anemia, doenças do sangue, hemorróidas etc., além

¹² Embora a dissertação de Heleno Felice de Barros, utilizada como fonte bibliográfica, afirme que os periódicos locais divulgavam os crimes ocorridos em Uberabinha, discordamos que essas reportagens cobrissem todos ou a maioria dos crimes, pois, cruzando os processos-crimes com as tiragens dos jornais do mesmo dia ou da mesma semana, dos 59 crimes que inventariamos, apenas 1 fora encontrado nas páginas dos jornais. BARROS, Heleno Felice de. **“Privação dos sentidos”**: álibis no Judiciário – São Pedro de Uberabinha (1891-1930). 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

dos avisos de médicos, farmacêuticos e dentistas, a maioria sem formação, os práticos.

Dos periódicos escolhidos, apenas O Progresso teve uma vida mais estendida para os padrões da cidade, chegando a sete anos de veiculação. Sendo que alguns não chegaram a dois anos e O Diário de Uberabinha e A Nova Era não completaram um ano de existência.

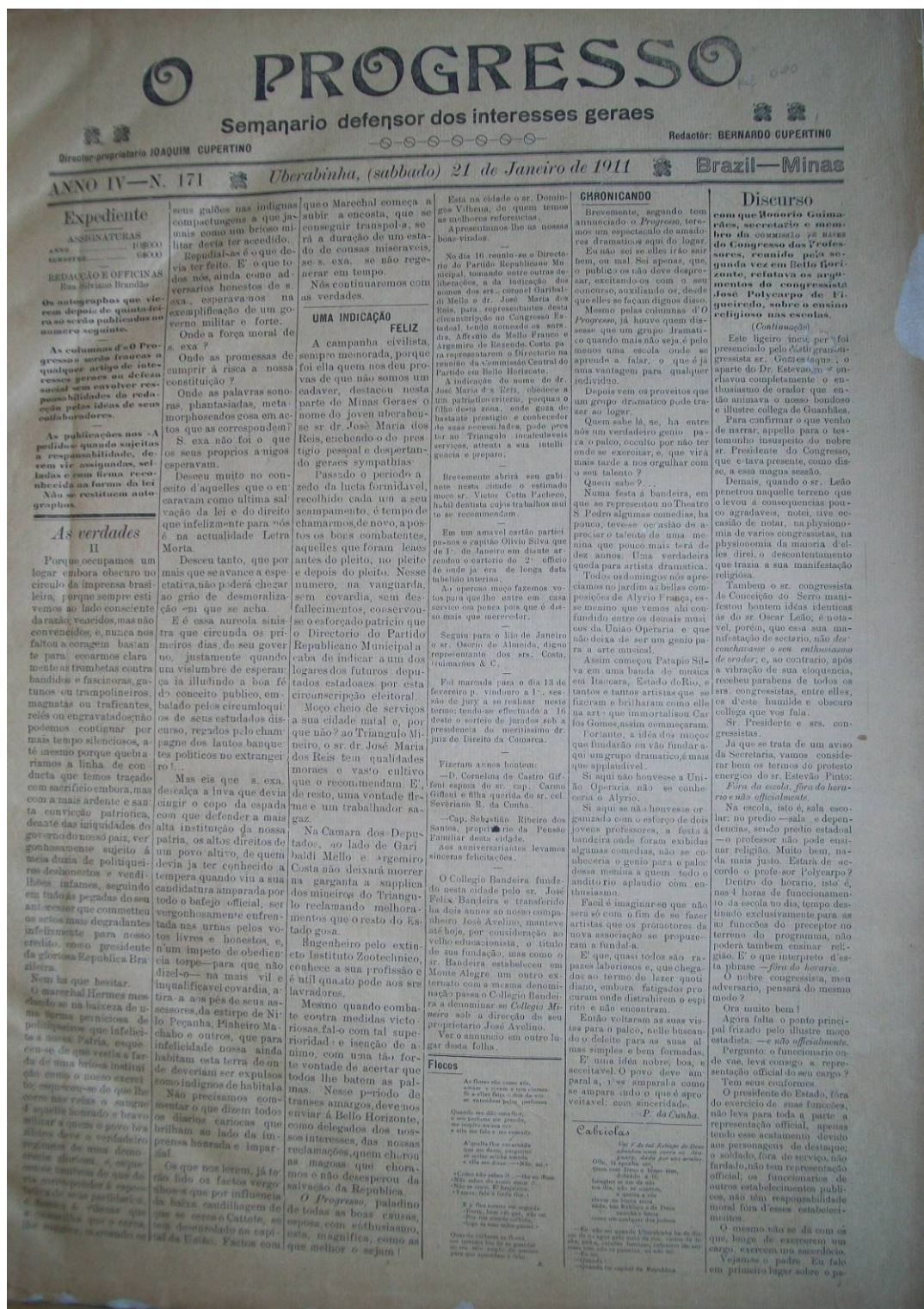


Figura 3 - Primeira página do Jornal O Progresso
Fonte: Acervo do Arquivo Público de Uberlândia

Outras duas fontes primárias fundamentais para este trabalho foram o Estatuto de Leis e o Código de Posturas. Existem duas coletâneas de leis, a primeira entre os anos de 1898 a 1903 e a segunda de 1903 a 1919. Publicadas em 1903 e 1919, respectivamente, esses conjuntos de leis são uma compilação do que fora

votado pelos vereadores da Câmara Municipal de Uberabinha. O Código de Posturas visava estabelecer as regras sociais da pequena cidade e versava desde a criação de animais, perpassando por danças e festas proibidas até horários da vida noturna, autorizados legalmente. Este código, publicado em 1913, contemplava a organização do município em sua totalidade determinando as obrigações da Câmara Municipal, o expediente desta casa; a administração do matadouro público; estabelecia as penas e multas sobre calçadas e muros mal conservados e águas “servidas” que não tinha seu fim de acordo com o que exigia a lei; impunha aos moradores da cidade o consentimento da visita da polícia da higiene em seus domicílios etc.

Para melhor abordagem das discussões, elegi algumas categorias que auxiliaram na análise das fontes e na organização do recorte temático. Como o recorte está inserido no início da Primeira República, a concepção de cidadania nesse período, ainda em construção, resvalava entre conceitos que eram utilizados nos periódicos cobrando da população uma conformação aos ideais concebidos e divulgados nos jornais. Ou seja, o próprio conceito de cidadania, na sociedade brasileira da República Velha, fora forjado por representações alheias à grande parte da população, que sofria as imposições e classificações externas à sua concepção de mundo e sociedade, e essas representações foram frutos da noção de civilização que o mundo ocidental fez de si mesmo. Elias, em sua obra *O processo civilizador*, embora tenha se debruçado sobre a sociedade de corte medieval auxilia-nos com seu método sociológico de pensar a civilização. Por civilização, Elias entende que,

expressa a autoconsciência do Ocidente. Poderíamos inclusive afirmar: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com esse termo, a sociedade ocidental procura descrever em que constitui seu caráter especial e tudo aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras (costumes), o desenvolvimento de seu conhecimento científico ou visão de mundo, e muito mais.¹³

Essa categoria foi utilizada por fornecer pistas de como o processo civilizatório e os costumes são dinâmicos e estão num transcurso constante de (res)significações, e isto se dá em virtude das tensões e conflitos de diferentes

¹³ ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. v. 1.

grupos que se contradizem. Para se entender civilidade na Primeira República, é necessário compreender quais as concepções de civilização que havia, tanto no plano local como nos projetos nacionais. Esses padrões ou modelos de civilidade devem ser considerados como ações concretas estabelecidas por grupos – pelo menos nos seus discursos – sobre as boas maneiras, as ações eugênicas e higiênicas, as relações interpessoais. Ao estabelecer as boas ações e práticas saudáveis da sociedade, as representações (des)qualificavam as ações avaliadas como anti-higiênicas, incivilizadas ou impróprias do meio urbano e, normalmente, essas ações “bárbaras” eram as comuns do grupo antagônico às elites.

Outra categoria adotada na pesquisa é o controle social que, segundo Bobbio foi,

o conjunto de meios de intervenção, quer positivas quer negativas, acionadas por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições, também em relação a uma mudança do sistema normativo.¹⁴

Ainda segundo o mesmo autor, o Controle Social pode ser classificado sob duas formas, a saber:

Podem ser identificadas duas formas principais de Controle Social de que se serve um determinado sistema para conseguir o consenso: a área dos controles externos e a área dos controles internos. Através do primeiro termo se faz referência àqueles mecanismos (sanções, punições, ações relativas) que se acionam contra indivíduos quando estes não se uniformizam com as normas dominantes. Neste nível nos encontramos perante uma gama de sanções, extremamente variada e de peso punitivo diferente, entre as quais mencionamos, além do caso extremo da morte, os da privação de determinadas recompensas e direitos, as formas de interdição e de isolamento, as de reprovação social, de admoestação, de intriga e de sátiras. Fazem parte, ao invés, dos controles internos, aqueles meios com que a sociedade procura mentalizar os indivíduos – especialmente durante a socialização primária – sobre as normas, os valores e as metas sociais consideradas fundamentais para a própria ordem social. Os controles internos são, portanto, como afirma Berger, aqueles que não ameaçam uma pessoa externamente, mas por dentro de sua consciência: “os controles internos dependem de uma socialização bem sucedida”; se esta última foi realizada adequadamente, então o indivíduo que pratica certas transgressões contra as regras da sociedade será condenado pela sua própria consciência que na realidade constitui a interiorização dos controles sociais.¹⁵

¹⁴ BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília: 1995. vol. 1, p. 283.

¹⁵ Ibid., pp. 283-285.

Tomando Uberabinha como *locus* da observação, o controle social externo pode ser entendido mediante a constituição das normas e legislação do Código de Postura Municipal, bem como em suas penalidades e castigos impostos pelas leis a todo cidadão que descumprisse algum de seus dispositivos. O controle social interno, ainda de acordo com Bobbio, significa os “meios com que a sociedade procura mentalizar os indivíduos – especialmente durante a socialização primária”, que pode ser compreendida como a adoção da obrigatoriedade da educação escolar. Ao forçar a presença da criança no ambiente escolar, o Estado assumiria uma fase importante na formação do cidadão na qual o terreno ainda “virgem” não encontraria obstáculos nem resistências. Na concepção do Estado, a geração posterior a essa obrigatoriedade, cresceria dotada de mecanismos internos de autocontrole, com o qual se pretendia a substituição das leis e normas externas por controles internos.

Meu intento foi compreender as ações educativas no plano local, não de forma linear, antes como projetos e intenções de grupos diferentes (embora muitos desses grupos participassem da mesma camada econômica) que se sobrepõem um ao outro dando um aspecto de bricolagem¹⁶ na cena de nossa trama. Entendo que, dessa forma, pude estabelecer conexões e cruzar fontes que forneceram pistas de como as várias representações ora se aproximaram ora se afastaram, mas que foram conflitantes em vários momentos entre os grupos sociais antagônicos.

A decisão por trabalhar com as representações se deu pelos contatos com fontes jornalísticas do período que podem ser entendidas como discursos ou projetos pelos quais se pretendia consolidar na cidade. Segundo Pesavento,

Categoria central da História Cultural, a representação foi, a rigor, incorporada pelos historiadores a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim, no início do século XX (...) As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos

¹⁶ BURKE, P. Cultura, Tradição e Educação. In: GATTI JUNIOR, D.; PINTASSILGO, J. (orgs.) **Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU, 2007. pp. 13-22. O conceito de bricolagem, utilizado tanto por Burke como por Certeau, apropriada das artes, remete à ideia de sobreposição de imagens, que no caso da história deve ser compreendida como situações e ocorrências históricas que se aglutinam em um período e que não obedecem a uma justaposição organizada, cabendo ao historiador compreender e tentar organizar o caos dos fatos do passado.

dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade¹⁷

De acordo com a autora, as representações permitem ao historiador adentrar a cultura daqueles indivíduos por meio de suas falas e ações. Tanto as falas e ações de todos os envolvidos nos processos-crimes, sejam os réus, os advogados, os juízes etc., como também os articulistas que escreviam nos jornais locais, foram construídos com base nas representações como eles codificavam o mundo ao seu redor. Ainda de acordo com Pesavento,

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou anunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por uma imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas estes revelam coerência de sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo.¹⁸

Roger Chartier explica a representação como “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”¹⁹. As representações, ainda de acordo com Chartier, são práticas culturais, ou seja, não são pensamentos abstratos e neutros, antes se concretizam em estratégias que constroem a própria realidade. Portanto, sem perder o pressuposto do conflito e das tensões que se contrapõem cotidianamente, as representações são um campo de competições de grupos que buscam impô-las na realidade. Isso fica mais evidente ao tomar o principal meio de divulgação das ideias das elites uberabinhenses, os periódicos locais, ferramenta pelas quais as elites se enfrentavam para impor sua representação sobre diversos assuntos. Como afirmou Pesavento, por representação, o historiador “deve entendê-la como “sintomas” de uma época, correspondendo ao sistema de ideias e imagens dos homens de um outro tempo”²⁰. Logicamente, essas ideias não são comuns a todos os homens, mesmo sendo do mesmo grupo social e/ou econômico.

¹⁷ PESAVENTO, S. J. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 39.

¹⁸ PESAVENTO, S. J. op. cit., p. 41.

¹⁹ CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.

²⁰ PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

Outro referencial utilizado em nesta investigação fundamenta-se em Michel de Certeau. Este autor foi tomado para auxiliar na compreensão das práticas divididas em ações realizadas pelos grupos dominantes e, em contrapartida, as reações dos “fracos”, as suas “trampolinagens”. Para tanto, Certeau distingue as estratégias das táticas, sobre a primeira, afirma:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem ferir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças.²¹

E sobre as táticas o referido autor esclarece:

Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro (...) Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável.²²

Certeau emprega a categoria das estratégias para definir as ações levadas a efeito pelos grupos que detêm o poder e/ou o acesso aos bens produzidos socialmente; dessa forma, as estratégias sempre se relacionam com a ocupação de um lugar. As táticas, por sua vez, são identificadas como práticas dos “fracos” ou pobres, que, embora tenham limitações impostas externamente, resistem aos desmandos dos grupos dominantes. A tática se inscreve na ausência de um espaço próprio, por isso, é, no dizer de Certeau, “ (...) movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, (...), e no espaço por ele controlado.”²³

Essa apropriação do pensamento de Certeau e o uso de suas categorias estão diretamente relacionados com o entendimento do autor sobre os conflitos e tensões entre grupos sociais nos quais um domina e o outro é subjugado. Contudo esse pesquisador atribui aos fracos ações com autonomia limitada, isto porque, para ele, as táticas não são autônomas tampouco independentes, elas são limitadas pelas estratégias, mas a resistência daqueles é feita conscientemente. Podemos

²¹ CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. v. 1, p. 100.

²² CERTEAU, M. de. op. cit., p. 48.

²³ CERTEAU, M. de. op. cit., p. 101.

dizer que Certeau “desvitimiza” o fraco, pois, embora entenda sua limitação, o autor propõe uma abordagem na qual o pobre é visto e ouvido. A tática é a “arte do fraco”, é “trampolinagem”, instrumento de que os menos abastados se utilizam para lutar e sobreviver.

Certeau é, então, apropriado nessa investigação para fundamentar a análise dos processos-crimes auxiliando na compreensão dos crimes como uma forma de resistência à ordem burguesa que se buscava estabelecer na cidade, mas que era mais forte no âmbito dos discursos e representações que de fato no “mundo real”. O referido autor também permite um exame das táticas subjacentes aos discursos dos pobres em suas defesas. Isto é, quais eram as artimanhas de que os supostos contraventores se utilizavam para não serem pegos pela rigorosidade das leis e normas. Outro conceito relevante do trabalho de Certeau que tomamos emprestado consiste na noção de apropriação, isto é, a forma como os sujeitos ressignificam os modelos impostos, principalmente pelos dominantes. Ao entrarem em contato com as práticas dominantes, os indivíduos que possuem culturas e práticas “subalternas” recriam os discursos de forma própria para que lhes forneçam significado. Ou seja, para Certeau, o “homem ordinário” inventa o seu cotidiano a partir das estratégias dos ricos, subvertendo os códigos, (re)apropriando do espaço e dos discursos. Portanto, os “fracos”, numa liberdade limitada, libertam-se e procuram (sobre)viver na melhor condição possível usando de suas táticas e “trampolinagens”.

Para contar a trama sob ponto de vista escolhido acerca deste problema histórico, organizo o trabalho assim dividindo-o:

No primeiro capítulo, “Trabalho e controle social na Uberabinha republicana”, discuto as representações sobre o trabalho, o sentimento de positividade e seu caráter redentor, atribuído pelos republicanos na formação da nação brasileira. Nos processos-crimes, pretendo recuperar as histórias silenciadas dos populares, as histórias que chegam por intermédio de seus depoimentos nas delegacias. Busco apresentar o cidadão comum, sem cair nas armadilhas do maniqueísmo, porém mostrando que o homem simples se tornou criminoso ou contraventor mais por força externa (normas, condutas e leis estabelecidas pelos produtores do espaço) que por sua própria vontade.

No segundo capítulo, “A higiene do corpo e do espaço urbano”, discuto o intento de organização do espaço público urbano que esteve diretamente ligado às representações construídas sob a influência dos pensamentos liberais, mas que

tiveram suas adaptações no interior do país. Vislumbro esse propósito de ordem burguesa não como algo estabelecido, antes como projetos de intervenção e questionamento na vivência urbana dos “fracos”, os quais reelaboraram suas práticas sociais em busca de sua sobrevivência em um espaço que não mais os aceitava.

No terceiro e último capítulo, “Escola e cidadania”, discuto o papel da escola e da educação formal na constituição deste cidadão idealizado pelos dominantes, bem como a eleição do grupo escolar como o modelo de instituição educativa mais apropriado para implementar essa empreitada. A discussão se encerra com uma breve análise acerca da concretização do grupo escolar e os problemas político-partidários que foram travados em seu interior, o que expõe o abismo entre as práticas e as representações sobre essa conformação de escola primária adotada na República.

CAPÍTULO I

TRABALHO E CONTROLE SOCIAL NA UBERABINHA REPUBLICANA

1.1 Construindo Uberabinha

*Por que ruas tão largas?
Por que ruas tão retas?
Meu passo torto
foi regulado pelos becos tortos
de onde venho.
Não sei andar na vastidão
simétrica
implacável
(...)*

(Carlos Drummond de Andrade)

Compreender a trajetória da cidade de Uberlândia, desde sua fundação aos dias atuais, não é um exercício fácil. Quando da sua fundação oficial, no dia 31 de agosto de 1888, por meio da lei provincial de Minas Gerais nº 3.641²⁴, a Vila de São Pedro de Uberabinha era um amontoado de casas sem expressão econômica provincial alguma. Com a sua emancipação do município de Uberaba, a vila de Uberabinha garantia sua autonomia judiciária, mas permanecia dependente dos mercados de suas cidades vizinhas – Araguari e da própria Uberaba²⁵, mais diretamente – e possuindo índices de mercado inferiores comparados as outras cidades do Triângulo Mineiro, como Araxá, Monte Alegre, Monte Carmelo, Patrocínio e Sacramento²⁶. Nesse período, conforme Guimarães, Uberaba mantinha sua posição de principal núcleo urbano na região e mais importante entreposto entre as províncias de Goiás e São Paulo. Cabia à vila de Uberabinha um papel de figurante na trama econômica do Triângulo Mineiro, pois as estatísticas do volume de capital que transitava na cidade era uma das menores entre as cidades da região, como podemos observar no quadro abaixo.

²⁴ PEZZUTTI, P. **Município de Uberabinha: história, administração, finanças e economia.** Uberabinha: Oficinas Livraria Kosmos, 1922, p. 23-24.

²⁵ GUIMARÃES, E. N. A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 4, jan/jun 1991, p. 7-35.

²⁶ Ibid., p. 21.

Municípios	Nº de Estabelecimentos	Vendas Anuais
Araguari	23	1.260:000\$000
Araxá	50	500: 000\$000
Monte Alegre	28	326:500\$000
Monte Carmelo	36	443:000\$000
Patrocínio	63	398:000\$000
Sacramento	87	1.304:000\$000
Uberaba	88	5.198:000\$000
Uberabinha	11	672:000\$000

Quadro 1 - Estatísticas sobre o comércio no Triângulo Mineiro (1904-1905)

FONTE: JACOB, R., **Minas Gerais no XXº século**. Rio de Janeiro: Ed. Gomes, Irmãos & Co, 1911, p. 432.

Os trilhos da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro haviam tocado a pequena vila em 1895, causaram euforia na população e despertaram nos comerciantes, fazendeiros e donos de imóveis expectativas de novos empreendimentos e maiores lucros²⁷. Contudo, até 1909, a pequena vila de Uberabinha continuava, segundo Jerônimo Arantes, “o mesmo burgo morno e desdentado das antigas eras, sem animação, sem ideais, sem melhoramentos apreciáveis”²⁸, o que nos faz acreditar que a ferrovia não tinha sido capaz de retirar Uberabinha do ostracismo político-econômico. Somente com a construção da ponte Afonso Pena, que ligou o sul de Goiás ao Triângulo Mineiro, em 1909, e com a abertura das vias terrestres em 1912, é que a pequena vila começou a ser economicamente mais interessante que as cidades vizinhas aos comerciantes paulistas, que buscavam um entreposto entre Catalão e Campinas – até então, papel ocupado por Araguari –, pois, nesse período, alguns empreendedores uberabinhenses planejavam a construção da estrada que ligaria esses dois estados, como afirmou Jerônimo Arantes: “deve-se citar a construção em 1912 pela Cia. Mineira de Auto-Viação Intermunicipal, da rodovia que partia de Uberlândia ligando a cidade ao Estado de Goiás, passando por Monte Alegre e Tupaciguara”²⁹. Essa

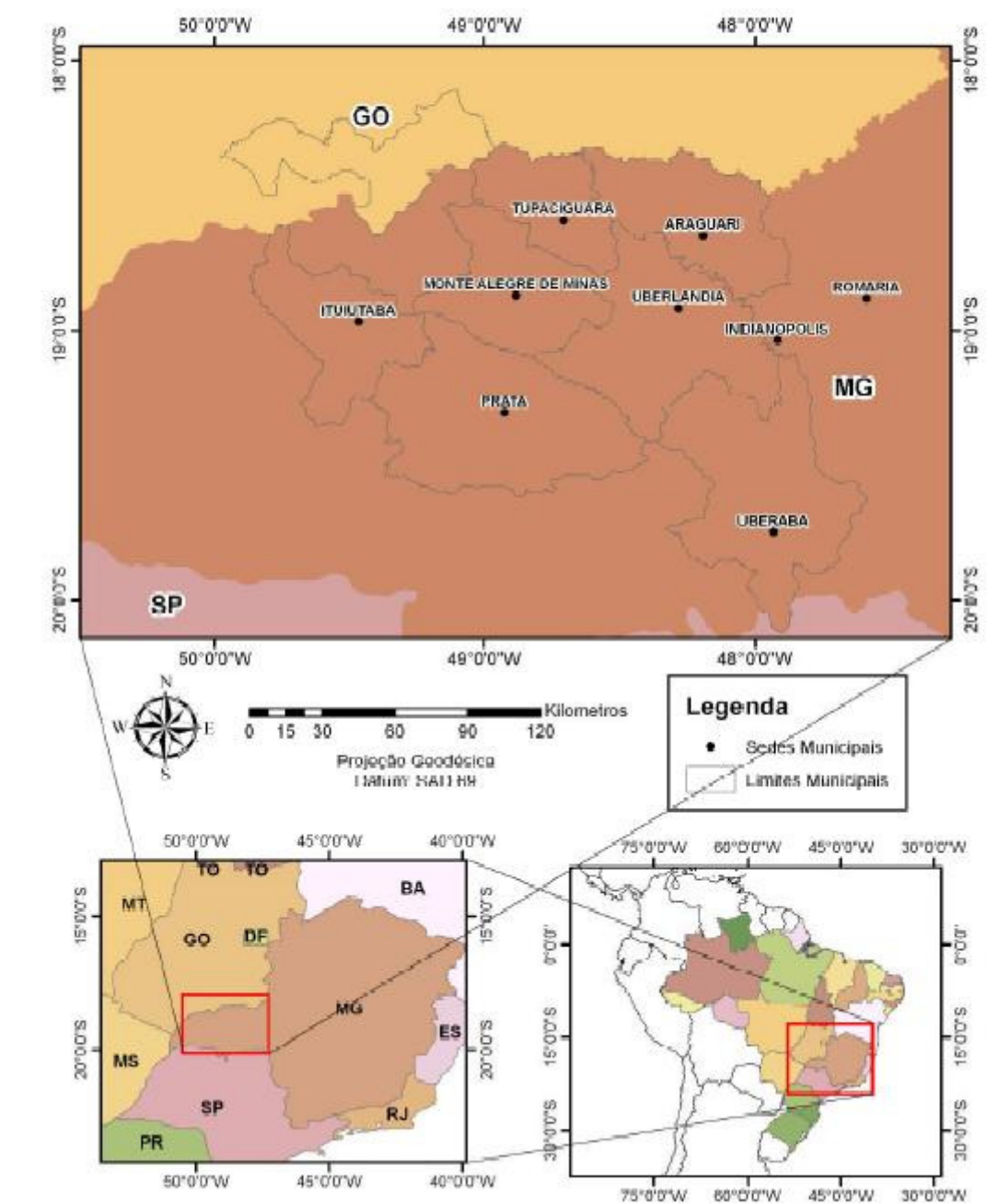
²⁷ Sobre o impacto da chegada da ferrovia em Uberabinha. BARROS, Heleno Felice de. **“Privação dos sentidos”**: álibis no Judiciário – São Pedro de Uberabinha (1891-1930). 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

²⁸ ARANTES, J. **Corografia do município de Uberlândia**. Uberlândia, MG: Pavan, 1938, p. 8.

²⁹ Ibid., p. 22.

associação entre ferrovia, ponte e estrada foi a alavanca que moveu a pequena vila rumo ao papel de principal entreposto entre São Paulo e Goiás.

Localização do Triângulo Mineiro



Mapa 1 - Mesorregião do Triângulo Mineiro e suas principais cidades

Fonte: DANTAS, S. M. **A fabricação do urbano:** civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929). Franca: Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, UNESP, 2009.

Vislumbrando possibilidades de lucros com o comércio, os produtores do espaço – vereadores, comerciantes e pequenos industriais – da pequena cidade passaram a usar a imprensa local como ferramenta de construir uma Uberabinha idealizada. Por meio dos periódicos constituíram-se representações de uma vila com gente ordeira, pacata, de boa índole, amante trabalho e do progresso. Uma vila higiênica e asséptica, capaz de chamar a atenção dos viajantes por sua gente hábil para o serviço e sem tempo para os vícios e os mundanismos que assolavam os trabalhadores das grandes cidades.

O Progresso de Uberabinha. Lancemos um olhar despretençioso sobre a vida activa e laboriosa desta ordeira e pacata cidade. O que vimos? O progresso em todas as ramificações da actividade humana manifestar-se em toda a sua iniciativa, sempre com tendencias, com intuitos, com perspectivas as mais risonhas e esperançosas para esta rica e florescente zona (...) façamos um retrospecto do movimento financeiro e comercial desta cidade mineira, equiparando a monotonia, a inacção de há 3 annos atraz com a vida activa, com o progresso de sua lavoura, das suas industrias e do seu commercio, verdadeiro orgulho desta zona; pela honestidade de seus habitantes, do criterio, seriedade desta classe commercial, que faz jus ao conceito e consideração do publico.³⁰

Essa Uberabinha representada aspirava se estabelecer de fato no mundo real e, para tanto, os jornais se encarregavam de repetir, em seus editoriais, aspectos considerados positivos para a vila e pretendiam, assim, angariar a simpatia dos habitantes que aqui viviam e fazê-la vista nas cidades do interior, para onde alguns exemplares eram enviados como cortesia aos escritórios de outros jornais. Logicamente, essas representações não se limitaram a estar presentes nos discursos e projetos, muitas se concretizaram, principalmente na arquitetura e nos planos de urbanização nas ruas, praças, avenidas e prédios públicos. Como afirmaram Lopes e Machado:

A cidade colonial irregular, cheia de pequenas e tortuosas ruas, pontuadas por recantos imprevisíveis, contrastada ao espectro da cidade moderna pautada na azáfama do cotidiano, na urdidura de um tempo em que o movimento, o brilho, impacto visual de formas arquitetônicas diferenciadas em cores e proporções, vão forjando os ideais de ordem, progresso, mesclados à resistências e às múltiplas formas de miséria.³¹

³⁰ **A Nova Era**. Uberabinha, MG. 23 mar. 1907, n. 12, p. 1. (ArPU)

³¹ LOPES, V. M. Q. C.; MACHADO, M. C. T. A cidade e suas múltiplas representações. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 24, jan/jun 2001, p. 148.

Os primeiros intentos de adequação das representações na cidade real foram a concretização da arquitetura e do plano urbanístico da cidade, estabelecendo o centro, o comércio e os prédios das principais instituições que (re)nasciam com o sistema republicano. As ruas retificadas, anguladas e simétricas delineavam a ordem urbana que se pretendia também na sociedade. Como nos esclarece Brescianni, ao pesquisador social “é necessário (...) retirar o urbanismo e a arquitetura da neutralidade a eles atribuída”³², somente com esse esforço poderemos compreender a trama política e a intencionalidade da construção do espaço urbano.

Antes da cidade construída e ordenada, era necessário pensá-la e projetá-la, repetindo insistentemente o que deveria ser lembrado e praticado por seus habitantes. Tal estratégia foi apresentada por Ítalo Calvino, com a liberdade de literato que nos permite entender o “espírito” da cidade: “A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente (...) A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir”³³. Uma das funções da nova cidade republicana era o propósito de fixação das imagens e símbolos que foram idealizados pelos republicanos para a manutenção do *status quo*, e cabia aos burgos a forma(ta)ção do cidadão republicano, este, conhecedor de seus deveres e amante do coletivo. Tais símbolos estariam cotidianamente expostos na arquitetura, no centro de comércio, nas ruas retas, nos ângulos das esquinas, nos edifícios públicos, nas praças, parques etc.

Nesse período, observamos, nos editoriais da imprensa local, o esforço de construir uma Uberabinha idealizada, por isso, as melhorias urbanas eram celebradas nas páginas dos periódicos como sendo os pilares da República.

Está marcada para o dia 12 do corrente a inauguração do fornecimento d'água á população desta cidade, constituindo importante melhoramento prestado pela vereação actual, que sem medir sacrifícios, prossegue corajosamente na senda que se traçou ao iniciar sua administração, dotando o município com uma série de benefícios concernentes ao conforto e bem estar da população e tornando a cidade de agradável aspecto, sem descurar a hygiene, garantia primordial da saude publica. As ruas devidamente abauladas, com boas sargetas, dando facil escoamento ás aguas pluviaes estão preparadas para mais tarde receberem a pedra britada ou cascalho, que as tornarão cada vez mais solidas e confortaveis,

³² BRESCIANNI, M. S. História e Historiografia das cidades: um percurso. In: FREITAS, M. C. de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 246.

³³ CALVINO, Í. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

livrando-nos da malvada poeira que nos irrita os pulmões, estragando-nos os moveis.³⁴

A higiene, compreendida como pedra fundamental da saúde pública, era o norte que orientava as políticas públicas uberabinhenses. Mais que obras de embelezamento da cidade, essas melhorias tinham o significado de profilaxia e conforto para a população, que deveria estar bem cuidada e protegida de doenças e moléstias por meio de políticas públicas eficazes nas questões sanitárias. Na continuação do artigo, observamos que tais políticas públicas eram diretamente relacionadas com o aspecto patriótico dos políticos locais.

Não (...) somente a adiantamento material que deve preocupar a Camara, os chefes politicos e os homens de dinheiro do municipio, não, é preciso por todos os meios possíveis, com sacrifícios até, promover o desenvolvimento agricola e crear industrias que nos tragam vida propria e nos habilitem a prosperar sem este movimento emprestado do commercio sertanejo, que tende a desaparecer com a internação das estradas de ferro. São justamente os fazendeiros, proprietários e capitalistas, os mais interessados que Uberabinha progrida, para que as suas propriedades se valorizem em vez de se depreciarem. O forasteiro nada tem a perder, emigra com facilidade e vae aproveitar em outra parte a sua operosidade. É preciso agir e não tanto na Divina Providencia – Faz da tua parte, que eu te ajudarei – Sabia lição.³⁵

Ainda receosos com o grau de desenvolvimento comercial mais adiantado das cidades vizinhas, os políticos de Uberabinha percebiam a fragilidade de sua posição como entreposto comercial secundário no Triângulo Mineiro. Portanto, contentar-se com a chegada dos trilhos da Mogiana era sinônimo de aceitação do papel diminuto de mera escala do comércio entre São Paulo e Goiás. Para conseguir uma posição mais confortável, os articulistas propunham oferecer a pequena vila de Uberabinha como um local privilegiado para a recepção de fábricas e indústrias, atrelando à população uberabinhense adjetivos e qualidades que todo industrial e capitalista buscava para seus subordinados.

Uberabinha cresce olhos vistos e cada vez mais se affirma uma cedade merecedora da bôa fama de que gosa olhares. As construções continuam surgindo por todos os cantos e um sopro de intensa vida imprime à nossa cidade agradável aspecto dos centros palpitantes de animação. As industrias vão tomando seguro incremento de molde a trazerem-nos a convicção animadora de que em breves dias Uberabinha atingirá proeminencia tal entre as suas coirmãs que se destacam de todas pelo sua

³⁴ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 05 nov. 1910, n. 160, p. 01. (ArPU)

³⁵ AGINDO. **O Progresso**. Uberabinha, MG. 05 nov. 1910, n.160, p. 1. (ArPU)

progresso. A nossa gente é ordeira, pacata e boa. Gente trabalhadora e simples, forte, porque o nosso clima é excelente, alegre porque a saúde e o bem estar desde logo se patenteiam à observação de quem quer que seja. Assim, amparada por uma política de realizações fecundas e felizes, tendo por base a operosidade, a honradez e a justiça; Sob a égide da lei exercitada por autoridades consciadas dos deveres, Uberabinha não poderia ser de outra forma além do que de facto é: Uma excelente cidade.³⁶

Ainda mostrando uma defasagem ao se comparar com as cidades vizinhas, os jornais uberabinhenses reafirmavam a condição de cidade ordeira e trabalhadora, limpa e asseada, o que proporcionava uma população saudável física e moralmente. Uma gente livre dos vícios, especialmente o da preguiça, e consciente de seus deveres. Porém, quando a assepsia urbana não era suficiente para manter a ordem da cidade, entravam em cena outras práticas dos produtores do espaço.

A polícia, instrumento nomeado pelo poder, tem o dever de exercer o controle do corpo social. Coibir os abusos, disciplinarizar para o trabalho, através de campanhas morais saneadoras, é o papel da polícia dos costumes cooperando para o progresso.³⁷

Estranhos à cidade que se pretendia burguesa, os pobres eram percebidos como elementos perigosos, por não partilharem o mundo do trabalho e da disciplina ou ainda, por subverterem a imagem ordeira da população, afinal, para os construtores de símbolos, os desempregados viviam embriagados, na jogatina ou fazendo arruaça pela cidade. A esta parcela da população, a legislação local buscou mecanismos de controle social que coadunavam com os editoriais dos jornais procurando minimizar qualquer desconforto social.

Os mendigos que perambulam pelas ruas da cidade têm vivido até aqui quase livres da fiscalização das autoridades. Frequentemente um novo pedinte aparece, novos indivíduos arvoram-se em mendicantes e, de porta em porta, imploram a generosidade da caridade pública. Sem nenhum certificado que comprove a sua verdadeira incapacidade para o trabalho, sem distintivo que os caracterizem, eles tem vivido de esmolas.³⁸

Os articulistas chamavam a atenção para o aumento dos pedintes na pequena vila de Uberabinha. Temendo que essa prática se espalhasse pela pequena urbe, os editoriais reclamavam à polícia uma postura dura com aqueles

³⁶ **Triângulo Mineiro**. Uberabinha, MG. 20 jun. 1926, n. 2, p. 02. (ArPU)

³⁷ MACHADO, M. C. T. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês**: assistência social institucionalizada. Uberlândia 1965/1980. 1990. 322 f. Tese (Doutorado em História)-FFLCH da Universidade de São Paulo, 1990, p. 61.

³⁸ **A Tribuna**. Uberabinha, MG. 09 nov. 1919, n. 10, p. 01. (ArPU)

que, de acordo com suas concepções, viviam de esmolas não por incapacidade de trabalho, mas por preguiça e falta de esforço pessoal. Sabedores de que dialogavam com famílias católicas, os articulistas mediam seus discursos na intenção de se proteger de qualquer contra-argumentação e, ao mesmo tempo, classificavam os pedintes entre os “realmente necessitados” dos “viciados e preguiçosos”.

A religião christã elevou a caridade ao supremo grau de virtude theologica, por ella é que amamos a Deus e ao nosso proximo, que amamos nossos proprios inimigos, que nos condoemos das misérias de nossos semelhantes, e lhes acudimos com socorro ainda a custa de privações nossas, leva-nos a fazer bem por motivos mais que humanos; ella é pois a maior das virtudes evangelicas. Resta somente praticar a caridade, de maneira que ella seja sempre util, precisa e bem applicada para que a sua pratica se não torne muitas vezes prejudicial á sociedade, alimentando vicios, em vez de socorrer infelizes, dando abrigo á preguiça e á especulação em lugar de amparar a virtude e aliviar os soffrimentos.³⁹

Em uma sociedade católica que assumia os ideais liberais, a religião e suas práticas também deveriam ser revistas, portanto, o ensinamento da caridade cristã, pregada nos evangelhos e ensinada por Jesus, necessitava passar pelo crivo da racionalidade burguesa-liberal para o bem da sociedade uberabinhense. Caridade e ajuda aos necessitados era algo a ser tolerado, mas com parcimônia e cautela, para que os especuladores não se aproveitassem da boa índole e ingenuidade dos cristãos de Uberabinha. Na continuação do artigo, o articulista revela o motivo de sua indignação e preocupação pela imagem da vila.

Diariamente percorrem as ruas desta cidade, bando de creanças carregadas de pequenos saccos, implorando a caridade publica, mulheres validas, que podiam occupar-se em lavagem de roupas, ou serviços domesticos, não têm vergonha de andarem de porta em porta, implorando uma esmola, prejudicando os verdadeiramente necessitados. Para estas chamamos a attenção da policia, para aquellas pedimos a intervenção das autoridades judiciais da comarca. Muitas dessas creanças, algumas das quaes já mocinhas, crescendo assim abandonadas, sem uma profissão honesta, serão em proximo futuro outras tantas infelizes entregues ao vício e a prostituição atirando á face da sociedade em cujo meio se criaram o labéu de um previdente, de falta de caridade christã. Os paes destas creanças que por ellas tão torpemente exploram a caridade publica, devem ser e são por lei privados do patrio poder sendo estas creanças entregues á tutela de pessoas competentes, visto não possuirmos estabelecimentos a este fim destinados arrancando-as das garras do vício e transformando-as pela educação, pelo trabalho e pelo exemplo em laboriosas mães de familia á sociedade e á Patria.⁴⁰

³⁹ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 08 jul. 1911, n. 195, p. 01. (ArPU)

⁴⁰ Idem

Novamente, o direcionamento das críticas se volta para a polícia. Esta instituição de repreensão era a encarregada de buscar e avaliar os “especuladores” separando-os dos “realmente necessitados”. Porém, enquanto os cidadãos de Uberabinha não pudessem contar com o trabalho da polícia, caberia a eles o discernimento dos pedintes necessitados, dos preguiçosos, isto para não fazer da “maior virtude” cristã uma atividade leviana e com ela alimentar a preguiça alheia, que traria mais elementos contrários às representações de gente pacata e trabalhadora.

Ainda mais emblemática é a representação do vício dada pelos articulistas. Para estes, as crianças que cresciam pedindo esmolas, longe da disciplina laboral, eram os próximos indivíduos a se entregarem aos vícios ou viverem da prostituição. Ao Estado, o articulista pede a retirada imediata dos filhos do ambiente familiar e a internação em escolas públicas de tempo integral, porém lamenta a falta desta instituição em Uberabinha.

No item a seguir, deter-nos-emos nos processos-crimes da vila de Uberabinha e no intento de verificar se há indícios que as representações divulgadas nos periódicos coadunavam ou não com os depoimentos dos acusados, com as exposições dos advogados, dos juízes e das testemunhas.

1.2 Representações sobre a nova ética do trabalho: a cidade ideal

(...) a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.

(Ítalo Calvino)

Nos tempos da recém-proclamada República do Brasil (1888), transformações profundas na economia, na política e na cultura aconteciam deixando parte da população atônita com as mudanças que questionavam alguns grupos sociais e legitimavam outros. Pereira Passos (engenheiro e prefeito da capital brasileira entre os anos de 1902 e 1906) trabalhava na higienização do Rio

de Janeiro, período em que a cidade se “civilizava” e procurava imprimir uma organização baseada nos ideais liberais e republicanos de ordem e progresso, utilizando Paris como cidade referência para suas transformações.

O povo que, de acordo com o jornalista Aristides Lobo, teria assistido bestializado⁴¹ à proclamação da República, não havia percebido melhoria prática alguma em sua luta pela sobrevivência. Negros libertos, mulatos e mestiços, brancos pobres engrossavam os índices dos populares e eram vistos como um grupo de indivíduos perigosos, muitas vezes, chamados de vagabundos, vadios, gatunos e preguiçosos pelos articulistas dos jornais. Aspirar entender essa sociedade se faz um desafio, principalmente por não termos de forma direta as posições dos populares, isto porque, quando a massa resistia a uma ação dos produtores do espaço urbano, estes – por meio dos periódicos ou da legislação – operavam na desqualificação ou repressão daquela. Portanto, o que nos chegou pelas fontes por nós arroladas, foram discursos enviesados e representações dos que escreveram a história acerca dos “fracos”.

Um dos principais obstáculos que impedia o Brasil de se tornar uma República de fato, na visão dos intelectuais, era a parca habilidade dos populares em perceber a positividade do trabalho e a disciplina laboral como forma de retribuir um bem que a sociedade lhes havia concedido – a civilização. Chalhoub, que investigou a organização urbana no Rio de Janeiro na Primeira República, chama a atenção para a compreensão das estratégias usadas para convencer os pobres em vender sua força de trabalho.

O processo que culminou no 13 de maio (...) realizou finalmente a separação entre o trabalhador e sua força de trabalho. Com a libertação dos escravos, as classes possuidoras não mais poderiam garantir o suprimento de força de trabalho aos seus empreendimentos econômicos por meio da propriedade de trabalhadores escravos. O problema que se coloca, então, é de que o liberto, dono de sua força de trabalho, torne-se um trabalhador, isto é, disponha-se a vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor.⁴²

Esse processo de intervenção no *modus vivendi* dos pobres operou em duas frentes, a primeira, na repressão física e violenta ao desempregado, ao pedinte e ao

⁴¹ CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴² CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001, p. 65.

pobre, numa versão abrigada da legislação sanguinária elaborada na Inglaterra de Henrique VIII. Sobre essas leis inglesas, Marx⁴³ expõe a brutalidade e a violência com que a nascente burguesia, aliada com a justiça inglesa, buscou subjugar os camponeses a partir do século XVI. Expropriados de suas terras e sem conhecer outro tipo de trabalho, esses lavradores poderiam ser açoitados, mutilados, escravizados e até enforcados – se recidivos – pelos donos de terras quando encontrados sem trabalho ou vagando pelos campos, conforme a legislação. A intenção dos proprietários era a de obrigar os camponeses a vender sua força de trabalho e garantir empregados em suas plantações.

Algumas práticas violentas no Brasil, relacionadas com a adequação da mão de obra negra, são encontradas nos livros e relatos acerca da Primeira República. Exemplo disso, as ações dos militares de alta patente da marinha brasileira que desembocaram na Revolta da Chibata, em 1910, no Rio de Janeiro. Alegando estimular a ordem e obediência nos marinheiros – a maioria destes, negros, filhos de ex-escravos, mestiços e mulatos – os quais, supostamente, chegavam bêbados e provocavam badernas nos encouraçados por não terem uma disciplina laboral, os oficiais os castigavam com chibatadas ou usavam da palmatória. Embora essa revolta tenha ocorrido na capital, interessam aqui as representações que justificavam a barbárie dos açoites, pois, ainda que o sistema político não fosse mais a Monarquia, a República já tinha sido declarada em 1889, a cultura e os sentimentos nutridos pela aristocracia branca, que representava o negro como indolente e arruaceiro, ainda eram fortes o suficiente para ganhar a opinião pública e justificar os castigos na ânsia de civilizar o negro e ajustar seus descendentes ao novo sistema de trabalho livre.

Outra estratégia – mais sutil, mas não menos violenta – atuou no que Elias, ao analisar a sociedade de corte europeia e as transformações nas práticas cotidianas, refinando-as para se diferenciarem da plebe, chamou de processo civilizador, que “constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica”⁴⁴. Este processo que, ainda de acordo com Elias, passa do controle externo, de terceiros, para o autocontrole, no qual o sujeito, por vergonha ou por constrangimento, se obriga a adaptar-se aos novos valores, sob o

⁴³ MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. vol. 1.

⁴⁴ ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. v. 2, p. 193.

risco de ser ridicularizado, caso não se enquadre aos padrões. Os castigos físicos – controles sociais externos – iam perdendo campo para um controle interno, pois, numa sociedade que se urbanizava, os cidadãos se vigiavam mutuamente. A vergonha de ser pobre, de estar sujo, de não ter onde dormir e morar era usada como estratégia para afastar os *outsiders*, ou marginalizados, dos palcos da modernidade, a urbe.

O cidadão deveria retribuir com trabalho e utilidade coletiva a maior benesse da modernidade, a civilização. Após a abolição da escravidão, muitos afro-descendentes, livres do jugo do trabalho forçado e despreparados para as novas regras do trabalho assalariado, perambulavam pelas cidades do interior sobrevivendo de caridade, doações e de pequenos serviços esporádicos. Pela primeira vez na história do país, havia-se separado a força de trabalho do trabalhador, era preciso, então, convencê-los de valores positivos do trabalho, os quais não eram seus próprios, mas valores extrínsecos a esse grupo social. Essa persuasão aos pobres era vital para os grupos mais ricos, pois estes tinham aversão ao trabalho braçal, também chamado de trabalho boçal ou de negros, e se ver obrigado a fazê-lo era uma humilhação. Como estratégia de persuasão, as representações dessa nova ética do trabalho foram, muitas vezes, usadas para mascarar as intenções dos brancos em não perder a força de trabalho de seus empregados em potencial, mas foram transmutadas de valores universais de progresso para encontrar menor resistência junto aos populares.

Em Uberabinha, as elites locais, formadas por “fazendeiros, boiadeiros, comerciantes e os que emprestavam dinheiro a juros”⁴⁵, utilizavam os periódicos para expor suas ideias sobre os mais diversos assuntos e pretendiam, via imprensa, disseminar os seus valores de sociedade, de progresso e civilidade na pequena vila. Sobre essa estratégia, Cruz explica: “a imprensa começa a ser entendida não só como instrumento de articulação e discussão das posições e interesses das elites, mas também, e principalmente, como veículo de formação cultural e moral do povo”⁴⁶.

A realidade socioeconômica local era muito distante das grandes cidades, enquanto, no Rio de Janeiro e em São Paulo, os capitalistas estavam relacionados

⁴⁵ CUPERTINO, N. **Mboitatá**. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1942.

⁴⁶ CRUZ, H. de F. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

com indústrias e fábricas, aqui em Uberabinha, os donos do capital desenvolviam trabalhos mais ligados com o campo do que com a cidade. Ainda assim, repercussões do pensamento positivista e liberal podiam ser encontradas nos periódicos da cidade, como no jornal *O Progresso*, quando declara “desde o início defendemos as ideias liberais”⁴⁷, descreve o governo anterior, monarquista, como um sistema caduco e extemporâneo à nova sociedade, como vemos abaixo.

Dezoito annos de Republica, fizeram do Brazil um paiz respeitado em todas as conquistas do seculo e em todos os certamens universaes. Compare-se as monarchias europeias com as republicas sul-americanas, e nós veremos com admiração que aquellas nada progrediram e estas como que a vara mágica de uma fada, elevaram-se ao apogeo das grandezas humanas.⁴⁸

Podemos perceber que o articulista se empenhou em apresentar um país desenvolvido e moderno pelo fato de ter se tornado uma República, em contraste com a Monarquia, a qual carregava o ônus do atraso da industrialização e da modernidade brasileira. No tom laudatório do artigo, o autor chega a comparar os novos governos republicanos da América do Sul com as monarquias europeias que são expostas como estagnadas na história, retrógradas e caducas, impróprias para o mundo moderno e os novos padrões que valorizavam o esforço individual e não o “berço” ou o sangue.

Ou seja, enquanto o sistema monárquico honrava a estrutura estamental, o republicanismo liberal premiava o indivíduo pelo seu esforço pessoal, por sua vontade de progresso, pelo seu espírito de frugalidade e poupança financeira. O autor continua louvando a República tecendo elogios a esse sistema argumentando:

E tudo isso é o produto de quê? Da República, essa Santa divina que nivela a humanidade e como que diz: SÓ TEM DIREITO Á VIDA QUEM TRABALHA E QUEM PRODUZ! Águia ousada da civilização, que distendestes as azas pelo espaço afóra, abandonando a caduca Europa, que dilacera a civilização com as garras aduncas do czar das Russias, chicoteando e fuzilando pelos carrascos cossacos o povo que pede pão, o povo que pede trabalho, a loura Allemanha que converte o império numa cazerna de soldados, a Italia que se define às exigências dos sotainas do Vaticano, a Inglaterra que avasalha o oceano com as suas poderosas armadas e a peninsula Iberica que se estorce numa agonia lenta de miserias; todos estes paizes, tu abandonastes ó águia altiva, para vires pousar no cume dos Andes e assistir á evolução dos paizes americanos. E nesta marcha incessante para a luz, tu, ó meu Brazil, inda serás o primeiro

⁴⁷ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 27 abr. 1907, n. 17, p. 01. (ArPU)

⁴⁸ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 06 out. 1907, n. 3, p. 01. (ArPU)

paiz do mundo, porque os teus filhos produzem e não destroem, caminham e não retrogradam.⁴⁹

O ufanismo exacerbado era fundamentado na República, a própria imagem da modernidade, da esperança de um país ideal, como se em todo brasileiro já houvesse um cidadão do tipo parisiense em potencial, aguardando o ambiente propício e fértil para florescer e se libertar das amarras da monarquia e seus submissos “súditos”. O sistema republicano, a “águia altiva” do artigo, seria uma dádiva da modernidade que teria vindo para abençoar e prosperar a América do Sul, o povo teria recebido esse presente sem luta, sem derramamento de sangue, os “bestializados” deveriam pagar a dívida com o trabalho e a disciplina do labor útil à sociedade. Seria um engano se considerássemos esses discursos como falas ingênuas de seus escritores; eles acreditavam e defendiam suas posições por meio dos periódicos e baseados na filosofia positivista e liberal. Sobre os jornais locais em circulação no estado de Minas Gerais durante a primeira República, Wirth escreveu que,

A imprensa local foi outro marco do regionalismo mineiro. De maneira geral, um jornal de cidade pequena continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias (...) Igualmente importante, porém, foi seu papel estimulados nas questões do município; o otimismo para o futuro da empresa local foi sua contribuição.⁵⁰

Não seria exagero afirmar que à imprensa fora delegada a responsabilidade de educar, num sentido *lato*, o povo – o cidadão que se forjava para a nova República. O meio mais servido para atingir à população numa época em que não havia rádio e televisão e a escola ainda não tinha fincado suas raízes no interior do Brasil, no propósito de disseminar valores extrínsecos aos seus modos de vida, foi o jornal.

Geralmente pertencia ao chefe político do local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com sua própria imprensa. Fica evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local. Como foro para o debate verbal, a imprensa deu às celebridades locais um meio de sustentar a violência em nível menor, sem tiroteios ou assassinatos (...) o números de jornais (quase sempre efêmeros) dedicados à literatura e ao humor estavam em segundo lugar dentre as publicações de interesses especializado,

⁴⁹ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 06 out. 1907, n. 3, p. 01. (ArPU)

⁵⁰ WIRTH, J. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 131.

depois da imprensa religiosa. A imprensa foi um pilar para a política, comércio e cultura no centro de gravidade do estado, a nível local.⁵¹

Essa estratégia empregada pelos jornais, embora não atingisse diretamente os anônimos – pois somente 20% da população era alfabetizada –, alcançava seus iguais, eram eles, professores, intelectuais, políticos, profissionais liberais como médicos, advogados, farmacêuticos etc. Assim, a organização populacional de Uberabinha apresentava grande maioria dos habitantes vivendo na zona rural da vila, de um total de 20 mil habitantes, 15 mil viviam na zona rural⁵².

Então, ao afirmarmos que a imprensa foi usada para educar o povo, falamos principalmente dos leitores que pertenciam ao mesmo grupo econômico dos editores, portanto, o jornal educava mais especificamente os seus iguais, mas sua intenção era de atingir a maior parte da população, fosse o rico ou o pobre.

Uma das características que percebemos nos artigos dos jornais locais é seu uso de adjetivos para (des)qualificar os indivíduos pobres. Essas qualificações pejorativas podem ser entendidas, e é nossa hipótese, como estratégias desses intelectuais e políticos para criar constrangimento e vergonha, e, assim, operar valores positivos do trabalho nos supostos indolentes, que deveriam ser retirados do mundo do vício, da jogatina, da embriaguez, da orgia etc.

No jornal *O Progresso* de Uberabinha, Pedro Salazar – advogado formado e articulista – escreveu sobre a “raíz” de todos os males, a grande culpada de emperrar o progresso do Brasil.

Nada é mais prejudicial ao homem do que a ociosidade, tanto assim, que ella tem sido sempre considerada pelos philophosos moralistas como a fonte de todos os vícios, e como a causa mais preponderante da ruína dos indivíduos, das famílias e das nações. Com effeito, todo o homem, seja qual for sua profissão social, precisa trabalhar, precisa occupar o tempo em alguma coisa util, na esphera das múltiplas obrigações e necessidade da existência, necessidades estas que, é um fato de evidencia, crescem de dia para dia com as transformações que se operam no seio das sociedades modernas.⁵³

Salazar, nesse artigo, trouxe novamente uma discussão que aparece constantemente neste periódico, o problema dos indivíduos desocupados na vila. Começamos pela análise da palavra ócio, ela é derivada do latim *otiu*, que significa

⁵¹ WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p.131.

⁵² RECENSEAMENTO da cidade de Uberlândia. Uberlândia: [s.n.], 1938. (ArPU).

⁵³ SALAZAR, P. A Ociosidade. **O Progresso**, Uberabinha, MG. 04 jul. 1909, n. 93, p. 01. (ArPU)

lazer, descanso, repouso, preguiça, vagar. A ociosidade, então, pode ser compreendida como o direito de todo trabalhador ao período de descansar o corpo da fadiga do labor diário, porém, nesse artigo, fica-nos claro que o sentido utilizado é o pejorativo, dando a entender que o não-trabalho geraria os vícios, e estes levariam o sujeito à sua ruína. A positividade do trabalho fica exposta quando o articulista declara que qualquer trabalho ou ocupação do tempo em algo útil à sociedade é um ato benéfico e encontrar trabalho não é difícil, visto que a sociedade moderna gerou inúmeras necessidades e obrigações. Porém não apenas as classes populares são intimadas e encorajadas a labutar, na continuação do artigo, Salazar explica:

Muita gente supõe que por ser abastado ou rico, por ter um emprego rendoso, ou ainda porque espera herdar bens de fortuna, não tem precisão de trabalhar visto como trabalho sómente uma necessidade para o pobre, sobre quem peza o encargo de lutar pela vida, ganhando com o suor do rosto o pão de cada dia. Esse preconceito é uma consequencia, ou do excesso de vaidade pessoal, ou da má educação, porque ninguém nesse mundo está isento da lei do trabalho.⁵⁴

Em uma sociedade na qual os ideais liberais eram perseguidos, não se concebia que houvesse pessoas desocupadas ou ociosas, e a naturalização do trabalho era a estratégia a ser empregada para assegurar que todos, pobres e ricos, se empenhassem na disciplina do trabalho, e o constrangimento de estar desocupado ou ocioso fosse tamanho que não seria preciso o uso da lei ou da força para obrigá-los, antes “sua consciência” os impeliria a buscar trabalho ou ocupação útil à sociedade. O tempo, as ações, as relações sociais e interpessoais deveriam ser pautadas pelo senso de “utilidade”, somente era aceito o útil e necessário à comunidade. Ainda que o cidadão tivesse um emprego rentável, o autor o convocava para o trabalho, e neste ponto o autor diferencia o emprego do trabalho. Numa sociedade na qual o trabalho recebia uma conotação pejorativa, por se tratar de práticas de negros ou de xucros, as elites se recusavam a trabalhar, embora não rechassem o emprego. Essa é uma das incongruências do pensamento liberal que, em solo brasileiro, fora adaptada com à sociedade e tratada por Emília Viotti da Costa em seus estudos, que explica:

O *bourgeois getilhomme*, típico da elite brasileira, empresário e aristocrata, ávido de lucros e de títulos da nobreza, assumiu uma posição ambígua em relação à ética burguesa e ao capitalismo. A ética capitalista, com seu culto

⁵⁴ SALAZAR, P. A Ociosidade. **O Progresso**, Uberabinha, MG. 04 jul. 1909, n. 93, p. 01. (ArPU)

da liberdade individual, sua valorização da poupança e do trabalho, seu apreço pelo *self-made man* não fazia muito sentido numa sociedade em que o trabalho era feito por escravos, as relações humanas as definiam em termos de troca de favores e a mobilidade social dependia da patronagem da elite.⁵⁵

A estrutura socioeconômica brasileira e sua tardia extinção da escravidão influenciaram fortemente na rejeição à disciplina do trabalho pelo cidadão das elites e, como esclarece Costa, uma estrutura na qual as relações sociais interpessoais eram extensões do privado, não havendo uma racionalidade do esforço individual e competência, não fomentou a busca pelo espírito competitivo e individualista do liberalismo.

Essas representações pejorativas do trabalho feitas pelas elites eram um dos principais obstáculos a serem transpostos para atingir a sociedade idealizada que se projetara para a República brasileira. Neste particular, a continuação do artigo de Salazar nos revela como pensavam os intelectuais locais acerca do trabalho e de seus benefícios.

Portanto, só a vaidade ou a má educação é capaz de criar no espírito do homem o preconceito de que o trabalho é humilhante para quem tem emprego comodo ou bens de fortuna, quando é certo que todo o trabalho é honroso, e que o que realmente é desairoso para o homem, não é o trabalho de cada dia, é a preguiça de cada dia, é a maldita ociosidade, a maior praga que flagella o individuo e as sociedades civilisadas. O preguiçoso, o desoccupado, não tendo em que entreter o tempo, emprega-se em talhar a vida alheia, sendo para elle a maior satisfação ver lavrar o enredo e a intriga, cuja pernicioso influencia constitue o seu prazer predilecto: o ocioso vive da intriga, como os abutres vivem da matéria em decomposição.⁵⁶

No fim de seu artigo, Salazar expõe melhor a quem direciona seus ataques. Não somente os pobres são descritos como atrasados, mas também os latifundiários e a aristocracia rural, que viviam de heranças e das práticas coronelistas e se recusavam a deixar o poder. O não-trabalho do pobre e, também, dos ricos da antiga estrutura política, a monarquia, eram duramente criticados e todos eram constrangidos a mudar de atitude ante o novo contexto liberal, contudo essas críticas eram muito mais prejudiciais aos pobres, pois estes não tinham o subsídio

⁵⁵ COSTA, E. V. da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 9.

⁵⁶ SALAZAR, P. A Ociosidade. **O Progresso**, Uberabinha, MG. 04 jul. 1909, n. 93, p. 01. (ArPU)

econômico para se manter, ou seja, o trabalho, para esse grupo social, era necessidade de sobrevivência.

Para analisar esses fenômenos sociais, recorreremos às representações produzidas e veiculadas na cidade de Uberabinha. Esta cidade, situada no Triângulo Mineiro, embora fosse um aglomerado de casas e comércio sem muita importância durante a Primeira República, se desenvolveu como entreposto comercial entre São Paulo e Goiás e, com a chegada dos trilhos na vila e a subsequente abertura de estradas para escoar as mercadorias até a ponte Afonso Pena, circulavam por aqui não somente mercadorias, mas ideias e ideais de cidades mais desenvolvidas economicamente que se poderiam se chocar com as práticas dos aristocratas latifundiários estabelecidas na cidade. A intenção, neste recorte geográfico, é perceber o movimento de congruências e aproximações das representações sobre o trabalho no âmbito nacional e local, mas, também, as peculiaridades dessas representações produzidas nos depoimentos de vítimas, réus e testemunhas contidos nos processos-crimes desse período pesquisado.

Num jogo de tensão entre as estratégias dos grupos produtores do espaço e as táticas dos fracos, o discurso do trabalho e utilidade veiculado na imprensa uberabinhense ganhou dimensão em grupos sociais subalternos e foi (re)significado por eles. A mesma essência de valorização ao trabalho e à utilidade do tempo ocupado em produzir pode ser percebida nos testemunhos dos marginalizados nos processos-crimes arrolados no início do século passado. Nossa intenção é relacionar os valores positivos do trabalho, apropriados pelos populares em suas defesas nos processos-crimes, com os discursos veiculados e descritos acima e, para tanto, empregaremos tais processos, que oscilam entre crimes hediondos e pequenas contravenções. Essa apropriação deve ser entendida não de forma mecânica, mas como uma tática do pobre em ganhar para si a condescendência dos juízes e, assim, se safarem do peso da lei.

Antes de nos aprofundarmos na análise dos processos, reafirmamos que as narrativas não são diretas, isto porque os escrivões “filtravam” as falas dos réus, testemunhas e depoentes. Embora reconheçamos as limitações de nossas fontes e cientes de que não remontaremos o fato tal como ocorreu, acreditamos que os relatos contidos nos processos – nesta pesquisa – constituíram-se na fonte que mais nos aproximou dos anônimos. Dos vários processos que inventariamos, 59, no total, nos chamou a atenção o de Isaias Rodrigues Vargas, 23 anos de idade, solteiro,

nascido e residente da cidade de Uberabinha, sabia ler e escrever. De seu depoimento, o escrivão registrou:

... no dia 25 de setembro do corrente ano as nove para as dez horas da noite, estando ele, respondente na porta da casa de Manoel Saraiva nesta cidade na rua do Rosário, em palestra com Bertholino e Jose Franco Pereira (...) quando aí chegou o cabo do destacamento desta cidade acompanhado do soldado Josué e lhe deram voz de prisão e ele, obedecendo a ordem de prisão os acompanhava e logo o soldado deu lhe diversas pancadas com o facão (...) e, assim, o conduziram até à porta do carcereiro Elias da Rocha, daí em diante foi conduzido para a cadeia...⁵⁷

A queixa era de agressão física e, de acordo com o ofendido, sua postura foi de submissão e respeito pela autoridade não entendendo, portanto, o motivo das várias pancadas que ele alegou ter recebido por parte do soldado e do Cabo. Afinal, que incômodo estaria cometendo um cidadão conversando e trocando ideias com outros dois distintos senhores? No entanto as versões dos outros envolvidos são diametralmente opostas à do acusado, as quais o descrevem como um perturbador da ordem. O próprio Manoel Saraiva, 24 anos de idade, casado, português e residente nesta cidade, proprietário da casa de comércio, assim apresenta a situação ao escrivão, que narrou da seguinte maneira:

... no dia que reza a denúncia, chegou em sua casa o ofendido que estava embriagado e começou a insultá-lo bem como José Franco Pereira e nisso, passando o denunciado José Ferreira dos Santos, o prendeu e ele, depoente, soube que adiante de sua casa a escolta encontrou o Cabo e o ofendido e seguiram para a prisão. Que na ocasião o ofendido insultava a José Franco Pereira, este quis bater-lhe com um cacete, mas não chegou a fazer, apenas fez ameaças...⁵⁸

Percebemos, no depoimento de Manoel Saraiva, que, embora filtrado e “traduzido” pelo escrivão, o comerciante buscou desde o princípio de “sua narrativa” imprimir uma imagem desequilibrada e arruaceira na pessoa do ofendido. O comerciante alegou que o ofendido já havia chegado embriagado e ofendendo outros clientes que já estavam no botequim gritando palavras de insulto. Essa quebra da ordem já era motivo suficiente para prender o infrator e este, digno de levar alguns tapas e cacetadas. O comerciante não negou que houvesse ocorrido o espancamento, mas ao omitir a pessoa que desferira os golpes, ficaria mais complexa a aplicação da pena por tal abuso de poder. Não cabe aqui julgar e tomar

⁵⁷ Processo-crime. PC-13/1905. Cx 01, p. 6 verso. (CDHIS)

⁵⁸ Processo-crime. PC-13/1905. Cx 01, p. 10 frente. (CDHIS)

o juízo de valores de quem está certo ou errado, ao historiador compete compreender o fato, e, analisando os argumentos, os adjetivos usados pelas duas partes se contrapõem entre submissão e insubordinação, sobriedade e embriaguez, conversa civilizada e insultos de baixo calão.

Reforçando os testemunhos de defesa do Cabo e do soldado, ambos acusados de abuso do poder por terem espancando o cidadão Isaias Rodrigues Vargas, Bertholino Pereira dos Santos, de 24 anos de idade, lavrador respondeu e foi pelo escrivão narrado que:

... estava no estabelecimento de Manoel Saraiva quando aí chegou o ofendido Isaias Rodrigues Vargas, já embriagado e pediu mais cachaça e outros objetos. Não pagando o que comprou, Manoel Saraiva disse-lhe que não (...), pois para ele custa nada lhe custava, ofendendo-se com isso, Isaias começou a insultar a Manoel Saraiva e os demais que estavam presentes até que chegou o denunciado José Ferreira dos Santos...⁵⁹

A imagem de Isaias se agravou pelo fato de que, além de embriagado e perturbador da ordem, era um mau pagador, pois não pagava, de acordo com o testemunho, suas dívidas de bebidas e secos.

Outro processo crime elucidativo foi o caso entre Francisco Marcellino, mais conhecido como Francisco Marcelo, que desferiu algumas pancadas na pessoa de Francisco Fava. Francisco Marcellino, casado, 25 anos de idade, jornaleiro (diarista), não sabia ler nem escrever, natural e residente deste distrito contou assim sua versão sobre o fato, a qual foi narrada pelo escrivão:

as cinco e meia hora da tarde, na ponte de Uberabinha, na margem esquerda do rio, aonde ele respondente achava-se trabalhando em um rancho dos Carneiros & Irmãos, quando chegou Francisco Fava, chegou insultando a ele respondente, empurrando ele respondente [illegível] muniu-se de um pau e deu duas cacetadas em Francisco Fava que caiu e ele, respondente, saiu sendo preso em seguida.⁶⁰

Ainda que as pancadas fossem consideradas exageradas, todas as testemunhas, inclusive, Henrique Petri, que chamou a polícia, foram unânimes em assegurar que o italiano Fava estava embriagado e provocando Francisco Marcellino. Benjamin Dias da Silva, casado, com 32 anos de idade, carpinteiro, narrou e foi escrita pelo escrivão da seguinte forma:

⁵⁹ Processo-crime. PC-13/1905. Cx 01, p. 14 frente/verso. (CDHIS)

⁶⁰ Processo-crime. PC-01/1909. Cx 01, p. 2 verso. (CDHIS)

... na ponte de Uberabinha, aonde ele depoente trabalhava em aumento de um rancho, viu que Francisco Fava estava na porta de Henrique Petri e chamava a Francisco Marcellino para matar o bicho e Francisco Marcellino respondeu que não dava confiança a gente bêbada e nisso Fava dirigiu-se para o rancho aonde ele se achava. Francisco Marcellino, conhecido como Francisco Marcellino e Fava uniu a Mello, aquele muniu-se de uma casca de caibro, empurrando Marcellino a Fava, e este caiu e recebeu uns tapas e depois duas ou três cacetadas, dada com um toco de caibro roliço, dadas por Francisco Marcellino, tendo sido tirado Marcellino de cima de Fava por Henrique Petri.⁶¹

Italiano, Henrique Petri, com 40 anos de idade, casado, negociante, chamou a polícia e assim relatou ao escrivão:

Que na tarde de ontem, em seu negócio, perto da ponte do Rio Uberabinha, vindo da olaria, chegou o italiano Francisco Fava, já um tanto alcoolizado, do negócio Fava chamou a Francisco Marcellino para matar, o que Marcellino não aceitou. Fava seguiu em direção do rancho aonde estava Francisco Marcellino e lá viu quando Fava e Marcellino se empurravam mutuamente até que Fava caiu...⁶²

Todos concordaram com o estado etílico de Fava, mas, como o acusado e outro trabalhador brasileiro enfatizaram, ele, Marcellino, estava trabalhando quando foi convidado por Fava a “matar o bicho”, gíria usada para beber doses de cachaça. No entanto esse convite pode ser entendido como uma ironia, pois o italiano já estava fora do serviço aproveitando seu tempo de ócio ou de lazer, enquanto Marcellino limpava o rancho da família Carneiro. Não satisfeito com a brincadeira que irritava Marcellino, Fava foi em direção do acusado e iniciou ali no rancho uma discussão, até que Marcellino, mais novo empurrou o italiano de 55 anos e lhe desferiu duas ou três pancadas com um toco de pau. Henrique Petri, sabendo que a situação de seu conterrâneo seria difícil de ser julgada a seu favor, visto seu estado de embriaguez e por ter causado a ira de um cidadão em seu horário de trabalho, expôs com sutilezas a mesma história. De acordo com Petri, Fava realmente se encontrava bêbado, mas vinha da olaria – não sabemos se este trabalhava neste negócio ou era o dono –, o fato é que não é comum uma pessoa se embriagar numa olaria, mas para minimizar a situação ética de seu patrício, Petri tentou descrever Fava como um trabalhador em seu momento de descanso, mas não um viciado ou vagabundo procurando briga.

⁶¹ Processo-crime. PC-01/1909. Cx 01, p. 8 frente/verso. (CDHIS)

⁶² Processo-crime. PC-01/1909. Cx 01, p. 8 verso/ 9 frente. (CDHIS)

Concluímos, ainda que parcialmente, a partir da análise dos periódicos e de alguns processos-crimes, que as representações sobre a positividade do trabalho e da disciplina laboral ganhavam os seus contornos modernos na cidade de Uberabinha, os ricos as defendiam como a salvação da República, os pobres como garantia de sua próxima refeição.

O controle social usado para pressionar e transformar os hábitos dos populares não atuou somente na forma de discursos e representações, havia um mecanismo que cerceava a liberdade e tentava agir na punição do corpo, a legislação. As elites locais procuraram legislar e normatizar regras de condutas e de posturas que, quando descumpridas, poderiam punir o contraventor. Há uma premissa de que a lei é igual para todos, é dizer, possui um caráter geral, buscando regular a vida de todos, porém partimos da hipótese de que as leis feitas pelas elites dominantes buscavam combater a vadiagem e a suposta indolência do sertanejo brasileiro. Com isso, as práticas dos populares eram contestadas diretamente pelos dominantes que desejavam forma(ta)r seu cotidiano de acordo com os valores burgueses da nova República, conforme discutiremos a seguir.

1.3 Normatizações e crimes: representações da cidade real e da cidade utópica

*As leis não bastam
Os lírios não nascem da lei*

(Carlos Drummond de Andrade)

As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem.

(Angel Rama)

Com o intuito aprofundar a análise por meio do cruzamento de fontes utilizadas nesta pesquisa, buscamos, nos jornais locais, alguma reportagem ou

narrativa desses crimes que citamos acima, porém não encontramos nenhum artigo que os mencionasse. Então, percebemos que muitos crimes não chegavam às páginas dos periódicos, o que resultou numa abissal dicotomia entre a Uberabinha idealizada e projetada na imprensa com a real e concreta. Como bem percebeu Rama, ao investigar a gênese das cidades nas Américas, mais detidamente na América Latina:

Pensar a cidade competia a esses instrumentos simbólicos que estavam adquirindo sua pronta autonomia, que os adequaria ainda melhor às funções que lhes reclamava o poder absoluto.⁶³

A cidade real, quando discordante da ideal e pensada, era escondida e/ou não noticiada pelos periódicos. A força do símbolo e das representações tinha um papel duplo, pois, além de divulgar seus projetos, ao impô-los, exigia para si o poder exclusivo de ordenar e racionalizar a cidade.

Ainda assim, a República era uma realidade, e os núcleos urbanos – recriados pela burguesia europeia no renascimento urbano e comercial na passagem do Medieval para a Idade Moderna – se tornaram o símbolo da modernidade e da era das luzes. O dinamismo e a pujança da vida urbana se contrastavam com a “serenidade” e o “atraso” do campo, o tempo já não era o da natureza, contado do nascer ao pôr do sol, e a organização social era mais complexa, em decorrência das múltiplas necessidades que uma urbe exigia. Porém a pobreza, o mau odor, a feiúra, as mazelas dos marginalizados ficaram mais expostas e, como a lepra dos tempos bíblicos, esses paradoxos da vida urbana deveriam ser ocultados ou afastados do convívio social, mais especificamente, dos ambientes centrais da urbe, redutos dos prédios públicos, por serem os símbolos das instituições republicanas.

A cidade, no Brasil, era representada como o palco onde a civilização encenava seu papel modernizador do *Jeca-Tatu*⁶⁴, este – de acordo com os “donos do poder” – um indolente, doente e apático, a própria personificação da imagem retrógrada da ruralidade brasileira. Não cabia, portanto, neste espaço asséptico e higiênico, a presença do atraso rural.

⁶³ RAMA, A. **A cidade das letras**. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 29.

⁶⁴ LOBATO, M. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1968. Personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato, no livro *Urupês*, que representa o povo brasileiro, atrasado e indolente, contaminado pelos vermes que lhe roubavam seu vigor e força laboral.

Nesse período republicano, o Brasil planejava apagar de sua memória e esconder das outras nações o seu suposto atraso, pois, na visão dos republicanos, o Império fora a inércia que obstruiu o desenvolvimento e progresso brasileiros. Como solução da raça degenerada e enfraquecida pela mestiçagem dos brancos com índios e, principalmente, com os negros, os políticos – baseados nos discursos científicos da época – defendiam a introdução do trabalhador branco europeu em nosso mercado de trabalho, no intuito de fortalecer e clarear a raça brasileira e, assim, evoluir nossa população. O Brasil abriu seus portos para a vinda dos trabalhadores brancos europeus, nos quais se projetavam as representações de bem preparados, ordeiros e conhecedores da disciplina laboral, contudo, a realidade estava muito aquém do idealizado. Os incentivadores da imigração européia se decepcionariam com os movimentos anarquistas, comunistas e anarcossindicalistas que se estabeleceram nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo. Rago comenta o fato da seguinte forma:

Desde cedo, afinal, os dominantes vêem desmoronar a imagem disciplinada e laboriosa que haviam projetado sobre o imigrante europeu (...) os trabalhadores provenientes do sul da Europa, brancos e civilizados como se desejara, trazem consigo não apenas uma força de trabalho, mas todo um conjunto de expectativas, de valores e de tradições culturais.⁶⁵

As expectativas favoráveis aos europeus foram arruinadas com o passar dos anos e o aumento da prostituição, dos roubos, assassinatos, estupros e outros tipos de crimes e contravenções, cuja culpa era depositada aos imigrantes, tidos, agora, como insolentes, rebeldes, boêmios, preguiçosos, sujos, grevistas, comunistas, anarquistas etc. Ainda que a análise de Rago se debruce sobre os operários da cidade de São Paulo, centro urbano onde as indústrias já tinham se instalado, percebemos que, em Uberabinha, muitas ações da nascente burguesia – comerciantes, fazendeiros, agiotas e pequenos industriais – corroboravam a adaptação da positividade do trabalho, da conformação dos pobres na sua redenção na disciplina, na moralização de seus costumes e na necessidade de erigir um ambiente limpo e asseado para a população.

⁶⁵ RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 17.

Nossa hipótese se funda na suposição de que, na falta das indústrias higiênicas⁶⁶ em Uberabinha, os produtores do espaço da vila – vereadores, intelectuais, professores, articulistas etc. – assumiram a responsabilidade de construir um ambiente asséptico na pequena urbe via Câmara Municipal, na esperança de edificar uma profilaxia social, isto é, uma cidade sem as mazelas da pobreza, sem o odor do pobre e sua sujeira que manchassem o cenário planejado pelos políticos, a cidade higiênica onde todos os grupos sociais viveriam em harmonia, e cada indivíduo era ciente de seu papel social, ou seja, a cidade materializaria os preceitos positivistas. Essas transformações, contudo, deveriam se basear em um discurso técnico-científico para minimizar as possíveis resistências, retirando, assim, o caráter político e impositivo das ações da edilidade.

Em Uberabinha, assim como em tantas outras cidades do início do século XIX, o desenvolvimento fora calcado na ordem e no progresso positivistas e nos ideais burgueses que pretendiam (re)desenhar as práticas cotidianas, moldando-as no intuito do que as elites representavam por modernidade e civilidade. Os periódicos locais louvavam o suposto caráter laborioso, pacífico e harmonioso dos habitantes da urbe, sua disposição ao trabalho, ao progresso e à ordem. Por meio desses jornais é possível analisar quais eram as representações que a burguesia e as elites locais tinham sobre cidade, cidadania, civilidade etc. Embora a pobreza e as mazelas da cidade fossem “silenciadas”, não quer dizer que elas inexistissem. As nomeadas práticas dos pobres, como a mendicância, a embriaguez, a prostituição, a jogatina etc., somente eram observáveis sob um olhar mais atencioso, pois as elites se prontificaram em escondê-las ou discipliná-las via legislação e normas locais, intolerantes para com tais práticas.

O Código de Posturas do Município é pródigo em fornecer pistas de como as normas e estatutos deveriam ser empregados com o objetivo de formar o cidadão ideal para se portar no meio urbano civilizado e asséptico. O referido código entrou em vigor a partir de 1903 e abrangia várias áreas, do público ao privado, e se sobrevivia pelas multas que eram cobradas aos seus infratores. Algumas normas expõem a clara tentativa de imprimir na cidade um perfil burguês e, quando

⁶⁶ RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Categoria criada por Margareth Rago. “... espaço racional e apolítico da produção, até transformar-se num projeto enunciado e assumido pelo conjunto dos especialistas, o empresariado e do Estado (...) visa anular a representação simbólica da “fábrica satânica”, recorrente no imaginário operário, opondo-lhe os ritmos e os regulamentos do trabalho fariam parte da própria natureza do processo produtivo ...”, p. 19.

analisadas, cruzando os debates travados nos periódicos, temos uma visão ainda mais nítida de quais as razões e intenções que nortearam as estratégias dos legisladores.

Machado⁶⁷ analisa, em sua pesquisa, os projetos burgueses que foram idealizados pela lógica do capital e da burguesia baseada nos ideais positivistas de ordem e progresso na formação e constituição de Uberabinha como uma cidade moderna e industrial. Sua contribuição, nesta pesquisa, é a de trazer à luz os manifestos e as recusas dos pobres à ordem e moral burguesas, muitas vezes, escamoteadas pelo discurso oficial produzido pelas elites as quais vislumbram a cidade de Uberabinha como ordeira e pacífica, bem como, a de mostrar as intenções dos burgueses, ainda que seus discursos orientassem para outros rumos apolíticos.

No propósito de minimizar os conflitos e tensões dos grupos resistentes às práticas burguesas, os dominantes implementaram o Código de Posturas da cidade, que pode ser compreendido como um diapasão que orientava os abastados a formatar a cidade utópica, mesmo que, para isso, a cultura e o modo de vida dos mais pobres fossem desrespeitados e seu modo de vida contestado.

Utilizando-se de um discurso cientificista, a Câmara Municipal de Uberabinha criou o Código de Posturas em 1903, e esse discurso, baseado principalmente na ciência da higiene e da medicina, escamoteou o jogo político que se travou na cidade, o qual desejava afastar o pobre, o mendigo, a prostituta, os meninos de rua do centro da cidade, alojando-os na periferia e, assim, pretendiam esconder as mazelas da urbe e, para minimizar o mal-estar de vê-los diariamente. Outra intenção que percebemos no código de posturas que coaduna com os princípios capitalistas de trabalho e disciplina, é a moralização dos costumes, dos princípios de vida equilibrada, sem excessos e sem vícios.

Não queremos, com esta afirmação, minimizar ou subjugar o discurso científico frente às forças políticas locais. É claro que havia uma intenção científica que buscava beneficiar a cidade com melhorias de ordem higienista e, para que isso se concretizasse, culturas e costumes de alguns foram contestados. O discurso científico em um tempo de certezas, como bem explicam Costa e Schwarcz em seu texto conjunto, representa a

⁶⁷ MACHADO, M. C. T. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 4, jan/jun 1991.

Vitória da “sciencia”, derrota do obscurantismo. Desaparecem as nuvens, e quem lidera a cena, para sempre, é o progresso e a civilização com seus símbolos diletos (...) Mais do que uma ilustração, o enredo desse bailado é quase um sinônimo de época. Conhecido como a “era da sciencia”, o final do século XIX representa o momento do triunfo de uma certa modernidade que não podia esperar.⁶⁸

A baliza que norteava a sociedade brasileira do início do século passado era a ciência, contudo, corroboro com a análise de Chalhoub que percebe sob o discurso científico o

surgimento da ideia de que uma cidade poder ser apenas “administrada”, isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnico ou científicos: trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear, então, a condução não política, “competente”, “eficiente”, das políticas públicas. Essas duas combinadas, têm contribuído muito, em nossa história, para a inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio mesmo de cidadãos.⁶⁹

Portanto, ainda que o discurso científico tentasse construir uma nova realidade, uma nova cultura, não excluimos ou deixamos de relacionar as intenções científicas das políticas.

Nesse sentido, encontramos, no Código de Posturas, um capítulo destinado à segurança pública, no qual os jogos de azar e outros “artifícios prejudiciais” à sociedade são tratados e penalizados. Dentre esses “vícios”, encontramos a bebida. O artigo 108 reza que:

Todas as casas de negocio, vendas e tavernas das povoações e estradas fecharão as suas portas ao toque de recolher, que será dado às 9 horas da noite do 1º de Abril ao ultimo de Setembro, e às 10 horas do 1º de Outubro ao ultimo de Março.⁷⁰

A vida noturna, na pequena cidade de Uberabinha, terminava, ao menos legalmente, às 21 horas, depois desse horário, as tavernas e as vendas que permanecessem abertas poderiam ser multadas e, no caso de reincidência, a multa teria o dobro do valor da primeira infração. Esse jogo de tensões entre costumes populares e cultura moral burguesa pode ser apreendido em várias normas que

⁶⁸ COSTA, A. M. da; SCHWARCZ, L. M. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. – (Virando Séculos).

⁶⁹ CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 19.

⁷⁰ UBERABINHA. (1903). **Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, 1898-1903**. Uberabinha, MG: Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, 1903, p. 22. (ArPU)

tinham como objetivo a atribuição dos valores e símbolos burgueses na disciplinarização dos pobres. Os esforços dos grupos dominantes em proibir a venda de bebidas depois das 21 horas estão vinculados com a disciplina de dormir cedo e descansar o corpo para o próximo dia de trabalho. Aos resistentes e rebeldes à lei, havia o artigo 113 que prescrevia:

Os ebrios, encontrados nas povoações, serão recolhidos á prisão por 24 horas, si alguém de outro modo não se responsabilisar pelo seu restabelecimento, sem ameaça de nenhum perigo.⁷¹

Os bêbados, se não fossem reclamados por alguém responsável e sóbrio, eram colocados na cadeia e ali permaneciam por um dia e depois eram soltos e, não somente estes poderiam ser penalizados, mas também a pessoa que lhes vendera a bebida, pois o artigo 105 assim dispunha: “É proibido vender bebidas para uso de crianças, bem como vendel-as ás pessoas já em começo de embriaguez”, ou seja, infringia o código o ébrio, bem como o dono da venda que lucrava com o vício e o desequilíbrio alheio.

Outra prática popular diretamente afrontada foram as “rodas de samba”, o artigo 117 do código rezava,

São proibidos os sambas, batuques, cateretês e outras dansas sapateadas e tumultuosas, dentro das povoações, sem o pagamento do respectivo imposto e licença da polícia: multa de 10\$ ao dono do divertimento e dispersão do ajuntamento.⁷²

Apreciado por negros e pobres da Primeira República, o samba e a “pagodeira” era uma das formas mais comuns de divertimento desse grupo social. Reuniam-se para dançar, beber e conversar, tais práticas faziam parte de sua identidade e de seus costumes, contudo também eram malvistas pelos burgueses, pois elas retirariam a vitalidade do trabalho, visto que consumiam a energia do corpo em danças e bebedeiras que em nada contribuiriam com o coletivo. Portanto, tais práticas deveriam cair no ostracismo em benefício de um povo trabalhador e ordeiro, amante do progresso da cidade. O dinheiro obtido pelo suor do trabalho deveria ser empregado em uma poupança privada, com a finalidade de garantir um futuro

⁷¹ UBERABINHA. (1903). **Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha**, 1898-1903. Uberabinha, MG: Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, 1903, p. 22. (ArPU)

⁷² UBERABINHA. (1903). **Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha**, 1898-1903. Uberabinha, MG: Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, 1903, p. 23. (ArPU)

seguro por meio da previdência, mas nunca usado em vícios e jogatinas inúteis que alimentavam a sede por fortuna fácil, nem em diversões pecaminosas que garantiriam um prazer efêmero e passageiro, inviabilizando uma velhice pacífica e sem preocupações financeiras. Sob esse discurso, cabia ao pobre trabalhar incansavelmente e entender que o trabalho seria a sua redenção e a fortuna um mérito de alguns poucos que se esforçaram mais.

Logicamente, esses estatutos, normas e leis não eram obedecidos na íntegra, e pelos processos-crimes, pudemos flagrar diversos crimes e contravenções que revelaram a resistência e a inconformidade com os valores e símbolos burgueses por parte dos marginalizados. Dos processos-crimes por nós inventariados – totalizando 82 processos –, 31 tratavam de agressão física, tentativa de homicídio e homicídio, o que nos leva a compreender que, em Uberabinha, os desentendimentos eram resolvidos mais com “as próprias mãos” que pelo uso legal dos tribunais.

Porém chamou-nos a atenção o processo-crime de 1899. Alguns campos de trabalho não eram regulamentados pelos códigos legais do Brasil e/ou suas áreas de atuação estavam sendo delimitadas por meio de enfrentamentos e confrontos entre os grupos sociais. Exemplo disso era o campo da medicina, a qual se confundia com a farmácia e com a homeopatia, e como um “primo-pobre”, a marginalizada prática do curandeirismo. Um processo contra o cidadão Honorato Muniz Ferreira, movido pelo promotor de justiça da cidade de Uberabinha, fornece um panorama dos confrontos existentes para a legitimação da profissão do médico em detrimento da prática ilegal do curandeirismo. Essas altercações, quando compreendidas como lutas de legitimidade, possibilitam apreender – sob a ótica de Certeau – as estratégias dos dominantes na imposição de seus valores sobre os “fracos”, mas também as resistências dos pobres por meio de suas *trampolinagens* ao ressignificarem as estratégias dominantes e usá-las para sua sobrevivência.

O promotor de Justiça, usando da atribuição que lhe confere a Lei, vem perante esse juízo denunciar de Honorato Muniz pelo facto que passa a expôr. Infringindo disposição legal, Honorato, sem estar devidamente habilitado, entrega se a pratica abusiva de curas por meio de raizes do campo, as quaes, muitas vezes, podem causar graves perigos a saude publica. E assim procedendo, Honorato Muniz não é mais que um curandeiro, o que não permitem as nossas leis que estabelecem penas rigorosas. Ora, como nestas condições Honorato incorreu na sancção penal do artº 158 do Codigo, esta Promotoria a elle denuncia para que soffra a devida punição. Requer que se prosiga nos demais termos do summario,

tomadas os depoimentos as testemunhas cujos nomes adiante apresenta arrolados.⁷³

O artigo 158 do Código Penal Brasileiro de 1890 rezava que:

Ministrar ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro.⁷⁴

Ora, dessa forma, o réu incorria no crime de curandeirismo e poderia ser preso por seis meses, caso fosse condenado. No decorrer do processo, as testemunhas eram intimadas a depor, e percebemos um interessante jogo político entre as partes.

Chegando ao conhecimento desta delegacia de policia, que Honorato de tal, individamente e sem documento que o habilite exerce a profissão de medico, aplicando raizes desconhecidas e que elle próprio não conhece suas ações e constando mais que esse exercicio tem sido funesto para mais de uma pessoa, ordene o escrivão desta delegacia que intime, José Mariano de tal, Rita de tal mulher de Jose Mariano e Maria Pinto de Oliveira, para comparecerem nesta delegacia afim de deporem o que souberem. O que cumpra-se. 1ª Testemunha: José Mariano da Silva, solteiro, com trinta annos, natural de Candeias de Campo Bello, rezidente nesta cidade, não sabe ler, carpinteiro. Testemunha jurada na forma da lei que disse o seguinte: Que Honorato Muniz exerce a profissão da medicina diabolica segundo diz elle e que tem dados os seus remedios a diversas pessoas com [ilegível]: a infeliz Angélica de Jesus, filha de Manoel Joaquim Florentino, residente no Congonhal, fazenda do Sobradinho, deste districto, que veio a fallecer poucos dias depois com uso das taes raizes e que elle testemunha, conheceo a infeliz Angélica em vida e depois de morta, que em vida conheceo-a robusta, vigorosa e sadia que depois de morta seo cadáver com feicções roxas, dentes denegridos, labios e olhos quazi pretos e unhas roxas, sabe mais que o mesmo Honorato Muniz deu seus remedios a uma criola por nome Mariana, já fallecida, tem ouvido diser que tem dezoito pessoas sujeitas ao tratamento de Honorato e são testemunhas que podem trazer a luz neste processo as pessoas que conduzirão o cadáver da infeliz Angélica e que assitio ao tratamento. Martinho de tal, morador no Sobradinho, fazenda do Congonhal e Manoel Carreiro, do mesmo lugar e que se sabe que tudo isto é verdade, não só porque sabe de sciencia própria e como por ouvir dizer.⁷⁵

No depoimento, a prática é denominada de “medicina diabólica” e há uma tentativa de agravar o crime, imputando a responsabilidade da morte de Maria

⁷³ Processo-crime. PC-05/1899. Cx 01, p. 2 frente. (CDHIS)

⁷⁴ FARIA, A. B. de. **Anotações theorico-praticas ao Codigo Penal do Brasil**: de acordo com a doutrina e legislação e a jurisprudência, nacionaes e estrangeiras. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1929.

⁷⁵ Processo-crime. PC-05/1899. Cx 01, p. 4 verso/5 frente. (CDHIS)

Angelica de Jesus sobre o réu, pois esta teria bebido os remédios confeccionados por Honorato Muniz. A testemunha alegou que Maria Angélica, antes de falecer, se encontrava “robusta, vigorosa e sadia”, o que será omitido pela próxima testemunha. Outro ponto interessante é a testemunha afirmar saber que o “raizeiro” tratava de outras 18 pessoas, reforçando a ideia de que ele praticava o curandeirismo como profissão.

Rita Candida Laudelina, solteira, com vinte annos de idade, natural de Araguay, residente nesta cidade. Aos costumes disse nada. Testemunha jurada na forma da lei que disse o seguinte: Que sabe que Honorato Muniz exerce a profissão da arte diabolica segundo elle mesmo e diz curando de feitiços por meio de raizes a qual o seu resultado tem sido funestos, segundo seu modo de entender, sabe, Honorato a poucos dias estava tratando da infeliz Angelica, digo Maria Angelica de Jesus, filha de Manoel Joaquim Florentino, residente no Congonhal, fazenda de Sobradinho, deste districto e com uso das taes raizes veio a fallecer nesses poucos dias e que conheceo Maria Angelica em vida já em uso de remedios de Honorato e vio-a depois de morta com labios, olhos e dedos das mãos roxos com manchas rouxas pelo peito. Disse mais que Honorato fora em sua casa e se offereceo a dar remedios a ella testemunha que regeitou por não conhecer aptidão de Honorato. Disse mais, diversas pessoas dessa cidade estão em uso de remedios de Honorato, segundo tem ouvido diser.⁷⁶

A testemunha, então, reafirma a posição de Honorato como curandeiro e praticante da “medicina diabólica” e confirma alguns depoimentos da piora de Maria Angelica depois de haver tomado os medicamentos do réu.

Outras testemunhas são chamadas para depor dias depois e são argüidas pelo delegado.

Manoel Elias Rosa com vinte e cinco annos de idade, solteiro, lavrador natural e residente no districto desta cidade; aos costumes disse nada. Testemunha que prestou o compromisso na forma da lei e sendo inquerida sobre a denuncia as folhas que lhe foi lida. Respondeu que sabe por ouvir diser do proprio réo ter sido a finada Maria Angelica de Jesus tractada por elle réo quando se achava bastante doente; que elle iniciou o tratamento com beberagem de raises de campo depois de ter usado medicamento de botica, que ignora qual tenha sido a moléstia que vitimou a Maria Angelica, de quem embora o vizinho não pode dar melhores informações por não ter intimidade. Respondeu mais que não sabe se o denunciado recebe remuneração pelos seos serviços de curandeiro e que o mesmo não vivi exclusivamente de ministrar remedios do campo tanto assim que há bem pouco tempo esteve no Congonhal occupado em suas madeiras. Dada a palavra ao Doutor Promotor de Justiça as suas perguntas respondeu que não só vio o cadaver de Maria Angelica que antes de tomar os remedios ministrados pelo réo, já se achava de camma há muitos dias, que não sabe se Honorato Muniz rezava ou benzia as suas raizes antes de fornecel-as aos doentes e nem tão pouco elle testemunha conheceu as raizes que o

⁷⁶ Processo-crime. PC-05/1899. Cx 01, p. 5 frente/verso. (CDHIS)

mesmo condusiu em companhia de um irmão de Maria Angelica, com os quaes encontrava-se na entrada. Dada a palavra ao réo por elle foi dito que não contestava a testemunha.⁷⁷

Essa testemunha descreve a situação mais favorável a Honorato, além de afirmar que Maria Angelica já se encontrava de cama e gravemente doente, não retira, mas minimiza o fato de ela ter bebido de seus remédios. Outro ponto que merece atenção é a testemunha não ter podido afirmar que o réu recebia remuneração pelos seus serviços nem viver exclusivamente de suas “garrafadas”, antes, estava na fazenda “ocupado com suas madeiras”, dando a entender que Honorato tinha uma profissão regular. A próxima testemunha apresenta uma diferença fundamental em seu depoimento.

Jose Mariano da Silva, com trinta annos, solteiro, lavrador, digo, official de carpinteiro, natural de Candeias de Campo Bello, residente nesta comarca, aos costumes disse nada. Testemunha que prestou o compromisso na forma da lei e sendo inquerido sobre a denuncia de folhas respondeu que sabe por ter lhe dito o proprio denunciado que tratava Maria Angelica falecida em abril ultimo não sabendo porem se ella veio a falecer em virtude de effeitos do remedio ministrado por quanto não tem pratica disso (...) Disse mais que conhece o denunciado desde Araguay onde há tempos trabalhava ora como pedreiro ora como carpinteiro, tendo somente aqui ouvido dizer que o denunciado vivi esclusivamente de receitar beberagem de raizes que não sabe se o denunciado recebe dinheiro pelas receitas (...) disse mais que não sabe se Honorato benze raizes ou as propina por outros meios e que a pesar de conhecer muitas raizes de campo que servem de medicamento, não sabe quaes são as que o denunciado costuma a fornecer (...) Disse mais, por ouvir dizer que ainda do denunciado, que Mariana Saracura, ja falecida tambem foi tratada por Honorato. Dada a palavra ao réo por elle foi dito que contestava a testemunha na parte que diz respeito a profissão habitual visto ser elle réo é pedreiro e trabalhador.⁷⁸

Nesse depoimento, há uma série de pontos a serem abordados. A testemunha agrava a situação do réu, responsabilizando-o pela morte de uma terceira pessoa que, supostamente, teria usado de suas beberagens, porém, ao ser dada a palavra ao réu, ele rebate não essa nova acusação, mas o fato de ele viver e tirar seu sustento exclusivamente da prática de curandeirismo. A defesa chama a atenção por parecer ingênua ou fora de lugar, afinal, uma segunda morte sob sua responsabilidade nos parece mais prejudicial que a dedicação exclusiva ou parcial como curandeiro. O ministro do Supremo Tribunal Federal desse período estudado,

⁷⁷ Processo-crime. PC-05/1899. Cx 01, p. 10 frente/verso. (CDHIS)

⁷⁸ Processo-crime. PC-05/1899. Cx 01, p. 10 verso (CDHIS)

Antonio Bento de Faria, comentou sobre esse artigo 158 do Código Penal de 1890, e usando da jurisprudência de outros processos e argumentou que:

O dispositivo (...) não é claro, e, por isso mesmo, a sua aplicação exige o maior critério para o fim de evitar-se o arbitrio de uma interpretação variável. O Cod. pressupõe a existencia de um officio de curandeiro, mas não o define nem o explica. Ora, em materia penal, o facto para ser punido deve se achar expressamente consignado na lei, sem o que ficará impune. Criticando com justeza este preceito, escreveu o Dr. Gabriel Ferreira (Rev. De Jur., Dezembro de 1899, pág. 357): "Não conheço Codigo algum moderno que consagre disposição identica, e seria preferivel que o nosso, tendo já estabelecido penas contra o exercicio illegal da medicina no art. 156, deixasse a repressão de curandeiros ao cuidado dos regulamentos da policia municipal, onde figuraria com mais propriedade."⁷⁹

Pelo que notamos, há uma brecha na lei, pois ela prevê a pena para aqueles que são enquadrados no crime de curandeirismo, mas o próprio código não esclarece as características desta contravenção e deixa para a polícia, ou seja, o poder executivo, o papel de regular e combater este crime. Além disso, a jurisprudência brasileira versava que:

O officio de – curandeiro – não é profissão cujo exercicio seja garantido pela Constituição. A medicina só póde ser exercitada mediante diploma scientifico ou titulo de habilitação. **Para existencia do delicto supra não basta que o agente aconselhe qualquer remedio, é preciso que elle pratique habitualmente o charlatanismo, exerça a profissão de curandeiro, tire os seus proventos de um tal officio ou faça delle meio de vida.** Não pode ser curandeiro quem “ministra remedios a pessoas de casa e a outras estranhas, não exercendo habitualmente a arte de curar”⁸⁰ (grifo nosso)

Não afirmamos que o réu conhecia a legislação brasileira, afinal era analfabeto, porém é interessante perceber as táticas da defesa utilizando-se das brechas deixadas pela lei. Pelo fato de a jurisprudência permitir que a polícia municipal regulasse esse crime, passamos a entender a razão de tantos médicos e farmacêuticos atuando na cidade de Uberabinha, ainda que sem habilitação ou diploma que comprovassem sua capacidade profissional, os chamados médicos práticos. Estes práticos divulgavam seus produtos nas áreas de anúncios particulares, oferecendo elixires, xaropes, pomadas e pílulas. Em um período em

⁷⁹ FARIA, A. B. de. **Anotações theorico-praticas ao Codigo Penal do Brasil**: de acordo com a doutrina e legislação e a jurisprudência, nacionaes e estrangeiras. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1929, pp. 310-311.

⁸⁰ FARIA, A. B. de. op. cit., p. 311.

que as profissões de médico e farmacêutico estavam em constituição, notamos confrontos pela legitimação e regulamentação de suas práticas.

Antonio de Pádua Bosi se debruçou sobre esse tema e contribui com nossa pesquisa na questão dos confrontos travados não somente entre curandeiros e médicos práticos estabelecidos em Uberabinha, que se amparavam nas leis e estatutos do município para legitimar suas práticas, mas também, nas alterações e luta por reconhecimento entre esses práticos e os médicos de profissão. De acordo com sua pesquisa, em Uberabinha:

A cidade contava, em 1921, com seis farmácias, seis farmacêuticos e seis médicos – que mantinham consultórios em suas residências –, o que correspondia a uma farmácia para cada médico.⁸¹

Nem todos esses médicos eram formados em medicina ou tinham licença para trabalhar, mesmo assim, eles anunciavam seus produtos nos periódicos locais. “As práticas ilegais da medicina e da farmácia não só eram bem toleradas em Uberabinha, como também eram – nalguns casos – a única alternativa para a maioria da população do município”⁸², ou seja, os grupos mais abastados da cidade se consultavam com os médicos práticos, enquanto os mais pobres utilizavam os serviços dos curandeiros e raizeiros. Rodrigues da Cunha, farmacêutico e agente executivo (equivale ao prefeito atual) da cidade de Uberabinha de 1912 a 1922, no período estudado, ofereceu denúncia contra José Marra por praticar ilegalmente a profissão de farmacêutico, receitando remédios. Bosi expõe, nos bastidores desses processos, o jogo político partidário da cidade, entre o líder do Partido Republicano Municipal, Rodrigues da Cunha e José Marra, membro do Partido Conservador. Nosso viés, no entanto, é o de analisar as táticas usadas pelo réu para se defender no processo. Ainda de acordo com Bosi:

José Marra foi inocentado porque não foi comprovado que ele cobrava pelas consultas, fator considerado suficiente para caracterizar um curandeiro. Todos os depoentes que se consultaram com José Marra foram indagados e afirmaram que ele não cobrava pelas receitas ou consultas.

⁸¹ BOSI, A. de P. Médicos e farmacêuticos em Uberabinha (1890-1920): conflitos e disputas. **Revista Eletrônica Scielo**, Rio de Janeiro, v. 14, jul/set. 2007. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000300018>. Acesso em 19 jun. 2009.

⁸² Idem

Mesmo Rodrigues da Cunha afirmou ignorar "se o denunciado recebe remuneração em dinheiro pelo exercício daquela arte"⁸³

A mesma argumentação fora usada por Honorato Muniz no processo que abordamos acima, o que nos permite afirmar que a prática de curandeirismo na cidade era tolerada, como afirma Bosi, pela ausência de médicos profissionais e, mais de acordo com nosso interesse, observamos que os pobres se inseriam nesses confrontos de legitimação dos ofícios, embora não participassem diretamente das lutas político-partidárias *a priori*.

Enquanto, da constituição dos campos dos ofícios de médico e farmacêutico, na cidade de Uberabinha, percebemos um cenário mais complexo e emaranhado do que a dual dicotomia de ricos e pobres, ou médicos formados e curandeiros advindos das classes pobres. O panorama se apresenta com médicos práticos, médicos profissionais, curandeiros e raizeiros, e pudemos perceber que, em um ambiente de formação e organização das profissões, os campos se estabeleceram no meio legal, porém as brechas não contempladas pelas leis eram usadas pelas táticas e trampolinagens dos pobres em sua sobrevivência.

No capítulo a seguir, analisaremos os discursos médico-higienistas que contestaram alguns grupos sociais, exigindo deles uma conformação de suas práticas sociais e privadas de acordo com a ciência da higiene. Contudo partimos do pressuposto do escamoteamento das ações políticas sobre essa população menos favorecida, com a finalidade de construir o cidadão idealizado e representado pelos dominantes. Cidadão higiênico, patriótico, civilizado, habitante de uma cidade limpa e ordeira que constituísse um meio-ambiente asséptico e moralmente superior às práticas dos fracos.

⁸³ BOSI, A. de P. Médicos e farmacêuticos em Uberabinha (1890-1920): conflitos e disputas. **Revista Eletrônica Scielo**, Rio de Janeiro, v. 14, jul/set. 2007. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000300018>. Acesso em 19 jun. 2009

CAPÍTULO II

A HIGIENE DO ESPAÇO URBANO E DO CORPO

2.1 A higiene para a cidadania: construção e organização do espaço urbano de Uberabinha na Primeira República

Sendo a cidade, por excelência, o “lugar do homem”, ela se presta à multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados.

(Sandra Jatahy Pesavento)

A cidade é, entre outras características, palco das tensões entre grupos antagônicos que dividem seu espaço. Em seu interior, concretizam-se os conflitos por identidades e constituições de práticas sociais e culturais. Partindo deste pressuposto, analisamos as lutas diárias que foram travadas entre os populares e os grupos mais abastados de Uberabinha. Propomos, então, compreender os confrontos entre a visão liberal burguesa – que tentava consolidar-se na urbe – e as práticas dos comuns, classificadas, pelos primeiros, como anomalias, mas que davam, ao segundo grupo, sentido e identidade às suas vidas.

Aos populares⁸⁴ – trabalhadores braçais, jogadores, diaristas, desempregados, pobres, mestiços, negros, pedintes, prostitutas etc. – foram direcionadas as leis e regras de posturas que contestavam suas práticas sociais, ou seja, sua identidade que, muitas vezes, coincidiam com seu meio de sobrevivência. Essas ações, baseadas na filosofia positivista, que buscava ordenar e organizar a sociedade sob um ponto de vista progressista, pretendiam silenciar ou afastar do centro urbano àqueles que eram vistos como os retardatários do progresso.

Os projetos da cidade moralmente asséptica e de acordo com os ideais liberais foram defendidos pela pequena burguesia, que desejava transformações

⁸⁴ Embora saibamos que a lei tem o caráter universal, isto é, todos os cidadãos devem obedecer a ela, percebemos que aos pobres a exigência e o rigor eram maiores, visto que aos mais abastados, a educação reverberava as suas práticas sociais e desqualificavam e confrontavam as dos fracos.

radicais no interior do país, mas, para isso, faziam-se necessários os inevitáveis choques com práticas culturais e costumes arraigados nas famílias de baixa renda que povoavam o pequeno município, sem nos esquecer de que a própria burguesia, em certos momentos, também foi convocada a mudar suas práticas e confrontada a se adequar a uma nova sociedade urbanizada.

Atuando no poder legislativo e executivo de Uberabinha, os mais abastados – baseados nos ideais capitalistas – traçaram regras e posturas que deveriam ser seguidas por todos os moradores da urbe, pois supostamente, a cidade idealizada se concretizaria, caso essas regras fossem cumpridas. Para tanto, todos os esforços deveriam ser utilizados para legitimar a luta contra a pobreza, contra as moléstias, contra o mau cheiro, em suma, contra o mal-estar de ver o pobre, todos os dias, desafiando a ordem burguesa, destoando dos projetos idealizados pelos ricos e expondo os paradoxos urbanos que estes desejavam esconder ou, ao menos, afastar para a periferia, a fim de não ter que conviver com essa realidade.

No campo da política, fora elaborado o segundo Código de Posturas do Município de Uberabinha (1913), o qual tinha a clara intenção de corrigir as falhas e lacunas do primeiro Código (1903) e avançar no controle social da “vila”, como nos demonstra seu relator, o Agente Executivo Rodrigues da Cunha, no memorial que apresentou no dia 14 de maio de 1912, entregando à Câmara Municipal os três volumes do que viria a ser o Código de Posturas de 1913.

O signatario desta, depois de meticoloso o estudo compositivo de varias legislações municipais do Estado de Minas e do de S. Paulo, aproveitando aqui e alli o que existe de melhor, organisou um novo código, contendo o regimento interno da Câmara e os respectivos posturas. Chamando a vossa atenção para esse trabalho, fructo de dois annos de estudos e dedicação, o relator da commissão vos notifica que entendeu não incluir no código o regimento tributário actual, que esta mal organizado o que é uma lei susceptível de modificação annuaes. Espera que, estudado e devidamente julgado pela Câmara, seja o seu substituto convertido em lei; relevado ao abaixo assignado a demora na entrega do trabalho.⁸⁵

De acordo com o memorial escrito por Rodrigues da Cunha, a pessoa que ficou a cargo da organização do código fora o major Bernardo Cupertino, este cidadão, além de major – autoridade militar local – era o editor-chefe do periódico semanal *O Progresso*. Neste semanário, está contida a maior parte de nossas fontes

⁸⁵ CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 14 mai. 1912.** Livro 11, pp. 4 verso-5 frente. (ArPU)

primárias, pois, em suas páginas, os articulistas – a maioria membros da classe mais abastada ou indivíduos ligados a ela – divulgavam seus projetos e defendiam suas posições acerca das melhorias na vila de Uberabinha. Essas ideias, no entanto, não permaneciam apenas nos discursos, por isso mesmo, o major Cupertino fora escolhido para investigar o que estava sendo praticado em outras cidades do Brasil, em relação à higiene e ao saneamento das urbes, e organizar para Uberabinha um Código de Posturas de acordo com a necessidade local, o que nos dá subsídios para compreender o emaranhado político-ideológico que havia nessa “vila”. O fato de o major Cupertino ter se inteirado das realidades das outras cidades mineiras e paulistas, que já tinham seus códigos de posturas e legislação municipal, esclarece uma característica dos produtores do espaço, que agiam não de forma isolada, mas buscavam ressonâncias e ecos que corroborassem seus projetos em outras cidades do interior.

Compreender o processo de constituição do espaço urbano de Uberabinha, no final do século XIX e início do XX, é fundamental para apreender as ações liberais, expostas nos periódicos, encontradas nas regras e condutas a serem seguidas por todos os cidadãos e que tinham como estratégia reprimir a cultura dos fracos e as suas práticas. Neste particular, a preocupação com a higiene do espaço público urbano e a tentativa de assepsia das práticas interpessoais nos chamaram a atenção, tanto pelos discursos que visavam estabelecer uma ordem alheia ao modo de vida dos populares, como também pela estratégia utilizada pelos dominantes, que recorrendo a discursos científico-higienistas, intervinham diretamente na vida dos pobres, questionando suas vivências. Como afirmou Gondra, ao analisar o processo de formação dos cursos de medicina, ainda no Brasil Império, e o fortalecimento da disciplina da Higiene, tudo isso sob a cega obediência à razão científico-iluminista:

A construção de uma ordem civilizada nos trópicos constituiu-se em um sonho dos homens da ciência médica no Brasil do século XIX. Homens cujos olhos e ouvidos voltados para um mundo considerado civilizado recusavam-se a aceitar a vida e parte das condições do país em que viviam e no qual muitos deles haviam nascido e se formado. Homens que irmanados pelo cimento de uma razão ilustrada construíram uma sociedade científica, faculdades, fundaram e dirigiram periódicos, participaram de sociedades literárias, foram escritores (...).⁸⁶

⁸⁶ GONDRA, J. G. Medicina, higiene e educação escolar. IN: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G.(orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 543.

O pressuposto por nós assumido indica como estratégia dos mais abastados a ratificação da ideia do progresso local, como objetivo a ser alcançado por todos, portanto, as disputas e as tensões entre os construtores do espaço e os populares deveriam ser diluídas e/ou silenciadas.

Embora Williams, em seus estudos sobre o campo e a cidade na Inglaterra, perceba que, na literatura de seu país – berço da revolução industrial, que gerou da urbanização descontrolada e mudanças radicais nas práticas sociais dos populares –, havia uma dose de bucolismo e nostalgia pelas velhas tradições camponesas, pelas refeições preparadas com a caça ainda do dia, apreciada em uma mesa para oito pessoas, essa realidade era diametralmente oposta em nosso recorte geográfico. Ao nos apropriarmos de seus pensamentos, notamos que, localmente, não encontramos, nem nos periódicos, nem na literatura, essa busca nostálgica pelo rural, ao contrário, percebemos uma valorização do urbano e uma idealização do homem civilizado na urbe em contraste com o rural, como iremos apresentar a seguir.

Em Uberabinha, a pobreza urbana foi um dos inimigos listado a ser combatido em favor do progresso da região e amalgamou os discursos dos vereadores e políticos locais aos interesses dos comerciantes e da pequena burguesia que se formava na vila. Essa união confluía para o ideal de um futuro promissor a todos os que colaborassem na concretização desses projetos.

Buscando silenciar ou afastar os descontentes e/ou os discordantes, os grupos abastados achincalhavam os populares como moralmente inferiores e, por consequência, aquém de compreender os benefícios da modernização do centro urbano. Não raras vezes, encontramos, nas atas da Câmara de vereadores da vila, pedidos de alívio ou abrandamento de dívidas e impostos, como o de Miguel Mascia que rogou pelo perdão da dívida ativa de sua propriedade com a edilidade, mas que lhe foi negada, pois o interesse da Câmara era de desapropriar seu casebre, como podemos ler abaixo:

A comissão opina para que a Câmara autorise o sr. Agente Executivo a fazer amigável ou judicialmente a desapropriação do casebre de propriedade do cidadão Miguel Mascia, visto ser ele um verdadeiro espantalho existente numa das nossa principais ruas, mesmo em frente a Avenida Affonso Penna, o que vale dizer que o visitante ao desembarcar aqui, recebe logo na entrada da cidade, uma impressão desagradável.

Nesse sentido a comissão tem a honra de submeter a consideração da Câmara um projecto de lei; que autorisa o sr. Agente Executivo a dar os necessários passos para que se torne uma realidade essa justa aspiração de grande parte dos habitantes dessa cidade.⁸⁷

Numa primeira leitura, podemos pensar que os vereadores se referem à pessoa de Mascia como um “espantalho”, o que nos levaria a ponderar que os políticos estariam ridicularizando um cidadão pobre da cidade, expondo aí os conflitos de grupos sociais antagônicos, porém a ambiguidade da frase pode ser esclarecida ao tomar outras fontes. Mascia foi testemunha de uma investigação no ano de 1907, quando um patrício italiano, Francisco Berreti, morreu após tomar uma cápsula receitada por um médico. Como primeira testemunha do caso, Miguel Mascia foi assim descrito pelo escrivão, “Alferes Miguel Mascia, cazado, negociante com cinquenta annos de idade, natural de Italia, de Chiangi, rezidente nesta cidade”⁸⁸. Alferes era o cargo de segundo tenente, além disso, dedicava-se aos negócios, o que vem a ser confirmado em uma das atas da Câmara, quando ele pede permissão para comprar a empresa de serviços funerários da vila, pois este serviço era regulamentado pela edilidade, portanto o proprietário deveria ter uma autorização da Câmara.

Lida a acta da ultima sessão, foi aprovada. Expediente – Lidos os requerimentos dos cidadãos Miguel Mascia e Padre André Aguirre, pedindo licença para ser transferida deste para aquella a Empresa Funerária desta cidade.⁸⁹

No dia 17 de setembro de 1912, os vereadores autorizaram o Agente Executivo (prefeito) a desapropriar a propriedade de Miguel Mascia, “indicamos que o sr agente executivo fique autorizado a fazer desapropriação do cazebre pertencente ao cidadão Miguel Mascia, situado na rua Silviano Brandão”⁹⁰. Essa situação demonstra que os projetos progressistas de embelezamento da vila de Uberabinha não se limitavam à luta de grupos sociais diferentes. Embora muitas ações contestassem os economicamente mais frágeis, os conflitos entre pessoas do

⁸⁷ CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 16 set. 1912.** Livro 11, p. 18 verso. (ArPU)

⁸⁸ Processo-crime. PC-01/1907. Cx. 01, p. 5 verso. (CDHIS)

⁸⁹ CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 12 set. 1911.** Livro 10, p. 24 verso/25 frente. (ArPU)

⁹⁰ CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 17 set. 1912.** Livro 11, p. 24 verso. (ArPU)

mesmo grupo poderiam ter origens em divergência política, ou de desentendimentos entre famílias etc.

Sendo o elo mais fraco das relações sociais, os pobres, sem recursos para se defender ou apelar para outras instâncias, viam-se mais ameaçados pela desestruturação de seu modo de vida e a perda de seus poucos meios de sobrevivência. Empiricamente, em nossa primeira abordagem para desvendar esses confrontos urbanos, analisamos algumas leis do Código de Posturas Municipal que tencionavam ordenar a cidade numa lógica burguesa. Como vemos a lei nº 5 de 1898, que regulava o trânsito de animais, mais especificamente, cabras, cabritos e carneiros, na área urbana de Uberabinha.

O cidadão Severiano Rodrigues da Cunha, Presidente e Agente Executivo Municipal, na forma da lei, etc. Faz saber que o povo de Uberabinha, por seus vereadores, decretou e eu em seu nome sanciono e mando executar a presente lei: Art. I – Fica desde já proibido o transito, pelas ruas da cidade, de cabritos e carneiros soltos ou trellados. Art. II – As cabras leiteiras devem ser conservadas presas em curraes.⁹¹

Talvez, querendo retirar os ares de cidade de interior, cujo centro urbano era extensão do rural, a Câmara proibiu o trânsito de cabritos e carneiros. Como advertiu Williams:

A ideia do campo tende à tradição, aos costumes humanos e naturais (...) A ideia da cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento. Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos.⁹²

Não queremos assinalar que essa lei se reduzia à questão estética da vila, retomando a afirmação de Gondra, havia uma crença cega na ciência sanitaria e higienista, e essa plena confiança na razão científica foi um dos motores dos discursos que motivaram os legisladores às proibições. Porém a hipótese que defendemos e queremos conferir é a de que havia interesses comerciais e econômicos por parte dos ricos e que foram dissimulados por um discurso científico-sanitarista.

⁹¹ UBERABINHA. (1903). **Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha**, 1898-1903. Uberabinha, MG: Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, 1903, p. 61. (ArPU)

⁹² WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 397.

Esse tipo de animal, que fora proibido nas ruas da vila, era criado pela população de baixa renda, a qual fazia deles seu meio de locomover pequenas cargas, além de oferecer o leite para sua sobrevivência. Neste sentido, pensar a Uberabinha no início do século XX é imaginar uma pequena vila com ruas tortuosas, que nasciam de uma praça central e serpenteavam por poucos e mal divididos quarteirões desembocando em um matagal ou mesmo nas fazendas dos homens mais ricos da cidadela. Os pobres que viviam em seus casebres, não construíam muros que dividiam seus lotes, mesmo porque seus animais pastavam ao redor de suas moradias.

Além de travar um confronto com os pobres, o discurso científico-higienista tentava edificar uma nova vila, uma urbanização asséptica e livre das moléstias. É inegável os benefícios desta ciência na vida dos cidadãos. Menosprezar os avanços tecno-científicos alcançados em nosso país, seria analisar nosso passado desonestamente. Como afirmam Costa e Schwarcz:

Para além das vicissitudes e dos usos políticos – de muitos lados – a que a rebelião se viu sujeita, importa guardar alguns aspectos. Em primeiro lugar, a introdução de uma medicina intervencionista que, em nome da higiene, alcançava espaços inusitados de atuação que iam do indivíduo à comunidade e, quiçá, priorizavam a própria nação.⁹³

Era comum a presença de animais no pequeno núcleo urbano uberabinhense, e seu trânsito, nas suas ruas sem pavimentação da vila, dividia espaço com os pedestres. Ainda assim, essa paisagem semirrural não impediu que uma pequena burguesia comerciante projetasse uma cidade liberal, com o comércio em suas mãos. Como podemos perceber pela foto acima, os amplos espaços em frente dos comércios eram necessários para o estacionamento de carroças de tração animal.

Podemos afirmar essa convivência entre animais e pedestres no espaço urbano da vila com a criação da lei nº 9⁹⁴, do mesmo ano, que proibia a criação de gado no perímetro urbano. No ano seguinte às proibições da criação e trânsito dos animais na sede do município, a Câmara, pela lei nº 13 de 1899, vetou a venda de carnes feita em domicílio. “Art. I – Ninguém poderá vender carne, pelas ruas da

⁹³ COSTA, A. M. da; SCHWARCZ, L. M. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 122.

⁹⁴ UBERABINHA. (1903). **Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha**, 1898-1903. Uberabinha, MG: Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, 1903, p. 67. (ArPU)

cidade, em vasilhas ou por qualquer meio sem previamente tirar a licença e mostrar-se quites com a Fazenda Municipal”⁹⁵.

Como podemos notar os políticos aliados aos comerciantes, que vislumbravam o monopólio da dinâmica de compra e venda de víveres, iam implementando seus projetos, regulamentando as práticas livres e “espontâneas” dos pequenos comerciantes, desautorizando e tornando informal, clandestino e irregular esse tipo de comércio. Essa aliança pode ser esclarecida quando lemos o *Almanach de Uberabinha*⁹⁶ de 1912. Ao fornecer o nome completo dos vereadores, constatamos que alguns sobrenomes coincidiam com os cidadãos autorizados a fornecer carne verde na vila. Embora tenhamos encontrado esses dados, não podemos afirmar – apenas com essas fontes – que os sobrenomes convalidem o parentesco entre os citados, porém, em um universo de 5 mil pessoas habitando na zona urbana do pequeno município, suspeitamos que tal fato não seja uma mera casualidade, visto que esses sobrenomes não eram comuns.

Dos sete vereadores do mandato de 1908 a 1911 citados pelo almanaque, do prefeito Alexandre Márquez, dois deles, Francisco Grama e Honório Marra da Silva possuíam os mesmos sobrenomes de dois cidadãos autorizados pela prefeitura para ser os cortadores de suínos. João Marra da Silva, João Ribeiro Marra e Firmino Grama faziam parte de um pequeno grupo de 13 pessoas licenciadas pela prefeitura em matar os animais da espécie suína. Em contrapartida, na luta pela sobrevivência, os pobres se reorganizaram utilizando as “táticas e trampolinagens”⁹⁷, isto porque a existência das leis não significava a extinção das práticas dos fracos, como percebemos na legislação da Câmara no livro de leis de 1919.

A Camara Municipal de Uberabinha decretou, e eu, sanciono a seguinte lei: Art. 1º - Fica terminantemente prohibido a creação e conservação de gado bovino, muar, cavallar, caprino, lanígero dentro do perimetro do patrimônio da cidade. Art. 3º - Fica marcado o praso de 90 dias contados da publicação desta lei, para seus proprietarios retirarem suas creações. Art. 6º - Fica revogada a lei n. 9 de 9 de Outubro de 1898.⁹⁸

Como vemos, a lei acima, datada de 1905, revogava a lei de 1898 e ficou ainda mais rígida, já que, a partir dela, ficava marcado o prazo para o proprietário

⁹⁵ UBERABINHA. (1903). **Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha**, 1898-1903. Uberabinha, MG: Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, 1903, p. 83. (ArPU)

⁹⁶ Almanach de Uberabinha. Uberabinha, MG: [s.n.], 1912. (ArPU)

⁹⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 1 v.

⁹⁸ UBERABINHA. (1919). **Leis: 1903-1919**. Uberabinha: Typographia Popular, 1919, p. 32. (ArPU)

retirar os animais do perímetro urbano e a definição das espécies proibidas na vila, não somente o gado, mas, também, o cavalo, o cabrito, a ovelha, o asno etc.

E essa intransigência pode ser explicada como uma ineficácia da primeira lei que tratava do assunto, por não ter o efeito esperado pelos criadores do espaço, sendo necessário um arrocho para conformar uma nova cultura mais condizente com os projetos e oportunidades comerciais que interessavam aos políticos e seus agregados.

A lei nº 101, de 20 de janeiro de 1909, é um outro caso interessante nos confrontos entre as práticas enraizadas e as decisões impostas de cima para baixo que causavam reações da população.

Art. 1º - Fica permitida a entrega de carne verde nas ruas desta cidade, sendo esse transporte feito em carrocinhas apropriadas, com modelo aprovado pelo Agente Executivo. Art. 4º - É considerado açougue, e sujeito as leis em vigor, todo estabelecimento que vender no varejo, carnes verdes de suínos, bovinos, lanígeros e caprinos, assim como, toucinho, embora receba esses produtos de outros pontos que não sejam do matadouro.⁹⁹

A venda de carne verde (leia-se crua), antes comercializada nas ruas da cidade, começou a ser regulamentada no ano de 1909, ficando estabelecido que a venda deste tipo de produto só poderia acontecer nos açougues, sendo tolerada a entrega em domicílio e, embora o matadouro municipal já estivesse construído desde 1894¹⁰⁰, não havia a exigência das carnes serem originadas dele. Essa situação permitia que o comércio tivesse como característica a descentralização e não possuísse uma organização ou regulamentação rígida dos órgãos municipais o que consentiu que pequenos criadores de víveres pudessem buscar seu sustento e sobrevivência deste comércio espontâneo, já que a lei não exigia que os animais fossem abatidos em matadouros. Porém, passados quatro anos, no Código de Posturas de Uberabinha, encontramos a lei que tratava sobre a venda de alimentos na cidade, e o artigo 424 rezava:

É absolutamente proibida a venda de carne a retalho pelas ruas da cidade. § 2º - É permitida a entrega de carne á domicilio, desde que ella saia dos açougues em carrocinhas apropriadas, aprovadas pelo Agente Executivo, ou em saccos de papel, tendo impresso o nome do açougueiro ou firma do

⁹⁹ UBERABINHA. (1919). **Leis: 1903-1919**. Uberabinha: Typographia Popular, 1919, p. 74.

¹⁰⁰ CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 14 jan. 1893**. Livro 1, p. 24 verso-25 frente.

seu proprietário e manuscripto o nome do freguez a que se destina, mencionando o peso.¹⁰¹

A partir desta lei, as carnes verdes vendidas em Uberabinha só poderiam ter origem de algum açougue previamente liberado pela Câmara Municipal, o que pode ser compreendido como mais um passo a caminho da afirmação de um comércio centralizado e controlado por um grupo que visava esse empreendimento em suas mãos. A tolerância da venda feita de porta em porta de carnes verdes foi suprimida nessa nova lei, o que reforça a ideia de centralização desse negócio. Como afirmou Castro em seu estudo, que coincide como o nosso, tanto no recorte geográfico quanto no histórico,

Acreditamos que as intervenções dos poderes públicos em Uberabinha parecem ter um mal confessado desejo de tornar o comércio de víveres organizado para a comodidade de uma parcela da população. E tal comodidade deve ser entendida como lucro. A população pobre, que necessitava dos carneiros e cabras para o provimento de suas famílias fosse para o fornecimento de leite, fosse para a condução de lenha, não tinha lugar nesse espaço.¹⁰²

Não levando em conta seus modos de vida, as elites uberabinhenses trataram de iniciar a imposição de um modelo liberal na cidade que não condizia com as práticas populares, mas sem perder o tom científico-sanitarista das justificativas que usavam como ferramenta para minimizar os conflitos. Isto é, as intenções de supressão das práticas comerciais populares, embora tivessem seus interesses no lucro, assumiam um discurso sanitarista, colocando em dúvida a origem dos animais e as condições higiênicas do armazenamento das carnes vendidas pelos ambulantes, por isso, essa prática seria incompatível com a cidade idealizada e urgia a organização e assepsia dessas atividades.

Ainda que os ideais sanitaristas fossem apregoados por aqueles que pretendiam controlar e centralizar o comércio de Uberabinha, usando-o como justificativas para extinguir o ambulante, encontramos no periódico *O Progresso* uma dura crítica ao serviço regulamentado prestado pelos reformadores do município.

¹⁰¹ CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. **Código de Posturas e Regime Tributário**. Uberabinha: Typographia Progresso, 1913, p. 75.

¹⁰² CASTRO, Ana Paula Cantelli. **Organização e disputas pelo espaço urbano: Uberabinha/MG (1890-1930)**. 2003. 115f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

A Camara Municipal solicita como tem sido em promover o progresso local e bem estar da população, precisa lançar suas vistas para a magna questão do abastecimento de carnes verdes, serviço feito actualmente com o mais flagrante menosprezo da saúde publica e gananciosamente explorado por quem pouco se importa com os mais comensuráveis princípios de hygiene.¹⁰³

Este artigo data de 1910, portanto, ainda vigorava a lei que permitia a venda de carne em domicílio, e dispensava que sua origem fosse do matadouro municipal. Isso poderia indicar que o articulista estivesse cobrando uma postura mais rígida daqueles que matavam seus animais nos quintais de suas propriedades, ou em locais que não fossem o matadouro, porém, na continuação do artigo, notamos algo interessante.

Sem menor escrúpulo na escolha de rezes para abastecimento da população, vemos diariamente serem conduzidas para o matadouro, vacas magras, gafeirentas, cheias de bernes e algumas até com frieiras, que são abatidas e expostas ao consumo em a necessaria inspecção e exame, como é de rigor em outros lugares, menos tolerantes do que o nosso (...) Sem referencias a outras cidades dos diversos estados da União, muitas municipalidades em Minas tem providenciado para o abastecimento de carnes verdes ás suas populações, por meio de concorrimento publico e contracto com o proponente que maiores vantagens offerecer, sem que este contracto possa ser considerado monopolizador ou inconstitucional. Não ha necessidade de prohibir a matança livre, mas offerecer ao arrematante, vantagens que o coloquem a coberto de qualquer concorrência desleal e acintosa.¹⁰⁴

O matadouro municipal, supostamente o local mais asseado e indicado para oferecer carne de qualidade à população, recebeu uma forte oposição do periódico, o qual sugeria aos vereadores uma solução possível, a realização de licitação pública e contrato com fornecedor. Percebendo um possível monopólio, o articulista aconselhava a permissão de matadouros independentes, desde que não realizassem concorrência desleal, ou seja, provocassem algum tipo de dano ao vencedor da licitação.

Esses confrontos de interesses não se limitaram ao campo do comércio, pois podem ser observados em outras atividades, mas sempre operando no controle e manutenção de uma ordem estabelecida, pela qual as elites locais, ainda que de grupos políticos distintos, se uniam sob o pretexto do progresso social da vila. O fornecimento de água revela outras estratégias dos abastados para eliminar ou

¹⁰³ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 29 out. 1910, n. 159, p. 01. (ArPU)

¹⁰⁴ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 29 out. 1910, n. 159, p. 01. (ArPU)

minimizar os efeitos das táticas de sobrevivência dos fracos. No ano de 1911, a Câmara Municipal criou a lei nº 125 de 24 de janeiro, que regulava o fornecimento de água potável na cidade e, ao fazê-lo, desautorizava os métodos, até então comuns, de buscar a água em córregos e rios que cortavam a vila e o uso de cisternas.

Art. 8º - O Agente Executivo providenciará energicamente, para que sejam entupidas no menor prazo possível todas as cisternas da cidade, que pela sua má construção ou ruim qualidade de liquido, possam desenvolver molestias contagiosas.¹⁰⁵

A água, até então, um recurso natural à disposição de todos, passou a ser um serviço municipal, portanto, sujeita às leis e regras impostas pela edilidade. Os pobres, como dito acima, utilizavam as águas dessas nascentes de córregos e cisternas para alimentar seus animais de forma gratuita, sem o controle de terceiros. Contudo, a partir da lei nº 125, e de acordo com o artigo 8º, as cisternas mal construídas seriam obrigatoriamente entupidas sob ordem do Agente Executivo, que agiria “energeticamente” para que esse (des)serviço fosse cumprido. Outra vez, o ônus das moléstias e doenças foi creditado aos pobres, o que reforça a representação pejorativa fomentada pelos ricos contra os fracos.

O jornal *O Progresso*, normalmente unido com os discursos da Câmara e apoiando seus interesses, noticiou, alguns meses antes da regulamentação da lei de abastecimento d’água:

“BENÇÃO – INAUGURAÇÃO – DISCURSOS – PASSEIATA – OUTRAS NOTAS – MANIFESTAÇÃO – MAIS DISCURSOS”

Conforme estava convencido realizou-se no dia 12 deste, ao meio dia mais ou menos, no local onde se acha edificada a caixa para o abastecimento d’água a esta cidade a inauguração da mesma officiando a benção o rev. Padre André Aguirre, com assistencia de muitas pessoas e representantes de todas as classes sociaes deste municipio.¹⁰⁶

Apenas uma ressalva, esse padre que abençoou o novo empreendimento da vila foi o mesmo que vendeu o direito a Miguel Mascia de explorar os serviços funerários em Uberabinha. O que nos expõe a imbricação entre os poderes político, econômico e religioso da vila.

¹⁰⁵ UBERABINHA. (1919). **Leis**: 1903-1919. Uberabinha: Typographia Popular, 1919, pp. 105-106.

¹⁰⁶ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 19 nov. 1910, n. 162, p. 01. (ArPU)

Retomando o tema do abastecimento d'água, embora houvesse a obrigatoriedade do entupimento das cisternas mal construídas, como vimos acima, o serviço de água encanada não era obrigatório, pois, como rezava o “Art. 1º - O Agente Executivo fornecerá penna d'água diariamente a cada habitação, mediante requerimento por escripto, do morador ou proprietario, designando rua e casa”¹⁰⁷, este artigo abria uma brecha para que o serviço fosse facultativo mediante um pedido formal por parte do cidadão. Contudo, no ano de 1916, ou seja, cinco anos após a criação da lei supracitada, o Agente Executivo, em discussão na Câmara Municipal, deliberou acerca “da situação dos pernilongos na cidade, tinha publicado editais ordenando o arrazamento das cisternas no perímetro urbano”¹⁰⁸.

Apoiando-se em um discurso higienista, a Câmara procurava exterminar as fontes alternativas de água, obrigando aos moradores a usar somente a água municipalizada. Obrigados a pagar por uma necessidade básica para sua sobrevivência e de seus animais – que como já explicamos, pastavam nos arredores das habitações de seus proprietários e se serviam das águas dos córregos e cisternas –, os pobres se deslocavam para a periferia abandonando suas taperas, casebres e terrenos. Acerca dessa situação, Bosi informa que,

As posturas de 1903 definiram responsabilidades diferenciadas sobre a água potável e as águas servidas. A distribuição da primeira seria feita pela Câmara. Quanto ao descarte das segundas, o mérito era particular (...) assim a Câmara se responsabilizava pela captação e distribuição da água potável ao mesmo tempo em que estabelecia o problema das águas servidas como uma questão privada, sem ligá-la à questão de saúde e higiene pública.¹⁰⁹

Nosso intuito não é o de negar as melhorias e a importância à saúde pública proporcionadas água encanada, porém o serviço regulado pela Câmara tinha seus preços e, ainda de acordo com Bosi, não eram preços módicos, o que empurrava para as áreas menos valorizadas aqueles que não poderiam arcar com as despesas da água encanada. Ou seja, o espaço urbano estava sendo negado aos pobres, a legislação burguesa, que proibia o direito à sobrevivência, obrigou aos populares a se reorganizarem em bairros periféricos onde ainda não havia a obrigatoriedade dos

¹⁰⁷ UBERABINHA. (1919). **Leis: 1903-1919**. Uberabinha: Typographia Popular, 1919, p. 105. (ArPU)

¹⁰⁸ CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 03 abr. 1916**. Livro 13, p. 33 verso. (ArPU)

¹⁰⁹ BOSI, A. de P. As águas das cidades (1850-1920): usos e negócios. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 36/37, jan/dez 2007, p. 120.

serviços municipais. Portanto, os serviços urbanos, ainda que existissem, não se converteram em benefícios a essa parcela da população, os quais não tinham acesso a eles. Neste particular, o aparelhamento da cidade de Uberabinha reorganizou o espaço urbano (um dos momentos dessa reorganização foi registrado em imagem fotográfica no início do século conforme apresenta a fotografia a seguir), mas não cumpriu a promessa de alcançar a todos os habitantes.



Fotografia 1 - Uberabinha, início do século XX – sem data

Fonte: CDHIS - Coleção João Quituba

Essas ações não se limitaram ao espaço urbano, mas também aos cidadãos que habitavam nele. A ordem a ser estabelecida tinha projetos claros a ser seguidos e seus defensores se utilizavam dos periódicos e das discussões na Câmara Municipal para catalisar a concretização dessas ideias tanto no espaço como no nos cidadãos, conforme discutiremos a seguir.

2.2 A higiene do corpo e do espírito: a materialização do cidadão ideal fruto do espaço asséptico

(...) uma sociedade não está simplesmente construída pela massa de indivíduos que a compõem, pelo solo que ocupam, pelas coisas que utilizam, pelos movimentos que efetuam, mas, antes de tudo, pela ideia que ela faz de si mesma.

(Durkheim)

Ao longo da história, a proliferação das cidades modernas – a partir do século XIX – está relacionada com as transformações socioeconômicas advindas do capitalismo industrial¹¹⁰, que permitiram manifestações diversas no cenário urbano, que buscava a materialização das representações acerca do homem novo para a sociedade moderna. As cidades se tornaram “os espaços onde foram disseminados a escola, a escrita, a imprensa, o livro e a pedra”¹¹¹, centros que forneceriam aos seus habitantes o meio ambiente propício para o desenvolvimento de uma nova concepção de sociedade e de homem.

A urbe encarnou o papel de catalisadora da formação desse homem moderno, sabedor de suas obrigações perante o coletivo. A transferência das representações, saindo do campo das ideias para o campo do real, não se limitou ao desenho da cidade, suas ruas, praças, instituições, monumentos etc., ela alcançou a cultura imaterial dos cidadãos – seus gestos, suas vestimentas, seu modo de comunicar. A reforma do espaço físico geraria a reforma do povo, este, vivenciando a cidade, se perceberia como um elemento pertencente a esse meio e parte dessa nova sociedade.

Para concretizar esse cidadão, as reformas urbanas passaram a ter como objetivo a intenção de conter o avanço da pobreza, das doenças e epidemias diretamente relacionadas aos pobres, além da desordem supostamente gerada pelos grupos que não faziam parte dos projetos das elites. “As cidades precisariam tornar-se um local de deslocamento, de trabalho”¹¹², havia um sentimento paradoxal em relação à cidade, por um lado, seria o espaço das luzes, da polidez (derivada de

¹¹⁰ LOPES, V. M. Q. C.; MACHADO, M. C. T. A cidade e suas múltiplas representações. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 24, jan/jun 2001.

¹¹¹ VEIGA, C. G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

¹¹² VEIGA, C. G., op. cit., p. 401.

polis que significa cidade em grego), da civilidade e do trabalho; por outro, concretizava o medo do diferente, o lugar do não-trabalho, da ociosidade, o que tornava urgente a reforma dos valores e de projetos para a urbe, elaborados pelos reformadores do município.

No espaço urbano de Uberabinha, a Câmara Municipal se valeu dos lemas iluministas-republicanos e nomes dos principais políticos brasileiros que defendiam o sistema republicano – os heróis nacionais que dividiam os louros da proclamação – para nomear as principais praças, ruas e avenidas da vila, desta forma, secularizava nomes e ideais do novo sistema em meio aos moradores que se orientariam no plano físico urbano, utilizando-se das novas nomenclaturas como Praça da República, Praça da Liberdade, Avenida João Pinheiro, Rua Quintino Bocaiúva, Avenida Benjamin Constant, Avenida Afonso Penna, Avenida Floriano Peixoto etc.

Além de ser um espaço do trabalho, Veiga esclarece que a cidade deveria ser o lugar “de culto à pátria, de comunhão cívica, da recepção estética, do cultivo do belo, da harmonia e da ordem”¹¹³, portanto, a escolha dos nomes dos logradouros não se deu de forma neutra ou desprovida de interesses, antes era parte das estratégias em disciplinar a população valorizando os seus ideais.

Para analisar empiricamente essa questão, utilizamos fontes iconográficas da pequena vila de Uberabinha. Nosso primeiro estudo mostra o espaço que viria ser a Praça da República, antes um espaço público utilizado para partidas de futebol, um local comum e sem importância – a praça principal, nesse período, era a Praça da Liberdade, atualmente chamada de Praça Clarimundo Carneiro – passou por uma grande metamorfose ao receber em seus arredores um dos símbolos mais importantes da República, o grupo escolar. Embora o tema da instituição escolar seja trabalhado mais detidamente no próximo capítulo, adiantamos que o prédio escolar representava uma das principais instituições para a reforma do povo e do novo cidadão republicano, e o próprio fato da sua construção, um exemplo de patriotismo e amor ao Brasil.

¹¹³ VEIGA, C. G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 401.



Fotografia 2 - Praça da República – Uberabinha – 1915

Fonte: ArPU – Coleção Roberto Cordeiro

A clareira aberta em meio às casas não possuía um projeto paisagístico, nem calçamento e abaulamento dos passeios ou mesmo iluminação pública. Os caminhos eram feitos entre o parco e mal cuidado gramado pelo pisoteio irregular e constante dos transeuntes. A falta de calçamento nas ruas que a circundavam demonstram uma típica cidade do interior; seu ajardinamento quase espontâneo não seguia um padrão geométrico e angulado como os das praças principais de seu período histórico. Havia, também, carência de iluminação elétrica na praça, embora esse serviço já tivesse chegado à vila, portanto, a única orientação que havia para definir os limites da praça era o alinhamento das casas ao seu redor. Entretanto a sorte deste local iria sofrer uma guinada, como nos demonstra o artigo do jornal *O Progresso*, que assim noticiou acerca da instalação do grupo escolar, uma instituição genuinamente republicana, em um dos lados da praça:

Em breve se erguerá na praça da República um predio magnifico onde funcçãoará o grupo escolar, para a instrucção e educação da mocidade de nossa terra. A Camara Municipal offerecera ao Estado o terreno para a construcção do edificio, pondo à sua disposição o da praça do cemiterio velho e o da praça da Republica (...) A visita que nos fez o sr. Presidente do Estado, não se apagará do nosso coração o preito sincero de profunda estima, porque o nome venerado de sr. exa. há de ser escripto no coração dos meninos e perpetuado no generoso estabelecimento que o seu patriotismo nos offerece.¹¹⁴

¹¹⁴ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 13 jan. 1912, n. 221, p. 1. (ArPU)

Logo, a instalação de um grupo escolar nesse sítio obrigava a intervenção da prefeitura em rever a carência de um projeto arquitetônico e paisagístico que materializaria, no mundo concreto, a ordem e o progresso social defendidos nos discursos das elites locais. Sendo a Praça da República – principal praça da cidade, atualmente, chamada Praça Tubal Vilela – um espaço com potencial movimento de pedestres, a sua transformação estética seria vista por muitos, já que, quando de sua inauguração, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão contava com aproximadamente 800 matrículas¹¹⁵, o que nos dá uma ideia do movimento que se instalaria nesta praça, ao menos nos horários de entrada e saída dos alunos, que seriam acompanhados pelos pais ou responsáveis.

Em 1922, outra construção importante seria inaugurada na Praça da República, o Fórum Municipal. Este prédio representava o braço jurídico do tripé iluminista-republicano – os poderes executivo, legislativo e judiciário.

Possuindo dois símbolos de instituições republicanas no local, a nova realidade desse espaço público exigiria uma adequação estética, visto que, ao receber o primeiro grupo escolar da vila e o centro do poder jurídico, a praça passaria a ter uma importância política como parte da concretização da própria República no sertão das Gerais. Não havia espaço mais simbólico para os ricos atuarem na metamorfose do ambiente e impactar os moradores da vila. Mais que uma mudança de embelezamento ou melhorias físicas, estava em jogo, ao menos na mente dos reformadores, a própria formação do cidadão republicano e, portanto, a constituição da República.

O cuidado com a estética paisagística das praças uberabinhenses extrapolou a preocupação da beleza e adentrou o campo do político, visto que, em seu entorno, concentravam-se edifícios (públicos ou privados) de relevância no imaginário social.¹¹⁶

¹¹⁵ CARVALHO, C. H. de. **República e Imprensa: As influências do Positivismo na concepção de Educação** do professor Honório Guimarães. Uberabinha, MG: 1905-1922. Uberlândia: EDUFU, 2004.

¹¹⁶ DANTAS, S. M. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. 2009. 203 f. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2009, p. 167.



Fotografia 3 - Praça da República – Uberabinha – Dec. 1930

Fonte: CDHIS – Coleção João Quituba

A nova configuração da Praça da República permite-nos apreender os projetos de embelezamento da cidade que reverberavam as intenções dos produtores do espaço em construir uma sociedade ordeira e disciplinada. Ao fundo à direita, erguia-se o prédio do Fórum Municipal, um palacete de dois pisos; ao centro, podemos encontrar os postes de iluminação e os caminhos já não eram feitos pelo pisoteio irregular e desregrado, mas um caminho obrigatório a todos os pedestres, como esse estudante que se encontra caminhando em direção à escola, uniformizado e com seu material escolar.

Organizar a utilização do espaço público urbano, disciplinar a circulação dos habitantes e invocar os ideais republicanos por meio dos monumentos em forma de prédios de instituições do novo sistema político foram questões centrais na reforma do espaço da vila de Uberabinha.

Contra o acaso, propõe a planificação, pensando a cidade na sua totalidade, e busca incorporar o futuro; contra alienação estética das massas propõe combinar necessidade estética com exigência técnica em oposição aos planos rígidos.¹¹⁷

Com maior número de fotos no arquivo, a Praça da Liberdade, centro do poder Executivo e Legislativo da vila de Uberabinha, no início do século XX, era o modelo padrão para as praças das cidades que “nasceram” com a República. Seu

¹¹⁷ VEIGA, C. G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 402.

aspecto geométrico retangular centralizava as principais avenidas de acesso da vila, o que obrigava aos moradores de o prédio de dois pisos sempre que passassem pelo centro da urbe. A disposição central do prédio, com quatro faces iguais e cercada por bancos e farta arborização, convidava os pedestres a ali permanecerem para uma prosa ou para admirar a organização do local.



Fotografia 4 - Praça da Liberdade – Uberabinha – Dec. 1920

Fonte: ArPU – Coleção Roberto Cordeiro

Outro ponto interessante de ser observado é a predominância do comércio ao redor da praça¹¹⁸, o que reforça a ideia de um local importante para o comércio da vila, o que concorda com os projetos burgueses que eram traçados pelas elites locais.

O prédio de dois pisos, no primeiro plano, abrigava a Câmara Municipal e o gabinete do Agente Executivo, cargo que, atualmente, corresponde ao de prefeito. Seu projeto arquitetônico fora criado pelo engenheiro Cipriano Del Fávero, figura importante na vila de Uberabinha e constantemente citado nos periódicos locais associado com a elite da vila.

¹¹⁸ DANTAS, S. M. **A fabricação do urbano:** civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929). 2009. 203 f. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2009.



Fotografia 5 - Praça da Liberdade – Uberabinha – Dec. 1920

Fonte: CDHIS – Coleção João Quituba

A presença do coreto presume a existência de uma banda local, que, necessariamente, fazia suas apresentações em datas festivas cívicas. A construção do que era considerado belo perpassava tanto pela cultura material, por meio dos monumentos, prédios públicos etc., como também pela cultura imaterial, a música, as apresentações cívicas, as marchas militares e os hinos à pátria.

Nessa busca pela cidade progressista e ordeira, todos os cidadãos deveriam ter um lugar definido e útil na sociedade. Para ocupar o tempo com algo saudável e longe dos vícios que destruíam o corpo, foi fundado o Grêmio Literário. Na sua fundação, seu corpo administrativo se compunha de nomes e sobrenomes que coincidiam com os da Câmara Municipal. Em um universo limitado, com poucos habitantes como o da vila de Uberabinha, não podemos levar essas repetições como coincidências.

Octavio Rodrigues da Cunha, o primeiro presidente tomou posse de seu cargo no grêmio em 1918¹¹⁹, ano de sua fundação. Nesse período, entre os anos de 1912 e 1922, o Agente Executivo (prefeito) em exercício era João Severiano Rodrigues da Cunha, filho do antigo Agente Executivo Severiano Rodrigues da Cunha, que governou a pequena vila em duas oportunidades, de 1898 a 1900 e

¹¹⁹ CUNHA, O. R. da. **Estatutos do Grêmio Literário e Recreativo de Uberabinha**. Uberabinha, MG: Typographia Popular, 1920. (ArPU).

1904 a 1907. Portanto, filho e neto de dois antigos prefeitos, o próprio Octavio Rodrigues da Cunha viria a ser o Agente Executivo no mandato de 1927 a 1930.

Outros sobrenomes também se coincidiram no cruzamento de fontes. O 2º secretário do Grêmio Literário, José Cupertino, tem o mesmo sobrenome dos responsáveis pelo jornal *O Progresso*, um dos principais veículos de informação de Uberabinha. Esses fatos nos possibilitam compreender que algumas famílias pertencentes às elites locais adotaram e assumiram para si o dever patriótico e republicano de fundar na vila as instituições que eram diretamente relacionadas ao novo sistema e, para nosso entendimento, estas seriam os catalisadores do processo de forma(ta)ção do novo cidadão.

Acerca do Grêmio Literário e outras instituições instaladas na vila, encontramos um artigo no jornal *Diario de Uberabinha*, que apontava os melhoramentos da cidade.

A cidade de Uberabinha avança a passos largos na senda do progresso, eis o que temos proclamado sempre (...) Alexandre Marques iniciava os melhoramentos da cidade; e o espirito de vasto descortino de Rodrigues da Cunha levava, para frente a obra meritoria do seu venerando antecessor, realizando serena e patrioticamente uma administração modellar entre as diversas das localidades da zona (...) Successivamente o governo do Estado mandou construir aqui um Grupo Escolar, cujo terreno está sem muros até hoje e inacabada portanto a obra (...) Quer o mesmo governo agora nos dar um Forum, que vae ser collocado na praça da República se a opinião da maioria da cidade fôr ouvida. Promoveu-se depois a criação aqui: de um club litterario, segundo a iniciativa de Zacharias de Mello; Casa de Misericordia; sociedade S. Vicente de Paula; Caixa Escolar; club de regatas; companhia de automoveis servindo toda esta zona; club Rio Branco Foot-Ball; Linha de Tiro e um grande nimerio de emprezas e sociedades.¹²⁰

O progresso da cidade, louvado no artigo, traz à luz uma série de instituições que reafirmam os ideais dos dominantes em Uberabinha na concretização da nova sociedade para o novo sistema de governo. Para ocupar a mente dos jovens com leituras saudáveis e longe da perniciosa fofoca, do ócio e dos vícios, o Grêmio Literário; para a saúde física da população, a Casa de Misericordia, que concorria com a medicina teológica dos curandeiros, raizeiros e benzedoras; o Club Regatas e o Rio Branco Foot-ball Club, associações desportivas para manter o corpo são e livre dos vícios.

¹²⁰ **Diario de Uberabinha**. Uberabinha, MG. 17 nov. 1917, n. 3, p.1. (ArPU)

Contudo o próprio presidente do Grêmio Literário, Octavio Rodrigues da Cunha, lamentava na apresentação de seu primeiro ano de administração:

De muitos que eramos, estamos reduzidos a poucos. Para estes eu apello, pedindo o seu concurso, rogando não desanimarem (...) É verdadeiramente espantoso o pouco interesse que os livros despertam em nosso povo. Quasi podemos dizer que, em Uberabinha, ninguém lê. E, os que leem, preferem pedir emprestados (...) Em um anno de existencia do nosso Gremio, que conta com 500 volumes aproximadamente, verificaram-se 444 consultas (...) Noites consecutivas se passam sem que um unico sócio frequente estas salas (...) Muitos crê ser a nossa causa fantasia de moços. E olham desconfiados para tudo que a ella se refere. Estes não passam de GECAS, que não podem conceber as cousas que transpoem sua individualidade. Desconfiam de tudo, julgando serem as instituições, que unem as sociedades, meras creações de “cavadores”, creações improductivas e até perniciosas ao seu egoismo exagerado.¹²¹

Em seu discurso, Octavio Rodrigues da Cunha expõe a não unanimidade que havia acerca das instituições que se instalaram em Uberabinha, mais especificamente, o Grêmio Literário. Ao afirmar que os “gecas” não poderiam conceber nada além de suas individualidades, o então presidente do grêmio demonstrava uma das características que representavam as instituições, o seu papel unificador de sociedades, numa clara alusão ao pensamento liberal-iluminista de sociedade classista e harmoniosa entre si.

Embora não tenhamos encontrado artigos ou discussões acerca das outras instituições, parece-nos evidente que elas constituíam uma força amalgamadora dos diferentes grupos sociais, dando-lhes um sentimento de pertencimento, ainda que diferentes entre si.

Retomando as transformações estéticas da vila, e apropriando de uma categoria criada por Veiga, notamos que os projetos de construção da nova sociedade brasileira possuíam vários tentáculos, que atuavam ao mesmo tempo, a intenção era de alcançar o maior número de pessoas possível e, para tanto, as instituições de diferente caráter operariam concomitantemente.

A educação estética¹²² buscou organizar a cidade e disciplinar os seus habitantes, pois a possibilidade de se constatar o caos e a desordem dos

¹²¹ CUNHA, O. R. da. **Estatutos do Gremio Literário e Recreativo de Uberabinha**. Uberabinha, MG: Typographia Popular, 1920, pp. 3-4. (ArPU)

¹²² Categoria trabalhada por Cynthia G. Veiga ao investigar a dinâmica da construção do cidadão na, então nova capital mineira, Belo Horizonte. VEIGA, C. G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 399-422.

economicamente desprovidos assombrava as elites locais, como discutiam estes nos periódicos,

Haí falle o illustre presidente das installações sanitarias para habitações pobres. Vem agora o apello lembrarmos o que há tempos dissemos por estas mesmas columnas, ou seja, a apresentação de um projecto que isentasse de impostos o proprietario que construísse um certo numero de habitações modestas mais hygienicas. A isenção de impostos pode ser por um certo tempo, bem como redigida de uma maneira ou mais suave possivel a forma do pagamento em prestações da installação sanitaria, sendo o fornecimento da agua gratuito. É maneira que se nos depara de tornar-mos a nossa cidade habitada economicamente pela pobreza.¹²³

Os mecanismos de controle social estão presentes nesse artigo, que expõe a necessidade da presença dos pobres como trabalhadores e fornecedores de mão de obra, mas de forma organizada e ordeira, sem que à pobreza se associe a ideia de sujeira ou desordem. Esta situação, ainda que baseada num discurso higiênico-progressista, abria a possibilidade de lucros por parte dos construtores, afinal a isenção de impostos prediais, defendida pelo articulista, beneficiaria o construtor de casas, que possuiriam “um certo numero de habitações modestas”, atuando na especulação imobiliária. O articulista defendia uma amortização de impostos prediais para estimular os construtores a edificar casas populares, modestas, mas higiênicas, com finalidade de controlar os pobres sob o jugo do aluguel.

Nossa conclusão parcial é que as instituições tiveram um papel importante na concretização dos ideais republicanos em Uberabinha. As elites não pouparam esforços para alcançar e educar não só a classe perigosa, mas também de forma(ta)r a seu próprio grupo social, por meio das mais variadas instituições que tinham como papel essencial a unificação dos grupos sociais. Além da importância dada ao meio ambiente urbano, na ordenação e retificação das ruas e calçadas, iluminação e limpeza dos logradouros e a melhoria dos serviços urbanos, como água encanada, luz elétrica e rede de esgoto.

No terceiro e último capítulo, deter-nos-emos na instituição “rainha” da República, os Grupos Escolares, que tinham um papel primordial na configuração do cidadão da nova sociedade republicana brasileira.

¹²³ **A Tribuna**. Uberabinha, MG. 16 jan. 1921, n. 71, p.1. (ArPU)

CAPÍTULO III

ESCOLA E CIDADANIA

3.1 Papel da escola na constituição do cidadão republicano

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição.

(Sérgio Buarque de Holanda)

No início do século XX, havia, no Brasil, uma imensa variedade de culturas e raças; imigrantes, ex-escravos, nativos e colonos, todos vivendo em um país – de acordo com as elites – sem uma identidade nacional e ainda sofrendo os ajustamentos da mudança do sistema político, o qual deixara a Monarquia para se tornar uma República, sintetizando, uma pátria que só existia na planta e nos discursos dos construtores e, estes, ávidos por concretizar seus projetos. Nesse momento de incertezas, os republicanos defendiam o sistema democrático como a única solução para o país, enquanto os conservadores clamavam pelo retorno do imperador e do Antigo Regime. Esta volta, para os republicanos, seria um regresso às caducas estruturas que causaram a inércia do progresso da nação, logo, elas deveriam ser arruinadas em prol de uma nova sociedade.

Num jogo de tensão entre os discursos liberais e positivistas, essa nova sociedade valorizaria a ascensão social baseada no trabalho, cidadãos que viveriam numa harmonia social amparada na ordem e essa sociedade disposta a construir um país respeitado diante das nações desenvolvidas. Um desses projetos, de acordo com Souza, tinha um objetivo claro:

Educar mais que instruir, eis a finalidade fundamental do ensino primário propugnado pelos reformadores da instrução pública (...) educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela

instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social – obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade.¹²⁴

O desafio era o de arquitetar a identidade do cidadão brasileiro por meio da forjadura de símbolos que fossem reconhecidos por todos os grupos sociais na pretensão de amalgamar diversas culturas e concepções de mundo, de homem e de sociedade que habitavam no vasto território brasileiro. E, assim, ainda que não sublimassem as identificações fragmentárias e particulares de cada cultura que aqui se estabeleceram, as minimizassem a ponto de não serem mais importantes ou dessem mais sentido que o símbolo de pertencimento à pátria brasileira. Como esclareceu Nunes:

É no espaço das cidades, com diferentes ritmos e intensidade, que as escolas deixam de configurar-se como extensão do campo familiar, privado e religioso e, gradativamente, vão integrando uma rede escolar desenhada pelos governos municipais (...) Por baixo e por dentro das modificações produzidas na organização escolar, o que estava em jogo era uma reforma do espírito público (...)¹²⁵

O mal-estar causado pelo suposto fracasso do processo de imigração do branco europeu para o Brasil, mais especificamente no estado São Paulo, foi motivo de debates no periódico de Uberabinha, que buscava uma solução doméstica para o povoamento do interior brasileiro. Essa provável desilusão com o branco europeu no auxílio do branqueamento e melhoramento da raça mestiça e “indolente” gerou um vácuo nas teorias daqueles que defendiam a ocupação das terras no interior do nosso território com mão de obra estrangeira, como vimos no periódico *O Progresso*:

Colonização. Sobre este assumpto, mais de um collega tem discutido, e o proprio governo da Republica, isto é, os srs. Affonso Pena e Miguel Calmon, têm empregado todos os esforços neste sentido. É desnecessario provarmos que a riqueza do Brazil está no povoamento do solo, isto todos o sabem, até os menos intelligentes. Quem atravessar os sertões de Goyaz e Matto Grosso, sente a alma confranger-se ao vêr a solidão de extensas regiões, onde milhares de braços podiam ser aproveitados, enriquecendo a lavoura e a industria, porque, sejamos positivos, estes dois ramos da vitalidade dum povo, está entre nós num excessivo abandono. O Estado de S. Paulo, que tem tratado da sua colonisação, tem sido victima da sua boa

¹²⁴ SOUZA, R. F. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, D. [et al.] **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 127.

¹²⁵ NUNES, C. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, E.M. T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.374.

fé, porque os contractores de emigração, verdadeiros especuladores, que só tem interesse no lucro, muitas vezes nos enviam prostitutas e vagabundos que vêm enriquecer os cadástrros da policia e isto se tem dado em S. Paulo.¹²⁶

Vítima de sua utopia, de acordo com o articulista, São Paulo agonizava com indolentes europeus que para lá migraram, trazendo consigo não apenas suas malas, mas os maus hábitos de vida. Além desses problemas, era comum, nas páginas dos periódicos das capitais, a associação dos imigrantes com os sindicatos comunistas e anarquistas, o que assombrava os capitalistas brasileiros¹²⁷. Era urgente que as cidades do interior se antecipassem aos problemas dessa natureza e criassem estratégias para não padecerem dessas mazelas sociais.

Com a migração na berlinda, restava aos sertões, no interior do Brasil, preencher seus espaços com a migração interna, mas, para isso, seria necessária uma estratégia que (con)formasse a mão de obra brasileira para a nova realidade laboral. Trabalhadores que amassem o suor, o labor, a disciplina, a ordem e que não se envolvessem em movimentos de resistências ou qualquer outro tipo de arruaças e badernas.

Essas estratégias puderam ser vistas nas várias leis e normas criadas pelo município, a fim de organizar e controlar o cotidiano e as práticas urbanas como demonstramos nos primeiros capítulos. Essas normas, leis e estatutos disciplinavam – ao menos pretendiam – não só o trabalho, mas o lazer, o ócio nas horas vagas; não se limitaram ao espaço público, antes, invadiram a esfera do privado e contestaram culturas e os costumes dos fracos. Contudo, essas estratégias não se limitaram ao campo legal e normativo, elas avançaram na educação escolar para antecipar a formação ideológica nas crianças e, por meio da intervenção estatal escolar, as educavam com ideais liberal-republicanos e positivistas. Segundo Tambara:

(...) foi na área da educação que o positivismo, no Brasil, obteve maior penetração (...) foi nos estabelecimentos de ensino que, com maior sucesso, os ideais positivistas encontraram ressonância. Provavelmente, isto se deva a um processo de reação ao tipo de educação predominante, com características jesuíticas, com a qual os positivistas sempre procuraram marcar diferenças.¹²⁸

¹²⁶ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 13 out. 1907, n. 4, p. 1. (ArPU)

¹²⁷ LOPREATO, C. da S. R. **O espírito da revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

¹²⁸ TAMBARA, E. Educação e positivismo no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C.

Nossa análise, neste capítulo, aborda os projetos de implantação das escolas públicas em Uberabinha e quais papéis foram atribuídos a estas instituições na constituição do cidadão republicano idealizado e representado por aqueles que detinham o poder de conformar a legislação escolar, adequando-a aos princípios que norteariam a concretização desse projeto liberal-democrático sobre o povo. Como pano de fundo, temos a Reforma João Pinheiro de 1906, que se limitou ao estado das Gerais e que de acordo com Souza:

(...) promoveu uma alteração de direção da educação primária, implicando, como será visto adiante, em reestruturações, em mecanismos de participação dos municípios através dos edifícios escolares, a dar centralidade à inspeção como a alma da educação escolar, em eleger a arquitetura escolar como expressão simbólica do republicanismo, em privilegiar a reestruturação de programas de ensino, bem como a reencaminhar novas orientações e diretrizes para a metodologia de ensino (...)¹²⁹

Quais estratégias seriam necessárias para alcançar o imigrante, o negro, o branco pobre e outros grupos sociais que viviam no Brasil? Para isso, examinaremos os discursos que intentaram de forma descendente imprimir uma identidade ao povo, projetos de cidadania divulgados pelos periódicos e representados na legislação que operavam no propósito de mudar os hábitos e culturas que não estariam condizentes com os ideais burgueses que se projetavam para as cidades brasileiras.

Nesse ambiente de incertezas, a educação passava a ser tratada como uma ferramenta indispensável para a formação do cidadão republicano, capaz de redimir os habitantes dos sertões deste território, dispondo-lhes utensílios cívicos, patrióticos e morais que os conduzissem a um novo *modus vivendi*. Do ponto de vista das elites, o sentimento patriótico do povo só se tornaria uma realidade caso o Estado assumisse a educação, como assevera Souza em seu trabalho, “os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da

Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2. p. 170.
¹²⁹ SOUZA, J. C. de A. Os grupos escolares em Minas Gerais: a Reforma João Pinheiro (1906). In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 17 a 20 de Abril de 2006. Uberlândia, 2006, pp. 213-225. [online] Disponível na internet via URL: <http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/19JoseCarlosSousa.pdf>.

Nação”¹³⁰. Ainda que Souza discutisse a realidade do estado de São Paulo, a região do Triângulo Mineiro era cultural e economicamente mais próxima dos paulistas que com a capital mineira¹³¹, o que nos possibilita a leitura de seu trabalho compreendendo os ideais dos republicanos de Uberabinha e região.

O novo regime, a República, já era uma realidade, afinal, sua proclamação mudou o sistema político, porém a inércia das permanências dava ao país “pés de chumbo” no caminhar da construção do novo cidadão para a nova República.

Nos periódicos, notamos que, em Uberabinha, nos dias cívicos, principalmente a proclamação da República e o dia da bandeira, ambos em novembro, e o dia de Tiradentes em abril, as escolas primárias organizavam desfiles pelas ruas da cidade. Não por casualidade que vários eventos escolares narrados pela imprensa local, como inauguração de escolas, desfiles e paradas de alunos eram acontecimentos que se confundiam com datas cívicas, demonstrações de patriotismo e amor à bandeira.

A escola modelar¹³², “o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam”¹³³, foram estratégias dos ricos para alcançar o maior número de famílias e difundir-lhes os valores republicanos. Este projeto visava fundir os eventos cívicos para que fossem lembrados como ações de extensão da escola, um tentáculo “natural” da instituição escolar.

O Grupo Escolar local, em obediência às disposições regulamentares e ao impulso do seu patriotismo, levou a efeito no dia 19 do corrente, a solemnização da data do decreto que instituiu o nosso glorioso Pavilhão. A creançada, cheia daquela alegria sã, um contentamento ruidoso, de que sempre dá mostras quando toma parte activa em qualquer solemnidade, desfilou garrida, toda de branco, pelas ruas da nossa urbe, dando mostras de uma boa disciplina. Um grupo de alumnas maiores faziam guarda de honra ao Pavilhão, empunhado também por uma alumna. Durante a passeata, cantaram com regular correcção varios hymnos escolares; fazendo parte do programma uma saudação ao Poder Executivo e outra a Imprensa. Coube-nos receber tão insigne honra, e ainda nos cata

¹³⁰ SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 15.

¹³¹ Para uma análise mais aprofundada acerca da região do Triângulo Mineiro, WIRTH, J. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

¹³² Expressão usada por Marta Maria Chagas de Carvalho em seus estudos acerca da simbiose entre os grupos escolares e as celebrações dos símbolos republicanos. CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹³³ CARVALHO, M. M. C. de. op. cit., p. 23.

n'alma as palavras vibrantes de patriotismo, elegante na forma e cheias de ideias felizes, que pronunciou a professora senhorinha Cecy Cardoso.¹³⁴

A celebração à bandeira era um evento que chamava a atenção da comunidade, já que se realizava no centro da urbe, e os alunos desfilavam pelas principais ruas uniformizados cantando, marchando e empunhando os símbolos cívicos brasileiros. A imprensa era convidada a participar desses acontecimentos e os narrava, na tiragem subsequente à celebração, os episódios do desfile, dando ênfase às características que julgava importantes. A descrição do articulista nos fornece indícios do que se esperava das crianças participantes desses desfiles; ordem, disciplina, civismo e patriotismo eram os sentimentos que se esperavam nutrir em suas almas, adestrando-as com hinos e honras a símbolos que eram recentes na sociedade brasileira, mas que deveriam ser lembrados anualmente e respeitados como algo superior e sagrado.

No início do artigo acima reproduzido, há uma frase que nos chamou a atenção “em obediência às disposições regulamentares”, ou seja, essas celebrações e desfiles nas datas cívicas, embora não tenhamos encontrado a lei específica, eram embasados em leis ou normas, do estado ou do município, impostas aos grupos escolares que deveriam ser cumpridas pelos diretores e professores, e essa obrigatoriedade explica a educação como uma estratégia clara da in(ter)venção do cotidiano¹³⁵ do povo por parte dos produtores do espaço, desejosos de “naturalizar” os símbolos nacionais nas mentes dos cidadãos comuns.

No projeto defendido pelos liberal-republicanos, a educação pública se articulava com a cidadania, a estratégia tinha como finalidade a gênese política do cidadão pela interferência da instrução e, assim, a escola adquiriu um caráter moralizante, cívico-patriótico.

O cultivo do civismo nestes ultimos annos, fazendo comprehender à mocidade os deveres e as obrigações dos cidadãos para com a patria tem feito muita luz sobre assumptos que outrora só criou conhecidos pelos homens de cultura intellectual. Assim, as noções mais simples sobre a Patria, a Republica, a Bandeira, o Estado, etc, são carinhosamente expostos pelos professores, nos institutos de ensino primario.¹³⁶

¹³⁴ **A Tribuna**. Uberabinha. 19 nov. 1920, n. 63, p. 1. (ArPU)

¹³⁵ CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. v. 1.

¹³⁶ ORDEM e Progresso. **A Tribuna**. Uberabinha. 10 abr. 1921, n. 83. (ArPU)

Deveres e obrigações eram palavras que acompanhavam o vocábulo cidadão em todos os artigos por nós arrolados; aquele cabia entender o seu lugar na construção da pátria – assim como o trabalhador descrito no primeiro capítulo, amante do trabalho e do suor, da utilidade coletiva, mas sem esperar a fortuna ou a riqueza –, porém o cidadão não deveria aguardar por reconhecimento ou exigir seus direitos, a ele tocava as obrigações e a obediência à República, à bandeira e ao Estado.

Nos Estatutos e Leis da Câmara Municipal de Uberabinha de 1903, na lei nº 15 de 8 de junho de 1899, destinada à organização da escola pública, encontramos no art. V

Nas escolas ruraes sómente serão feriados os dias seguintes: a) os domingos e dias de guarda; b) os de festa nacional, a saber: 7 de setembro, 15 de novembro, 21 de abril e 13 de maio, os dias da Semana Santa e finalmente os dias compreendidos entre 14 de dezembro a 6 de janeiro.¹³⁷

Os dias de feriados coincidiam com os dias dos santos da Igreja Católica, com os dias dos “heróis” nacionais e dias marcos republicanos, embora essa lei fosse específica para as escolas rurais, encontramos diversos artigos que narram as celebrações das escolas urbanas nesses feriados, o que nos levou a crer que, nas escolas rurais, nos dias cívicos, os alunos eram desobrigados de comparecer à escola, enquanto, nas escolas urbanas, os alunos eram convocados ou convidados a participar dos desfiles. Com organizações públicas, como desfiles, paradas, hasteamento da bandeira etc. a escola se fazia ver aos moradores da cidade uma dinâmica diferente nesses dias festivos. Essas celebrações, além de ter um apelo popular pela estética do coletivo, recriavam o cotidiano da cidade, pois, ainda que o cidadão não parasse para ver o desfile, percebia que algo diferente do dia a dia estava acontecendo, e os símbolos pátrios iam sendo difundidos e perpetuados nas representações coletivas da população.

Nos jornais locais, os artigos que iniciavam debates acerca dos temas como educação e instalação de escolas na cidade logo se ancoravam no sentimento patriótico e cívico do povo, que recebia de bom grado essas instituições. Num artigo que ventilava a construção de uma escola particular de nível secundário, o autor relatou:

¹³⁷ UBERABINHA. (1903). **Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha**, 1898-1903. Uberabinha, MG: Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, 1903, p. 88. (ArPU)

A Camara Municipal composta de homens patriotas e que sabe aquilatar o valor de um estabelecimento desta ordem, não só já fez concessões no sentido de impulsionar e facilitar a construção, como ainda garante o seu auxilio, para que Uberabinha possa tornar-se um centro de educação e instrução, fazendo convergir para esta cidade a mocidade dos logares circunvisinhos. Continue o povo de Uberabinha, na senda recta do progresso, com a boa vontade e patriotismo com que vae abrilhando e terá juz ser contado entre os logares que mais uteis são a si e à patria, Avante! ¹³⁸

Mais uma vez, as representações acerca da edificação de escolas se relacionam diretamente com a construção do sentimento patriótico e a própria constituição da pátria brasileira. Esta nossa análise vem concordar com Gonçalves Neto, que, em seus estudos sobre a educação em Uberabinha, informou estar “(...) presente o uso cívico e político da educação, no caso envolvendo a escola com a difusão e afirmação dos princípios republicanos”¹³⁹.

Para além da formação do espírito cívico-patriótico, o progresso da cidade e a possibilidade da urbe se estabelecer como um centro de educação, recebendo alunos de regiões vizinhas, faziam com que os capitalistas – os quais associavam a concretização dessas instituições com o crescimento populacional e, conseqüentemente, comercial da cidade – motivassem as representações acerca da educação escolar. Isto é, além desse civismo que a escola se propunha a construir no estudante, a educação escolar tinha uma finalidade econômica, a de criar a mão de obra necessária para as novas necessidades burguesas nas cidades. Neste sentido, a educação

se articula com o processo de evolução da sociedade rumo aos avanços econômico, tecnológico, científico, social, moral e político alcançados pelas nações mais adiantadas, tornando-se um dos elementos dinamizadores dessa evolução.¹⁴⁰

Com o crescimento da cidade, as elites comerciais se viam na necessidade de preparar mão de obra para as tarefas mais complexas, tarefas que não seriam contempladas no curso primário das primeiras-letas. Seriam afazeres comerciais

¹³⁸ INSTRUÇÃO. **O Progresso**. Uberabinha. 06 jun. 1909, n. 89, p. 1. (ArPU)

¹³⁹ GONÇALVES NETO, W. Cultura escolar e legislação em Minas Gerais. O município de Uberabinha no início da República. In: YAZBECK, D.; ROCHA, M. B. (orgs.). **Cultura e história da educação**: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2009, p. 69-102.

¹⁴⁰ SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 27.

que exigiriam uma formação mais aprofundada e, nesse particular, a educação escolar supriria as necessidades que brotavam na cidade que se urbanizava. Gonçalves Neto explica, em seu trabalho, que com a educação secundária “o que se objetivava (...) era a preparação de mão de obra qualificada para as atividades urbano-comerciais locais, a cada dia mais complexas”¹⁴¹.

Num artigo do periódico *Triângulo Mineiro*, pudemos encontrar uma dessas representações dos dominantes acerca da educação destinada aos pobres e aos seus filhos

Nem todos, é claro, poderão ser homens letrados. As contingencias da vida material não permitirão, à grande maioria dos nossos concidadãos, um convívio mais demorado com os livros. Que ao menos, porém, possam adquirir nos primeiros annos da sua infancia, os conhecimentos que tão uteis lhes poderão ser mais tarde, por mais modesta que venha a ser a sua profissão futura. Tal é o papel das escolas primarias destinadas muito especialmente aos filhos do povo. O estudo primario é de interesse, portanto, para as classes menos favorecidas pelo bafejo da sorte. Não lhes sendo possível frequentar, em seguida, cursos mais adeantados, é com os conhecimentos ahi colhidos, que os homens do trabalho poderão mais facilmente transacionar, no exercicio da tarefa que lhes couber por sorte.¹⁴²

Portanto, a formação de mão de obra qualificada advinda dos grupos menos favorecidos daria a sustentação à ordem social, um dos pilares da idealização da escola pública urbana, que se baseava na filosofia positivista. Ainda nesse diapasão que orientava as elites uberabinhenses, o mesmo periódico redigiu:

Instrucção e Trabalho – eis o que precisamos adquirir e organizar, com fundada esperança melhores dias, de uma vida honrosa calcada em pontos de apoio taes que nos garantam firme evoluir -, tranquilidade de espirito, ordem e progresso, em todos os sentidos pra nosso bem commun.¹⁴³

Para os intelectuais locais, a ordem social, base necessária para o progresso e desenvolvimento do país, seria alcançada, caso a educação e a formação da mão de obra especializada fossem uma realidade nas cidades, pois o adestramento e a dulcificação dos costumes eram estratégias de tentar manter o controle social nas mãos das elites que buscavam implementar uma cultura escolar, concretizando em práticas o que fora representado pelos ideais de escola e instrução pública.

¹⁴¹ GONÇALVES NETO, W. op. cit., p. 92.

¹⁴² **Triângulo Mineiro**. Uberabinha, MG. 27 jun. 1926, n. 3, p. 1. (ArPU)

¹⁴³ **Triângulo Mineiro**. Uberabinha, MG. 20 jun. 1926, n. 2, p. 1. (ArPU)

Efetivamente, seria necessário um modelo escolar moderno, racional e cientificamente projetado, formatado para responder às demandas e exigências da construção dessa mão de obra capaz de romper com a mentalidade do período Imperial, a de que o trabalho era para boçais e negros. Um modelo escolar que retirasse a superficialidade do verniz burguês que cobria as nossas elites e as colocassem “fiéis aos usos e costumes burgueses então vigentes”¹⁴⁴. Esse modelo escolar é a discussão que propomos para as próximas páginas.

3.2 Grupos Escolares: o modelo republicano de instrução

A escola da mestra Lili / era mesmo naquela velha esquina. / Casa velha – ainda hoje a casa é velha. / Janelas abertas para o beco / Sala grande. A mesa da mestra / Bancos compridos, sem encosto. / Mesa enorme dos meninos escreverem / lições de escrita. / De ruas distantes a gente ouvia, / quartas e sábados, cantada em alto coro / a velha tabuada. / O bequinho da escola / lembra mestra Lili / lembra mestra Inholá /.../ ensinando o bê-á-bá às gerações. / O beco da escola é uma transição. / Um lapso urbanístico /.../ Tem janelas /.../ Simbolismo dos velhos avatares.

(Cora Coralina, O beco da escola)

Passada a euforia do 15 de novembro de 1889, os republicanos se viam frente a uma grande e difícil empreitada, a configuração da escola pública. O Império havia legado ao novo sistema a relativa ausência de uma organização educacional centralizada em âmbito federal ou mesmo estadual. Ressaltamos que o insipiente aparelhamento da educação no Império se resumiu ao Ato Adicional de 1834 que responsabilizava às câmaras municipais a promoverem as iniciativas educacionais em suas respectivas regiões. As instituições de ensino, tanto privadas como públicas, se pautaram em leis e discussões locais, contudo, foi essa organização educacional do Império que prevaleceu nas primeiras décadas da República.

A instrução do povo estava na ordem do dia nos debates dos periódicos; intelectuais pediam maior atenção por parte dos políticos, e estes implementavam

¹⁴⁴ CUNHA, M. V. da. A escola contra a família. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

reformas para minimizar os problemas como falta de material humano especializado e, também, falta de prédios adequados para receber este bem “tão precioso”, a educação.

Embora nosso *locus* esteja no estado das Gerais, as carências na área da educação não se limitavam aos mineiros. Souza, acerca da hegemonia dos grupos escolares paulistas, comenta:

(...) os grupos escolares se haviam tornado a modalidade de escola primária predominante no país, acompanhando o processo de urbanização e democratização do ensino público (...) A disseminação do modelo escolar paulista para outros estados brasileiros foi marcada por ambiguidades envolvendo atração, repúdio e apropriações diversas, e deve-se não somente à hegemonia política e econômica de São Paulo em relação aos demais estados da federação, mas também, e sobretudo, à visibilidade e força exemplar dos novos métodos de ensino e instituições de educação pública, sintonizados com as inovações educacionais empreendidas nos países europeus e nos Estados Unidos (...)¹⁴⁵

Os jornais, comungando das representações que delegavam à escola pública a afirmação da própria República, lançavam, insistentemente, suas súplicas aos políticos para que o Estado assumisse em suas mãos a instrução do povo. Contudo não era qualquer tipo de escola que se pedia, notamos que havia uma predileção ao modelo conhecido como “grupos escolares” ou, como chama Souza, “modelo escolar paulista”.

Os grupos escolares, modelo de instrução escolar que nascia imbricado com os ideais republicanos e com caráter simbiótico com esses valores do novo sistema político, tiveram – no Brasil – suas raízes cravadas, primeiramente, no estado de São Paulo em 1894¹⁴⁶. Em 1908, esse modelo foi adotado no estado das Minas Gerais.

Arquétipo que deveria substituir as escolas isoladas que existiam em várias cidades do interior. Esta mudança, no entanto, seria feita de modo gradual, visto que as escolas isoladas co-existiram com os grupos durante um bom tempo, uma vez que o número de grupos construídos era insuficiente para a demanda de alunos que havia no período estudado. Representadas como a escola modelo da República, os grupos escolares gozavam da simpatia e exerciam fascínio aos dominantes pela sua

¹⁴⁵ SOUZA, R. F. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006, pp. 117-118.

¹⁴⁶ SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

suposta racionalização e pela organização de sua estrutura e funcionamento. Rosa Fátima Souza, ao se debruçar sobre este tema, comentou:

Os grupos escolares reuniam todas as características das escolas graduadas – um novo modelo de organização escolar configurado no final do século XIX que vinha sendo implantado em vários países europeus e nos Estados Unidos para a difusão da educação popular (...) fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes (...) adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (...) a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores.¹⁴⁷

Essa nova organização e racionalidade se faziam ver pelos projetos suntuosos e arquitetura “palaciana”, não por casualidade, os estudos sobre os grupos escolares apontam para esses dados arquitetônicos que nutriam as representações sobre os *Templos de civilização*, como disse Rosa Fátima Souza. Localizados nos centros urbanos, os grupos escolares, com fachadas imponentes, janelas que se voltavam para as ruas, geralmente, com mais de um piso, disputavam a atenção com os templos religiosos, concomitantemente, as escolas passavam pelo “momento em que a oração foi substituída pelo Hino Nacional”¹⁴⁸. Esses prédios de fachada suntuosa marcaram a mudança da educação mineira que deixava os “pardieiros para os palácios”¹⁴⁹.

A importância depositada nos grupos escolares como modelo de instrução pública republicana pode ser mais bem compreendida pela associação entre essa instituição e o culto aos símbolos republicanos e, neste particular, os periódicos dedicavam artigos, de quando em quando, acerca desse tema.

Levanta-se no nosso meio a grande idéia do agrupamento das escolas locais. Os grupos escolares consoantes com o regulamento da instrução, organizado pelo illustre secretario do interior Dr. Carvalho Britto, estão destinados a produzir resultados compensadores de todos os sacrificios que se possam fazer com a

¹⁴⁷ SOUZA, R. F. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 114.

¹⁴⁸ CARVALHO, L. B. de O. Bar de; INÁCIO FILHO, G. Grupo escolar Júlio Bueno Brandão: a educação pública no período republicano (Uberlândia, 1911-1930). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 1, jan/dez 2002. Esta afirmação, contudo deve ser lida não como uma situação que tenha se efetivado, mas como um discurso que propunha uma nova religião, a devoção à pátria, já que tanto a oração como o Hino Nacional convivem em nossas escolas até o presente momento.

¹⁴⁹ MINAS GERAIS. Instrução Pública Primária em Minas Gerais, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1908. Apud FARIA FILHO, 2000, p. 38.

sua instalação. O estado de S. Paulo, que em materia de ensino leva a palma a todos os outros da união, há muito adoptou os grupos escolares em substituição as escolas isoladas e diariamente novos edificios se levantam destinados á criação de novos grupos, o que prova o bom resultado que se tem colhido neste estabelecimentos de ensino. Em Uberabinha onde existem para mais de quatrocentas creanças em idade escolar, é justo que se procure dar ao ensino a maior latitude possível, empregando o meio mais proveitoso,¹⁵⁰ menos despendiso e que mais probabilidades de exito offereça.

Pela instrução pública e por intermédio dos grupos escolares, pretendia-se a (re)configuração social. Seguindo o arquétipo paulista de educação pública, o jornal de Uberabinha louvava a iniciativa do estado vizinho, alegando que os bons frutos da qualidade da educação já estavam sendo colhidos e, que para a cidade mineira participar desses frutos patrióticos, deveria cultivar a semente da instrução pública racionalizada, ressonante com as novas propostas pedagógicas de países europeus e dos EUA.

Além da conformação com os ideais republicanos, o município de Uberabinha se apressou em organizar os grupos escolares em respeito à Reforma João Pinheiro de 1906, que exigia que os municípios assumissem a educação primária.

É preciso que o governo municipal de Uberabinha, unindo-se ao governo do estado, procure trazer para esta cidade, este grandioso melhoramento, que virá dar ao nosso desenvolvimento material, um impulso intellectual e civilizador, de maneira a preparar pelo ensino, os homens do futuro, tornando-os aptos a contribuir pelo seu saber e valor civico, para a felicidade da grande colectividade brasileira. Promova-se a criação de um grupo escolar nesta cidade e ter-se-á prestado ao municipio um dos mais importantes benefícios de palpitante necessidade.¹⁵¹

No fim do artigo, o autor conclama a cidade a unir forças para a implantação desse modelo de instrução para impulsionar o espírito cívico da população. Interrogando inversamente essa fonte, às escolas isoladas cabiam as representações de atraso, de insuficiência na instrução do homem “moderno”; eram a herança imperial de desarranjo com o mundo republicano. Portanto, os grupos escolares era o modelo criado sob medida para a concretização dos ideais republicanos e a implementação do patriotismo.

¹⁵⁰ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 19 out. 1908, n. 57. (ArPU)

¹⁵¹ Ibid., p. 1.

Ainda que houvesse tais esforços, ao menos nos discursos e debates nos jornais, para o estabelecimento dos grupos escolares em Uberabinha, os mesmos periódicos lamentavam a ausência de compreensão dos pobres na questão educacional.

É devéras extraordinario o nosso atrazo em materia de instrucção, mesmo elementar. Basta considerar que Minas, este colosso de cerca de 5 milhões de habitantes dá por anno promptos nos cursos primarios poucas centenas de alumnos mesmo depois da brilhante reforma Carvalho Britto; porque, como acima fizemos sentir, a maioria dos alumnos que frequentam as escolas não completam o curso regulamentar, fato esse que se verifica em quasi todas as localidades, já não dizemos só do Estado de Minas, em quasi todas as povoações do Brazil. Os pais retiram os filhos da escola, apenas estes sabem ler e escrever mal, sem se importarem com a incompleta aprendizagem delles no ponto em que os retiram do ensino escolar, não poucas vezes queixando-se injustamente dos pobres professores primarios.¹⁵²

Percebemos que a educação em Uberabinha não fazia sentido para muitos, fosse pelo desinteresse, fosse pela inexistência de relação em cursar o primário e o secundário para lograr um emprego que exigisse esse grau de instrução. Todavia chamou-nos a atenção o final do artigo:

precisamos reagir; é necessario diffundir a instrucção pelas camadas populares, custe, o que custar, até mesmo porque ella é a base fundamental dos regimens democráticos.¹⁵³

Os intelectuais se puseram na obrigação de instruir os populares, mesmo se estes não compreendessem a sua importância. Neste particular, na relação entre educação e controle social estabelecida pelas elites, embora tivessem um discurso pautado na necessidade da instrução popular, não era menor a preocupação em se manter o pobre sob controle, inculcando-lhe o enredo cívico-patriótico e, então, afirmar a República e sua utópica sociedade harmoniosa, como propugnavam os positivistas. Acerca desse papel da escola republicana paulista, Rosa Fátima de Souza afirmou:

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária no Brasil, mostrara-se tão

¹⁵² **O Progresso**. Uberabinha, MG. 15 ago. 1909, n. 99, p. 1. (ArPU)

¹⁵³ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 15 ago. 1909, n. 99, p. 1. (ArPU)

francamente como expressão de um regime político. De fato ela passou a celebrar a liturgia política da República.¹⁵⁴

Embora a autora se detenha nos grupos escolares paulistas, havia, em Uberabinha, uma forte campanha nos periódicos para a construção do grupo escolar na cidade. Portanto, a preocupação em disseminar os valores e ideais republicanos no interior também se fazia presente.

De acordo com o *Almanach de Uberabinha*¹⁵⁵, em 1912, havia cinco escolas públicas no município – quatro financiadas pelo estado e uma pela prefeitura –, que instruíam um elevado número de crianças em idade escolar e, ainda que tivessem um registro de matrícula superior ao que era exigido para funcionar, os periódicos lamentavam a falta de estrutura física.

A instrução publica, que no presente preocupa o Governo e prende atenção de todos os homens bem intencionados é nesta cidade, insuficiente e incapaz de satisfazer a necessidade, porque as quatro escolas isoladas que aqui funcçionam, embora o sacrificio e bôa vontade dos professores que mantem uma matricula muito superior à regulamentar, e da Camara Municipal que sustenta uma escola com uma matricula de mais de oitenta meninos, sendo preciso dar um auxiliar ao professor. Os predios em que estas escolas funcçionam, de propriedade particular e sem as comodidade precisas, sem hygiene, e sem conforto, vem alem de tudo, sacrificar os professores obrigando-os a aluguel de predios, muito maiores e mais caros do que as necessidades de sua residencia podiam exigir. Para remediar este estado de couzas, temos a solemne promessa de um Grupo Escolar, o que deve bastar-nos à nossa desmedida ambição de progredir. Uma promessa já não é pouca coisa mormente sendo feita por quem foi. Podemos muito bem dar como resolvida a causa da instrução em Uberabinha, já temos por conta as plantas do engenheiro e as promessas do Sr. Presidente do Estado. Querer mais do que isto, é impertinencia demasiada.¹⁵⁶

Tratada como escolas obsoletas para o novo sistema, as escolas isoladas funcionavam em casas acanhadas, se comparadas aos palacetes dos grupos escolares que viriam pairar no imaginário social republicano, moradias comuns que eram adaptadas para a instrução. Os alunos, de forma heterogênea, eram colocados em classes multisseriadas, nas quais um professor era responsável por todas as matérias de todos os níveis. Esse modelo era percebido como insuficiente para a educação, por isso, a esperança era creditada aos grupos, e somente a promessa

¹⁵⁴ SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998, p. 241.

¹⁵⁵ *Almanach de Uberabinha*. Uberabinha, MG: [s.n.], 1912, p. 7. (ArPU)

¹⁵⁶ **O Progresso**. Uberabinha, MG. 12 out. 1912, n. 260, p. 1. (ArPU)

da instalação de um grupo escolar era suficiente para motivar aos intelectuais a louvar o espírito patriótico do Presidente do estado (cargo atual de governador).

Os dominantes uberabinhenses, falando em nome daqueles que eles diziam representar, iniciaram os debates acerca do grupo escolar, quase sempre, ponderando estar à serviço dos pobres necessitados. O periódico *O Progresso* do dia 13 de setembro de 1914 divulgava que o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão contava com 250 matrículas, uma semana depois, no dia 20 do mesmo mês, já havia 338 matrículas e, no dia 4 de outubro, o diretor do grupo escolar, professor Honório Guimarães, afirmava que já havia contabilizado 540 matrículas, muitos de meninos e meninas pobres e, por isso, pedia o pagamento da caixa escolar aos cidadãos que haviam se comprometido a dar essa quantia mensal para ajuda de manutenção do grupo. Porém, embora os artigos acima citados expressassem o suposto apoio da população uberabinhense na questão do grupo escolar, muitos dos que haviam se comprometido a pagar a caixa escolar simplesmente não assumiram de fato tal compromisso.

De março deste anno está fundada annexa ao Grupo Escolar local a Caixa Escolar Dr. Americo Lopes. As mensalidades começaram a correr do mez de abril em diante, inclusive. Tem sido arrecadadas com soffrivel regularidade, havendo entre os socios grande numero que paga sem a menor objecção as suas contribuições. É de se notar, porem que alguns socios negam-se ao dito pagamento, que constitue um compromisso por elles assumido de conformidade com legislação que elles mesmos decretaram. A modesta contribuição mensal de um mil reis, de certo que não empobrecerá os cidadãos generosos desta cidade, ao contrario os enriquecendo com a gratidão dos meninos desamparados. Muito dinheiro se gasta desaproveitadamente, enquanto muita vez para a manutenção de instituições desta natureza negam os dez tostões que mensalmente são solicitados.¹⁵⁷

Ainda que houvesse, de acordo com os periódicos, essa simpatia e fascínio pelos grupos escolares como modelo republicano de instrução, esse sentimento, supostamente patriótico e cívico, não atingia a todos os cidadãos uberabinhenses. Ao afirmar isso, não estamos aportando na dicotomia pobres e ricos, mesmo porque os cidadãos que se comprometeram com a caixa escolar não eram pobres, já que tal caixa fora criada exatamente para financiar os estudos dos pobres e cooperar com a manutenção do grupo escolar. Portanto, muito mais idealizados que reais, os grupos escolares foram construídos em Uberabinha como a solução para o atraso

¹⁵⁷ *O Progresso*. Uberabinha, MG. 22 nov. 1914, n. 370, p. 1. (ArPU)

intelectual do povo do interior do país, e ainda que os discursos nos periódicos procurassem reforçar a indispensabilidade da instrução pública, a população não comungava desses ideais.

Além disso, a própria consolidação do primeiro grupo escolar da cidade foi um evento que deflagrou um confronto entre as agremiações políticas da cidade que se utilizavam dos periódicos para atacar seus adversários, chegando ao “clímax” quando da tentativa de assassinato de um desafeto do primeiro diretor do grupo escolar. Esse jogo político envolveu o primeiro grupo escolar de Uberabinha, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão.

Aos grupos escolares era creditada à faculdade catalisadora da formação do cidadão republicano politicamente preparado para a vida em democracia. Esse sentimento positivo com relação aos grupos, no entanto, não inibiu ou minimizou as tensões políticas entre os grupos divergentes na cidade de Uberabinha, antes, foi um dos principais motivos para que tais grupos se utilizassem dos periódicos locais para travar altercações, trocar acusações e delegar responsabilidade ao suposto caos social que vivia o país.

Os jornais locais, dirigidos por grupos de intelectuais, emitiam suas opiniões conforme sua “cor” política, e a nós historiadores, cabe-nos compreender a dinâmica das ações, convergentes e divergentes, que nos aproxima de nosso objeto. Nesse particular, Capelato argumentou:

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata *imprensa* se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.¹⁵⁸

Enquanto os jornais *O Progresso* e *A Tribuna* teciam elogios e saudavam o primeiro diretor do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, o periódico *Paranahyba* se colocava em posição diametralmente oposta, em rota de colisão com o diretor Honório Guimarães. Segundo Tito Teixeira, Honório Guimarães

organizou a primeira escola primária montada com todos os requisitos da reforma escolar vigente, estabelecendo uniformes escolares, criou uma

¹⁵⁸ CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história no Brasil**. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1994, p. 21.

banda de música infantil, montou um jornalzinho para a escola, com oficina própria, onde eram ministrados aos alunos os conhecimentos de tipográficos e instituiu o ensino militar obrigatório, com fuzis e sabres de madeira... foi premiado com uma viagem à Capital do Estado, ocasião em que visitou os grupos escolares ali existentes. Durante sua permanência na Capital, teve a iniciativa e com os demais professores instalou o primeiro Congresso dos Professores Públicos Primários do Estado de Minas Gerais (...) Em 1912 foi nomeado diretor do Grupo Escolar de Araguari, onde se casou com a professora D. Margarida de Oliveira, sendo em 1913 nomeado diretor do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, de Uberabinha até 1920. Além de redator chefe do primeiro jornal diário de Uberabinha, MG, foi inspetor regional do ensino, sendo nomeado em fins de 1920. A sua circunscrição como inspetor de ensino cobria as cidades mineiras de Estrela do Sul, Monte Carmelo, Patrocínio, Patos de Minas e Carmo do Paranaíba (...) no desempenho de suas funções deparou-se com um dispositivo regulamentar que incompatibilizavam esposa ou parentes até o terceiro grau em função sob sua jurisdição. Atingido no seu caso que como director mantinha sua esposa como professora, esta exonerou-se, e ele protestando contra tais dispositivos, foi transferido para o Grupo Escolar de Cabo Verde, abandonou o cargo e mudou-se para Belo Horizonte, onde sua esposa havia montado o Colégio Belo Horizonte, com o Instituto Comercial de Minas Gerais. Diplomado em farmácia, foi revisor do “Minas Gerais”.¹⁵⁹

Portanto, Honório era o redator chefe de *O Progresso* e, para melhor situar os grupos políticos que se digladiavam nos jornais, Bosi nos informa que o jornal *Paranahyba* era “ligado ao Partido Conservador e opositor do Partido Republicano Municipal, do qual Rodrigues da Cunha era o principal líder”¹⁶⁰. Por ser um republicano confesso, Honório era constantemente achincalhado pelo periódico de cunho conservador, ao mesmo tempo, esse veículo de comunicação tomava uma posição intransigente contra o grupo escolar, já que seu desafio político era – ao menos viria a ser – o diretor deste.

Ainda durante a construção do grupo escolar, o jornal *Paranahyba*, já dava mostras de sua (o)posição no campo educacional da cidade via grupo escolar.

Duas palavras, ao menos, cumpre me inserir nestas columnas acerca do Collegio Mineiro, nesta cidade, e que tem sido competentemente dirigido pelo talentoso moço, sr. José Avelino. Mantem-se, ha annos, esse acreditado estabelecimento d'instrucção primaria e secundaria, tendo tido uma regular frequencia de alumnos internos e externos, sob uma disciplina digna e correcta, asseio, hygiene e conforto, alliados a outras condições necessarias e indispensaveis ao fim destinado. É um estabelecimento que há muito honra e enobrece o nosso meio social, não pelo proveito e adiantamento que têm revelado os seus alumnos em todas as materias alli competentemente leccionadas, mas ainda pelo respeito, obediencia e amor

¹⁵⁹ TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central**: história da criação do município de Uberlândia. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. 2 v.

¹⁶⁰ BOSI, Antonio de Pádua. Médicos e farmacêuticos em Uberabinha (1890-1920): conflitos e disputas. Revista eletrônica Scielo. Rio de Janeiro, vol. 14, ano 3, jul/set. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000300018>. Acesso: 19/06/2009.

ao estudo, tão criteriosamente mantidos durante o largo periodo de seu funcionamento (...) Estabelecimentos como esse, em cujo seio se cultivam com amor e denodado patriotismo a instrucção e a verdade, alliados a outros attributos que tanto o distinguem e o elevam, proporcionando grande bem á mocidade, deverão ser por todos guardados e mantidos com o maior empenho e solicitude, elevando-o á sua maxima perfectibilidade. (...) Alli não deverão pairar os sentimentos abominaveis da politica e do partidarismo, não deverão penetrar em seu seio quaisquer duvidas, resentimentos e actos que possam desviar-o da sublime rota, em que tão brilhante se conduz, abrigando gregos e troyanos, porquanto elle só visa preparar o espirito a nossa desejada felicidade.¹⁶¹

Os adjetivos, diversas vezes observados nas defesas dos republicanos em favor dos grupos escolares, podem ser vistos nesse artigo que defendia a escola do professor Jos's Avelino, que funcionava na cidade. Questões como disciplina, higiene, patriotismo se fundem com os substantivos escola e instrucção, porém há a ausência do vocábulo “cidadão”, embora encontremos, no artigo, o direcionamento das benesses da instrucção escolar ao coletivo, à sociedade. No final do artigo, o articulista chama a atenção para o perigo da politização e partidarismo no interior da escola e, numa posição conciliadora – ao menos no discurso –, clama por uma instituição escolar a qual agregue “gregos e troyanos”, como se a escola fosse um lugar apolítico.

Contudo as tensões entre esses grupos políticos se evidenciam no período de construção do grupo escolar que, embora tivesse sua construção autorizada por meio do ato de criação no ano de 1911, sua inauguração, de fato, se deu em 1915. Enquanto o grupo político de Honório, os republicanos, estava no poder, foi liberada a construção do grupo escolar, dessa forma, as subvenções municipais às escolas isoladas foram suspensas, o que levou ao fechamento de algumas como denuncia o artigo abaixo:

É certo que já ha em Uberaba o Collegio Diocesano, superiormente dirigido pelos Irmãos Maristas, os quaes a mais de 15 annos prestam inolvidaveis serviços á causa da instrucção em Minas. Mas, apesar do grande numero de alumnos do Collegio Diocesano de S. José, ha ainda em Uberaba elemento para um bom externato. A população escolar ali é enorme. Todos daquela cidade se esforçam, sacrificam-se pela educação de seus filhos. Nós temos, nesse particular, uma franca inveja de Uberaba. Aqui a cousa é bem diferente. Subvencionaram-se philarmonicas que nos põem os ouvidos surdos, e ha dinheiro a rodo para as cavações do sr, professor Honório Guimarães, mas corta-se fundo na verba para instrucção. Havendo uma porção de *entes* nesta epocha de quebradeira, a Camara Municipal de Uberabinha se lembrou, pela voz do sr. Julio Dentista, apenas do “Collegio Mineiro”, o único estabelecimento de ensino secundario que tinhamos,

¹⁶¹ **Paranahyba.** Uberabinha, MG. 12 nov. 1914, n. 16, p. 1. (ArPU)

mantido sempre com sacrifícios inauditos, uma vez que sempre viveu sem ser pesado a ninguém.¹⁶²

Novamente, os articulistas simpatizantes do Partido Conservador denunciavam a suposta falta de racionalidade da Câmara Municipal – majoritariamente republicana – com o dinheiro público e o menosprezo com as escolas isoladas em prol do grupo escolar. Houve um confronto nos artigos das edições do dia 15 de novembro de 1914, entre o jornal de oposição à Honório, *Paranahyba*, e no de apoio a ele, *O Progresso*. Neste último encontramos o artigo:

Hoje, 15 de Novembro, os alumnos de ambos os sexos desta casa de ensino, sahirão em passeata pelas ruas da cidade acompanhados da apreciado corporação musical "União Operaria". Isto dará uma homenagem ao anniversário do advento da Republica e ascensão ao poder do exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz. Os alumnos deverão comparecer uniformisados. Cada minina levará uma bandeirola, verde ou amarela, symbolisando as cores nacionais. O sr. Cypriano Delfavero contratou com o dr. Rodrigues da Cunha, Presidente da Camara por ordem da Secretaria do Interior, o prolongamento dos esgostos ao correjo do Cajubá. No dia 20 do corrente será encerrada a matricula, não podendo mais ser attendido pedido de inscripção senão pelo exm^o. Se. Dr. Secretario do Interior. Os paes que desejarem matricula, devem já se dirigir ao director do Grupo, das 12 às 15 horas diariamente. D. Maria Bernardes da Luz foi nomeada não professora deste Grupo, mas effectiva no de Uberaba. No dia 1 de dezembro devem começar as aulas. Urge que o Governo no correr dos trabalhos, mande construir muros para os dois pateos de recreio.¹⁶³

As aulas ainda não haviam começado no grupo, contudo os professores já vinham recebendo desde o começo do ano de 1914. Entendemos que, pela ausência das atividades acadêmicas, as datas cívicas eram usadas para dar movimento ao grupo, visto que não se justificava o pagamento dos salários durante quase um ano e nenhuma aula tivesse sido ministrada. As escusas para o não funcionamento da escola eram relacionadas com a falta do muro do pátio e outras comodidades entendidas como supérfluas pela oposição. Nessa mesma data, o jornal de oposição a Honório divulgou o artigo abaixo

Ao dr. Secretario do Interior, cumpre-nos solicitar providencias acerca do grupo escolar desta cidade, que permanece ainda fechado, não tendo funcionado uma só aula primaria. É incrível que o seu director e mais professores continuem a receber integralmente os seus vencimentos mensaes, desde Janeiro do corrente anno até a presente data, sem terem

¹⁶² *Paranahyba*. Uberabinha, MG. 15 nov. 1914, n. 18, p. 1. (ArPU)

¹⁶³ *O Progresso*. Uberabinha, MG. 15 nov. 1914, n. 369, p.1. (ArPU)

trabalhado um só dia, á espera da construcção do predio e de mais outras commodidades indispensaveis, conforme dizem. Pessimas as nossas finanças, e, no entanto, os srs. professores conservam-se inactivos, pagando-lhes o Estado os seus vencimentos integraes, nada produzindo em prol do ensino publico. Que vidinha! Passaram o anno entoando canticos ás suas *novas regalias*, não estabelecidas no regulamento vigente, enquanto soffre a infancia uberabinhense e são lezados os cofres publicos do Estado. Jamais poderemos comprehender e explicar tal estado de coisas, que só tem occasionado prejuizos consideraveis ao ensino.¹⁶⁴

Não se intimidando pela festividade da data, o articulista exige uma posição do secretário do interior, responsável pela fiscalização das escolas do estado. O artigo qualificava de regalias a inatividade dos professores e ironizava os ensaios de canto e marcha, muito provavelmente, usados nas comemorações cívicas e que tinham apelo estético, mas não acadêmico. Entretanto o ápice das desavenças entre esses grupos políticos foi quando da inauguração do grupo

Está a se installar, nos primeiros dias do p. [próximo?] mez de outubro, o Grupo Escolar desta cidade. Agora, concluidas as obras e encerrada a matricula, vão se abrir as aulas do Grupo, facultando-se à infancia uberabinhense uma casa de ensino. Os nossos melhores votos, ao noticiarmos o proximo inicio das aulas do Grupo, são para que o ensino, que ali se vai ministrar, corresponda à capacidade e à beleza do edificio. Duvidamos, no entanto, de que tal aconteça. O Governo, dotando Uberabinha com o favor do predio escolar, cuidou bem da parte material, mas por falta das convenientes informações ou porque as sugestões partidarias pesassem mais do que as necessidades e os altos interesses da instrucção, a escolha do director do Grupo foi mal feita. O professor Honorio Guimarães, designado para o cargo, tem sérias incompatibilidades para a direcção do estabelecimento. Em primeiro lugar, falta lhe competencia. É um neophyto em pedagogia methodogia, não podendo, por isso satisfazer as exigencias do cargo. Há ainda um factor e de summa importancia que inibe o actual director do Grupo de exercer seu cargo. Elle é reu de um crime de tentativa de homicidio, praticado publicamente, com a maior affronta à sociedade e que ainda se acha impune, protelando-se na policia, que elle dirige, o inquerito respectivo. Á frente de um estabelecimento de ensino deve ser collocada pessoa que reuna às condições de idoneidade moral e capacidade physica, competencia funcional, descortino superior, feitro honroso e altivo. As creanças têm na escola um continuação do lar e os exemplos dos mestre muito influem sobre a formação do seu character. O semanario local já nos disse, em seu ultimo numero, o que o nosso Grupo promette: charanga, com muito ruflo de tambores, batalhão escolar, que será, como sempre o foi aqui, um martyrio para as creanças, exigindo-se dellas esforços superiores à sua capacidade physica, muita papeata externa, festejos e saudações, insinuações constantes à pratica do engrossamento e da bajulação a todos os poderosos do dia.¹⁶⁵

¹⁶⁴ **Paranahyba.** Uberabinha, MG. 15 nov. 1914, n. 18, p.1. (ArPU)

¹⁶⁵ **Paranahyba.** Uberabinha, MG. 20 set. 1914, n. 3, p. 1. (ArPU)

Nesse artigo, ficou claro que a oposição do jornal conservador não se deu pela escolha do modelo escolar, mas pela nomeação de Honório Guimarães como diretor do agrupamento. Operando na desqualificação do diretor, o articulista argumenta a inexperiência de Honório para ocupar tal cargo, mas não se limita a isso e traz à tona um assunto que encontramos somente nesse periódico, a tentativa de assassinato de um redator de jornal de oposição efetuada por Honório Guimarães. Ou seja, de acordo com o *Paranahyba*, o diretor não tinha condições acadêmicas ou morais para tal cargo e, ainda segundo esse jornal, Honório dedicava aos ensaios de marchas e hinos cívicos tempo além do necessário. O que pode ser entendido como resistência dos conservadores em apoiar o espírito cívico que os republicanos tanto almejavam.

Para o articulista do *Paranahyba*, a parte que cabia ao Estado fora cumprida de forma satisfatória. O prédio, o terreno, a mobília etc. eram esforços da província que a cidade de Uberabinha deveria ter correspondido à altura na escolha do nome do diretor. Além dessa ressalva, o jornal chama a atenção sobre pouca informação fornecida de como deveria funcionar o grupo, e, por essa carência de instruções, o cargo não poderia ser ocupado por Honório Guimarães, por falta de experiência, ainda de acordo com o articulista.

Portanto, os conservadores, ainda que usassem de argumentos que *a priori* nos fizessem compreender uma discordância deles com o modelo escolar adotado na República, numa leitura mais detida sobre o assunto, revelam-se o jogo político e as desavenças partidárias que não se limitaram à Câmara Municipal, antes transbordaram as discussões na imprensa local e invadiram o campo educacional, expondo as tensões e conflitos das representações e das práticas acerca do grupo escolar. Embora o modelo de educação – Grupos Escolares – já tivesse sido escolhido e, ao menos nos discursos dos articulistas, a estrutura do que seria ensinado para a formação do cidadão republicano fosse um consenso, a concretização do primeiro grupo escolar em Uberabinha não se deu de uma forma tranquila.

Todos os jornais confluíam para a mesma ideia de falta de mão de obra local, carência do espírito cívico-patriótico do povo brasileiro e ausência do *self-made man*, isto é, do cidadão empreendedor, que amasse o trabalho e a poupança de seu dinheiro, reclamavam da preguiça endêmica que afetava a população sertaneja, fosse por causas biológicas ou por má educação. A solução seria o combate em

várias frentes de trabalho e ações corretivas que deveriam ser assumidas pelo Estado e, na ausência deste, pelo município. Contra as doenças que dizimavam as forças e a disposição para o trabalho nascia a ciência sanitária e da higiene e, para combater o ócio, entendida como a raiz dos males – como o alcoolismo, a jogatina, a fofoca etc. – a ocupação desde a infância com a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Desta cidade um dia só restará
O vento que levou meu verso embora...
Mas onde ele estiver, ela estará:
Um será o mundo de dentro,
Será o outro o mundo de fora.*

(Lenine/Braúlio Tavares)

O município de Uberabinha como sendo a “Cidade Jardim” que existia nas representações e idealizações dos articulistas não se concretizou plenamente tal qual fora pensado e sonhado durante as primeiras duas décadas da República Velha. Os relatos dos jornais acerca da harmonia social e do povo laborioso e incansável, os quais ocuparam várias vezes as colunas dos escritores que preenchiam as páginas dos semanários, se eximiram da responsabilidade de noticiar os crimes e as contradições existentes na pequena urbe.

Contudo, a cidade ideal não seria o oposto da cidade real, elas se complementariam, portanto, a Uberabinha imaginada partia do real para o representado e retornava ao concreto, na ânsia dos produtores do espaço em constituir seus projetos, mas estes não eram compartilhados com todos os cidadãos que se viram negligenciados ou marginalizados das benesses prometidas pelos mais ricos.

A possibilidade de crescer, de se desenvolver e assumir o papel de principal cidade da região, fez com que os periódicos construíssem um cenário de boa terra, de urbe sem contradições ou problemas sociais, um local a par dos grandes temas debatidos nacionalmente como a formação do próprio cidadão republicano e, para tal tarefa, a educação como caminho para dotar seus habitantes de elementos fundamentais para a República, patriotismo, civismo, amor ao trabalho, higiene, respeito às leis e autoridades.

O novo sistema republicano tinha um caminho muito definido a seguir, a sociedade brasileira, inspirada pela filosofia positivista, anelava queimar etapas para alcançar o estágio positivo e desfrutar da confiança dos países mais desenvolvidos. Esse alvo se confundia com o progresso e deveria ser o ponto de chegada de todos

os cidadãos patrióticos de bem, para isso, todos os meios deveriam ser usados para sufocar as práticas sociais classificadas como aquém da modernidade. A cidade deveria se antecipar ao suposto caos e se afirmar como o local da assepsia social.

A cidade real – um tipo de cidade construída – nascida *a forceps*, tinha suas deformidades e não era bela e harmoniosa quanto se pretendia. Aqueles que não se ajustavam aos novos padrões deveriam ser afastados do meio urbano, relegados à periferia, longe dos olhos dos cidadãos. Os pobres e suas práticas “arcaicas”, suas celebrações míticas e inadequadas para a nova sociedade, não deveriam ser tolerados; educar e instruir, intervir na maneira que sobreviviam seriam as formas mais corretas para alcançar o almejado progresso.

A cidade representada e idealizada, aos poucos, foi sendo colocada em prática, costumes antes consideradas comuns se tornaram crimes. A imposição para a mudança se fazia presente, não só para os populares, mas a estes o rigor era maior e o que lhes fora exigido fora o abandono de suas práticas de sobrevivência. Aos cidadãos burgueses – pequenos comerciantes, profissionais liberais etc. – houve exigências, algumas criaram resistência, como o comércio de carnes verdes.

Os objetivos deste trabalho, tendo como hipótese inicial o uso dos periódicos como estratégia dos dominantes com finalidade educacional, portanto, se confirmam. Os jornais locais foram amplamente utilizados pelas elites políticas e intelectuais como forma de divulgação de suas ideais, representações e valores que interessavam estes grupos em um momento em que os governos – tanto federal, como estadual e municipal – não tinham um modelo a seguir ou uma homogeneidade nas questões educacionais. As elites locais, por meio dos semanários, divulgavam diversas facetas do que elas chamavam de civismo. Vocábulos como higienismo, patriotismo, civismo e amor ao trabalho se repetiam buscando encontrar eco na alma de seus leitores.

As intenções seriam as de disciplinar o cotidiano dos habitantes da urbe, controlar as ações do dia a dia de seus moradores e formar nela um ambiente favorável e propício para o desenvolvimento do cidadão e da constituição da própria República.

Os processos-crimes inventariados e analisados expuseram as representações de cidadania e civilidade construídas no campo judiciário e as formas de controle aplicadas sobre a população que sofreu contestações de seu modo de vida. Outro aspecto importante dos processos, por nós captado, foi a apropriação das

estratégias e dos discursos “dominantes” pelos fracos e a sua consequente ressignificação que se consubstanciava em táticas, originadas, portanto, no campo “inimigo”, isto é, a partir das estratégias. Esta dinâmica social percebida por Certeau, quando apropriada para o entendimento dos processos-crimes, pode ser compreendida como tática dos comuns com a finalidade de harmonizar o discurso das estratégias com suas práticas ordinárias.

Os reformadores da urbe operaram em diversas frentes na ânsia de acelerar o progresso do município, logo, a legislação e normatização do espaço público urbano tornaram-se protagonistas dos projetos dos dominantes. Neste particular, vários confrontos que visavam o estabelecimento da medicina, como ciência exclusiva para assuntos da saúde e da higiene, ocorreram na cidade. Em Uberabinha, esse tema fora encontrado nos processos-crimes e nas páginas dos jornais.

Na primeira fonte, percebemos o discurso intransigente dos farmacêuticos e médicos práticos (sem formação universitária) locais acerca do trabalho dos curandeiros, raizeiros e benzedores. Estes foram (des)qualificados por seus acusadores como charlatães e praticantes da “medicina diabólica”. O que pudemos perceber foi um forte movimento em favor da erradicação das práticas medicinais rústicas as quais não teriam mais espaço em um universo das letras e do diploma, contudo, tais práticas ainda encontravam suporte no pensamento místico-religioso da população do interior do país.

As normas e o Código de Posturas do município buscaram regular, também, diversas áreas da vida comum e ordinária dos habitantes de Uberabinha. Exemplo disto, o comércio ambulante de “carne verde” perdeu sua condição de tolerado e caiu em clandestinidade quando os vereadores proibiram sua venda de porta em porta e passaram a exigir a sua procedência no matadouro municipal, bem como a sua venda em açougues.

Estas direções claras e definidas corroboram com projetos de uma cidade burguesa e civilizada, como esclareceu Elias ao comentar acerca do processo civilizatório, havia uma orientação estabelecida pelos construtores do espaço, um norte a ser seguido para se alcançar a cidade idealizada.

A construção do grupo escolar encerrou nosso estudo e possibilitou a compreensão da gênese deste modelo educacional em Uberabinha, em 1917, e sua relação com o esvaziamento do tema como cidadania, patriotismo e civilidade nos

periódicos. Ao concretizar o modelo republicano de educação, a sociedade transferiu a esta instituição a responsabilidade de formar o cidadão ideal para a República. Como resposta a estes desejos, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, quando de sua inauguração, organizou diversos eventos cívicos e buscou incentivar o culto à pátria, portanto, corroborava com os projetos das elites locais e assumia o papel de catalisadora do processo civilizatório, pois trabalhava com um público diferenciado, a criança.

No entanto, este projeto não era isento de contradições, pois quando da inauguração deste primeiro grupo escolar, a cidade real se mostrou fragmentada, tanto quanto os discursos que se travaram entre os grupos dirigentes do jornal *Paranahyba* e d'*O Progresso*. A constituição do grupo escolar, projeto magno da República, embora tenha se concretizado na cidade de Uberabinha, sofreu críticas por grupos políticos contrários à nomeação de seu primeiro diretor, Honório Guimarães. Essas fissuras expõem as contradições nos grupos abastados, e elas eram ainda maiores quando os grupos eram de níveis sócio-econômicos diferentes.

Concluimos que, a cidade higienizada, dotada de códigos de condutas e de normas de civilidade foi gradativamente emergindo da cidade real, aquela que, embora fosse o palco da vida ordinária de seus habitantes, deveria ser modernizada. Portanto, não eram duas cidades dicotomizadas, mas, sim, um projeto de cidade ideal tentando se concretizar sobre práticas, condutas e viveres que deveriam ser (trans)formados. As duas cidades estavam imbricadas e, tal qual os versos da música em epígrafe, uma seria o “mundo de dentro” se abrindo para a outra que estava chegando de fora, trazida pelo vento da vontade de modernidade.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA Brasileira de Letras. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ARANTES, J. **Corografia do município de Uberlândia**. Uberlândia, MG: Pavan, 1938.

BARROS, Heleno Felice de. **"Privação dos sentidos": álibis no Judiciário – São Pedro de Uberabinha (1891-1930)**. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N e PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. (Vol. 1). Editora Universidade de Brasília. Brasília, DF, 1995.

BOSI, A. de P. As águas das cidades (1850-1920): usos e negócios. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 36/37, jan/dez 2007.

_____. **Médicos e farmacêuticos em Uberabinha (1890-1920): conflitos e disputas**. Revista eletrônica Scielo. Rio de Janeiro, vol. 14, ano 3, jul/set. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000300018>. Acesso em 19 jun. 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

COSTA, A. M. da; SCHWARCZ, L. M. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRESCIANNI, M. S. História e Historiografia das cidades: um percurso. In: FREITAS, M. C. de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

BURKE, Peter. Cultura, Tradição e Educação. In: GATTI JUNIOR, Décio; PINTASSILGO, Joaquim (orgs.) **Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU, 2007

CALVINO, Í. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMBI, Franco. **A história da pedagogia**. São Paulo, Editora da UNESP, 1999.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história no Brasil**. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1994.

CARVALHO, C. H. de. **República e Imprensa: As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães**. Uberabinha, MG: 1905-1922. Uberlândia: EDUFU, 2004.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

CARVALHO, L. B. de O. Bar de; INÁCIO FILHO, G. Grupo escolar Júlio Bueno Brandão: a educação pública no período republicano (Uberlândia, 1911-1930). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 1, jan/dez 2002.

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASTRO, Ana Paula Cantelli. **Organização e disputas pelo espaço urbano**: Uberabinha/MG (1890-1930). 2003. 115f. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. v. 1.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

_____. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.

COSTA, A. M. da; SCHWARCZ, L. M. **1890-1914**: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1989.

CRUZ, H. de F. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CUNHA, M. V. da. A escola contra a família. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, O. R. da. **Estatutos do Gremio Literário e Recreativo de Uberabinha**. Uberabinha, MG: Typographia Popular, 1920.

CUPERTINO, N. **Mboitatá**. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1942..

DANTAS, S. M. **A fabricação do urbano**: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929). 2009. 203 f. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. 1 v.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. v. 2

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

FARIA, A. B. de. **Anotações theorico-praticas ao Codigo Penal do Brasil**: de acordo com a doutrina e legislação e a jurisprudência, nacionaes e estrangeiras. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1929.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo, RS: UPF, 2000.

GONÇALVES NETO, W. Cultura escolar e legislação em Minas Gerais. O município de Uberabinha no início da República. In: YAZBECK, D.; ROCHA, M. B. (orgs.). **Cultura e história da educação**: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2009.

GONDRA, J. G. Medicina, higiene e educação escolar. IN: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G.(orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GUIMARÃES, E. N. A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 4, jan/jun 1991.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2004.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo, Cortez, 2007.

LOBATO, M. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

LOPES, V. M. Q. C.; MACHADO, M. C. T. A cidade e suas múltiplas representações. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 24, jan/jun 2001.

LOPREATO, C. da S. R. **O espírito da revolta**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

MACHADO, M. C. T. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 4, jan/jun 1991.

_____. MACHADO, M. C. T. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês**: assistência social institucionalizada. Uberlândia 1965/1980. 1990. 322 f. Tese (Doutorado em História)-FFLCH da Universidade de São Paulo, 1990.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. vol. 1.

NUNES, C. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, E.M. T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 39

PEZZUTTI, P. **Município de Uberabinha**: história, administração, finanças e economia. Uberabinha: Oficinas Livraria Kosmos, 1922.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMA, A. **A cidade das letras**. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROCHA, H. P. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas, SP: Mercado das Letras: FAPESP, 2003.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FRANÇA, M. N. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos**: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5. ed. rev. ampl. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SOUZA, J. C. de A. Os grupos escolares em Minas Gerais: a Reforma João Pinheiro (1906). In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 17 a 20 de Abril de 2006. Uberlândia, 2006, pp. 213-225. [online] Disponível na internet via URL: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/19JoseCarlosSousa.pdf>

SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, D. [et al.] **O legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

TAMBARA, E. Educação e positivismo no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2. p.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central**: história da criação do município de Uberlândia. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. 2 v.

VEIGA, C. G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

WIRTH, J. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FONTES

PERIÓDICOS E IMPRESSOS:

Almanach de Uberabinha. Uberabinha, MG: [s.n.], 1912, p. 7. (ArPU)

A Nova Era. Uberabinha, MG. 23 mar. 1907, n. 12, p. 1. (ArPU)

A Tribuna. Uberabinha, MG. 09 nov. 1919, n. 10, p. 01. (ArPU)

A Tribuna. Uberabinha. 19 nov. 1920, n. 63, p. 1. (ArPU)

A Tribuna. Uberabinha, MG. 16 jan. 1921, n. 71, p.1. (ArPU)

ORDEM e Progresso. **A Tribuna.** Uberabinha. 10 abr. 1921, n. 83. (ArPU)

Diario de Uberabinha. Uberabinha, MG. 17 nov. 1917, n. 3, p.1. (ArPU)

Paranahyba. Uberabinha, MG. 12 nov. 1914, n. 16, p. 1. (ArPU)

Paranahyba. Uberabinha, MG. 15 nov. 1914, n. 18, p. 1. (ArPU)

Paranahyba. Uberabinha, MG. 20 set. 1914, n. 3, p. 1. (ArPU) **Paranahyba.**
Uberabinha, MG. 20 set. 1914, n. 3, p. 1. (ArPU)

INSTRUCÇÃO. **O Progresso.** Uberabinha. 06 jun. 1909, n. 89, p. 1. (ArPU)

AGINDO. **O Progresso.** Uberabinha, MG. 05 nov. 1910, n.160, p. 1. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 27 abr. 1907, n. 17, p. 01. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 06 out. 1907, n. 3, p. 01. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 13 out. 1907, n. 4, p. 1. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 19 out. 1908, n. 57. (ArPU)

SALAZAR, P. A Ociosidade. **O Progresso**, Uberabinha, MG. 04 jul. 1909, n. 93, p. 01. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 15 ago. 1909, n. 99, p. 1. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 29 out. 1910, n. 159, p. 01. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 19 nov. 1910, n. 162, p. 01. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 13 jan. 1912, n. 221, p. 1. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 08 jul. 1911, n. 195, p. 01. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 12 out. 1912, n. 260, p. 1. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 15 nov. 1914, n. 369, p.1. (ArPU)

O Progresso. Uberabinha, MG. 22 nov. 1914, n. 370, p. 1. (ArPU)

Triângulo Mineiro. Uberabinha, MG. 20 jun. 1926, n. 2, p. 02. (ArPU)

Triângulo Mineiro. Uberabinha, MG. 27 jun. 1926, n. 3, p. 1. (ArPU)

PROCESSOS-CRIMES:

Processo-crime. PC-05/1899. Cx 01, p. 2 frente. (CDHIS)

Processo-crime. PC-05/1899. Cx 01, p. 4 verso/5 frente. (CDHIS)

Processo-crime. PC-05/1899. Cx 01, p. 5 frente/verso. (CDHIS)

Processo-crime. PC-05/1899. Cx 01, p. 10 frente/verso. (CDHIS)

Processo-crime. PC-13/1905. Cx 01, p. 6 verso. (CDHIS)

Processo-crime. PC-13/1905. Cx 01, p. 10 frente. (CDHIS)

Processo-crime. PC-13/1905. Cx 01, p. 14 frente/verso. (CDHIS)

Processo-crime. PC-01/1907. Cx. 01, p. 5 verso. (CDHIS)

Processo-crime. PC-01/1909. Cx 01, p. 2 verso. (CDHIS)

Processo-crime. PC-01/1909. Cx 01, p. 8 frente/verso. (CDHIS)

Processo-crime. PC-01/1909. Cx 01, p. 8 verso/ 9 frente. (CDHIS)

LEIS, ESTATUTOS E CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAL:

UBERABINHA. (1903). **Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha**, 1898-1903. Uberabinha, MG: Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, 1903. (ArPU)

UBERABINHA. (1919). **Leis:** 1903-1919. Uberabinha: Typographia Popular, 1919 (ArPU).

CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. **Código de Posturas e Regime Tributário**. Uberabinha: Typographia Progresso, 1913. (ArPU)

ATAS DA CÂMARA:

CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 14 jan. 1893**. Livro 1, p. 24 verso-25 frente. (ArPU)

CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 12 set. 1911**. Livro 10, p. 24 verso/25 frente. (ArPU)

CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 14 mai. 1912**. Livro 11, pp. 4 verso-5 frente. (ArPU)

CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 16 set. 1912**. Livro 11, p. 18 verso. (ArPU)

CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 17 set. 1912**. Livro 11, p. 24 verso. (ArPU)

CÂMARA MUNICIPAL de Uberabinha. Uberabinha, MG. **Ata da sessão ordinária realizada no dia 03 abr. 1916**. Livro 13, p. 33 verso. (ArPU)

OUTROS:

RECENSEAMENTO da cidade de Uberlândia. Uberlândia: [s.n.], 1938. (ArPU)

CUNHA, O. R. da. **Estatutos do Gremio Literário e Recreativo de Uberabinha**. Uberabinha, MG: Typographia Popular, 1920. (ArPU)